

NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2001 constitui uma publicação especializada em dados de Defesa, cuja recolha foi efectuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, Inspecção-Geral da Defesa Nacional, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e Polícia Judiciária Militar.

A informação estatística incluída nesta edição é reportada ao ano de 2001, embora em áreas específicas como o orçamento, recursos humanos, imobiliário e material de defesa, sejam referidos dados estatísticos de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

Cada capítulo, por sua vez, contém uma nota explicativa do tema tratado, bem como alguns conceitos considerados essenciais para a interpretação da informação apresentada. No final da publicação inclui-se também uma lista exaustiva das siglas e abreviaturas utilizadas.

De referir ainda que a presente edição, em relação à precedente, apresenta algumas particularidades e ajustamentos, de que importa destacar: o Capítulo 3 - Missões Militares de Carácter Internacional vê enriquecido o seu conteúdo com a inclusão de alguns gráficos que permitem uma leitura mais imediata e abrangente dos dados constantes nos quadros respectivos; no Capítulo 5 - Infra-Estruturas, na sequência de uma deliberação aprovada em reunião de 19 de Janeiro de 2000 pelo Conselho dos Sistemas e Tecnologias da Informação da Defesa (CSTID), o subcapítulo dedicado aos Sistemas e Tecnologias da Informação passa a disponibilizar um acréscimo considerável de informação, ao incorporar dados estatísticos sobre **áreas informatizadas, pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC) e utilização e acesso à Internet**, procurando-se também por esta via dar expressão à crescente importância que as novas tecnologias vêm assumindo nas mais diversas organizações à escala planetária; também no Capítulo 8 - Apoio Social houve necessidade de introduzir ligeiras alterações em alguns quadros, por forma a que os mesmos espelhassem um novo subsídio que o IASFA passou a conceder a alguns dos seus beneficiários; por último, no Capítulo 7 - Sistema de Forças, ultrapassadas que foram as condicionantes que no ano de 2000 afectaram a Marinha, decorrentes do forte empenhamento em Timor e da necessidade de satisfazer compromissos assumidos no âmbito da NATO e da UE, é possível retomar a apresentação de dados estatísticos acerca dos exercício sectoriais realizados pelo Ramo em 2001 (quadros 7.2.1 e 7.2.2).

Às entidades, organismos e pessoas que de algum modo ajudaram na elaboração deste Anuário agradece-se o seu precioso contributo. Aos utilizadores solicitam-se todas as críticas ou sugestões que visem melhorar a informação apresentada.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Resultado nulo
x	Dado não disponível
“	Estimativa
*	Dado rectificado
0	Dado inferior a metade da unidade utilizada
	Dado incompleto

Nota: *Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.*

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado para os referidos anos;*
- a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do MDN (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas.*

Nesta base, a informação relativa a 2001 deverá ser considerada como provisória, sendo corrigida, posteriormente, após publicação da CGE respectiva.

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no produto interno bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência 1995.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) do Ministério do Planeamento, Banco de Portugal (Relatório Anual de 2000) e Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macroeconómicos surgem alterados (desde 1995), por comparação com as edições anteriores, em virtude dos mesmos terem sido rectificadas pelo DPP, conforme comunicação recente.

Importa referir que os valores apurados neste capítulo não incluem os montantes referentes a “Contas de ordem” e “Despesas com compensação em receita” (DCCR).

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;*
- Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;*
- Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.*

Importa alertar para o facto de que os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas, em vigor desde 1989, passaram a ser incorporados no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, pelo que, neste estudo, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e manutenção”. Contudo, no âmbito das Forças Armadas, as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

Convém também assinalar que o agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes” inclui as rubricas “Construções militares” e “Material militar” que, por terem uma utilização de natureza predominantemente militar, não são caracterizáveis como bens de capital.

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), pela sua especificidade, bem como às LPM (Leis de Programação Militar), por serem, no seu conjunto, os principais pólos do investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, no período em análise.

Convém referir que em relação às LPM os valores apurados não são coincidentes com os publicados na Conta Geral do Estado, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

Em 2001, a Lei Orgânica n.º 5/2001, de 14 de Novembro, veio substituir a lei quadro das Leis de Programação Militar (Lei n.º 46/98, de 7 de Agosto) e a LPM 1998/2003 (Lei n.º 50/98, de 17 de Agosto). Os saldos provenientes da execução da anterior LPM foram incorporados nas dotações inscritas no mapa de programas da nova lei.

Integradas no esforço de Defesa e Segurança Nacionais, as Forças Armadas precisam de se reequipar e actualizar para fazerem face aos actuais riscos de ameaça à paz e à soberania, ameaças múltiplas e complexas aos Estados e aos povos.

A LPM de 2001 incorpora e desenvolve a aplicação de programas de investimento público de médio e longo prazo, relativos a forças, equipamento, armamento e infra-estruturas, para aquisição e modernização de material naval, aéreo e terrestre, imprescindível para a verdadeira capacidade operacional militar.

A nova LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos), e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros programas, bem como inscrever novos programas.

A LPM de 2001 prevê o recurso a contratos de locação, de modo a permitir a dilatação no tempo da satisfação do encargo financeiro dos programas, e define os montantes máximos de encargos com contratos de locação operacional, anualmente até 2018, e de 2019 a 2035 para alguns programas de maior peso financeiro.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente (excepção para 1998), a preços correntes. No entanto, se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se que tem existido uma oscilação, ora progredindo ora regredindo, consoante os anos em apreço. O valor da execução da Lei de Programação Militar (LPM), assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados. No que concerne a 1998, refira-se que o valor executado é resultante da entrada em vigor da LPM apenas a partir de Agosto de 1998, apresentando os anos subsequentes um valor mais elevado. A terceira fase da implementação do sistema retributivo do pessoal militar e o início da aplicação do *Regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado* (Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro), a que se refere a nova Lei do Serviço Militar (Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), são a justificação do acréscimo de despesas verificado em 2001, por comparação com 2000, no que respeita ao agrupamento Pessoal. A componente investimento evoluiu de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

No que concerne às despesas de operação e manutenção, a tendência tem sido para o decréscimo, salientando-se a grande redução registada em 2001, fruto das medidas de contenção orçamental que têm vigorado neste período.

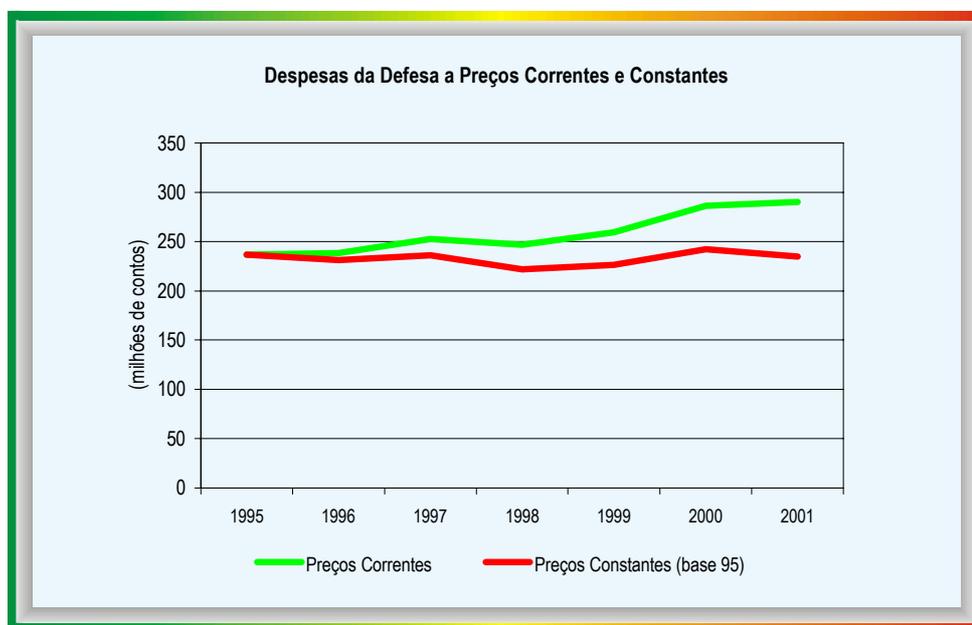
Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente pessoal continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de contos)

Ano	Preços correntes	Preços constantes (base 1995)
2001	290,1	234,7
Dados retrospectivos		
2000	286,3	242,3
1999	259,5	226,3
1998	246,8	222,0
1997	252,7	236,1
1996	238,5	231,3
1995	236,6	236,6

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

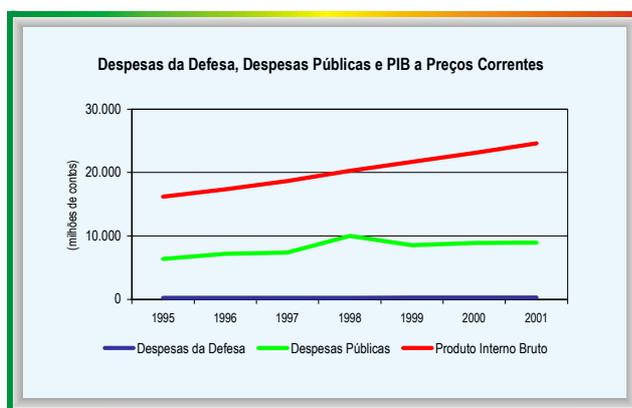
Ano	Varição anual
2001/00	1,33 %
Dados retrospectivos	
2000/99	10,33 %
1999/98	5,15 %
1998/97	- 2,33 %
1997/96	5,95 %
1996/95	0,80 %

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de contos)

Ano	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2001	290,1	8.968,8	24.619,2	234,7	7.254,6	19.913,8
Dados retrospectivos						
2000	286,3	8.884,0	23.107,9	242,3	7.516,6	19.551,1
1999	259,5	8.568,6	21.695,5	226,3	7.474,4	18.925,2
1998	246,8	10.006,3	20.313,4	222,0	8.999,1	18.268,8
1997	252,7	7.420,3	18.705,6	236,1	6.933,7	17.479,0
1996	238,5	7.157,7	17.339,7	231,3	6.942,5	16.818,3
1995	236,6	6.352,5	16.201,0	236,6	6.352,5	16.201,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, Relatório Anual 2000 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

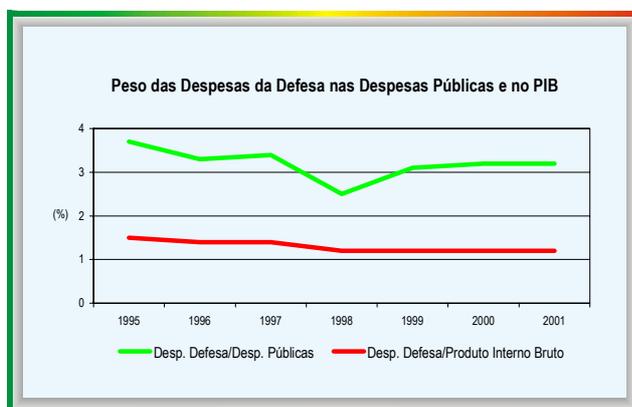


1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ /Despesas Públicas	Despesas da Defesa/ /PIB
2001	3,2	1,2
Dados retrospectivos		
2000	3,2	1,2
1999	3,0	1,2
1998	2,5	1,2
1997	3,4	1,4
1996	3,3	1,4
1995	3,7	1,5

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, Relatório Anual 2000 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

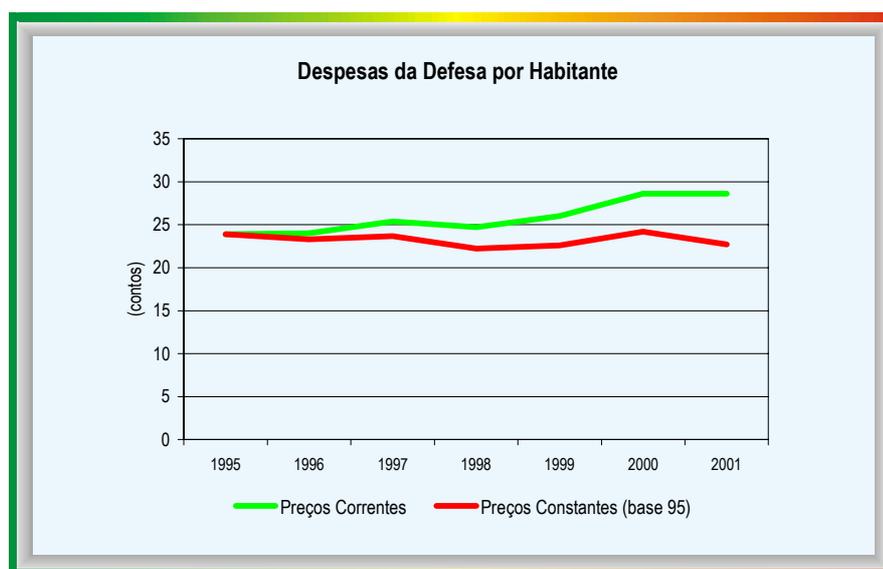
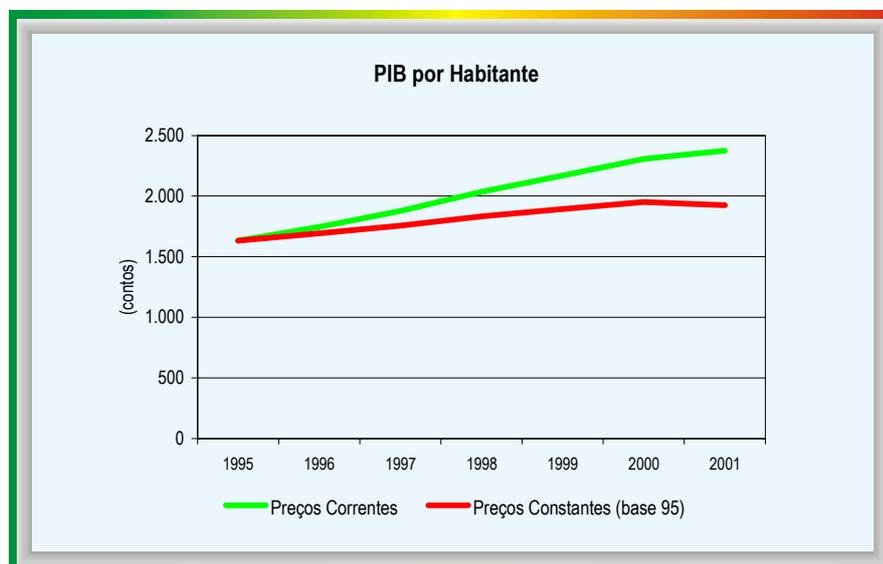


1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(contos)

Ano	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES	
	Despesas da Defesa/ /Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/ /Habitante	PIB/Habitante
2001	28,6	2.377,3	22,7	1.923,0
Dados retrospectivos				
2000	28,6	2.305,3	24,2	1.950,5
1999	26,0	2.170,0	22,6	1.892,9
1998	24,7	2.035,5	22,2	1.830,6
1997	25,4	1.878,6	23,7	1.755,4
1996	24,0	1.745,5	23,3	1.693,0
1995	23,9	1.633,0	23,9	1.633,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, Relatório Anual 2000 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Estatísticas Demográficas Janeiro 2001, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).



1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

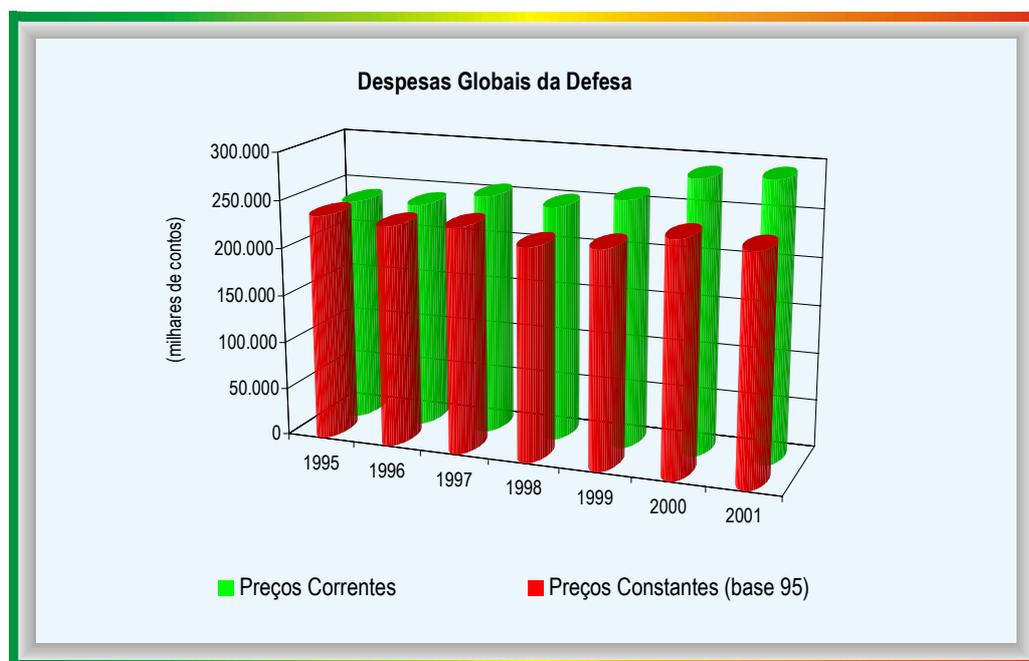
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	205.290,7	48.655,5	3.487,9	30.599,2	2.116,4	290.149,7
Dados retrospectivos						
2000	193.074,4	58.298,0	3.044,7	29.885,7	2.036,2	286.339,0
1999	174.861,2	63.873,7	3.178,4	16.728,2	820,8	259.462,3
1998	164.454,0	63.291,7	2.522,8	12.906,3	3.624,5	246.799,3
1997	161.053,0	55.431,9	1.450,2	31.071,1	3.704,8	252.711,0
1996	158.565,3	63.822,2	1.501,4	12.582,4	2.032,9	238.504,2
1995	151.643,5	69.888,5	1.736,5	12.836,0	525,7	236.630,2

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	166.053,7	39.356,1	2.821,3	24.750,8	1.711,9	236.693,8
Dados retrospectivos						
2000	163.356,2	49.324,7	2.576,1	25.285,7	1.722,8	242.265,5
1999	152.532,8	55.717,5	2.772,5	14.592,1	716,0	226.330,9
1998	147.901,6	56.921,3	2.268,9	11.607,3	3.259,7	221.958,8
1997	150.491,8	51.796,9	1.355,1	29.033,6	3.461,9	236.139,3
1996	153.797,6	61.903,2	1.456,3	12.204,1	1.971,8	231.333,0
1995	151.643,5	69.888,5	1.736,5	12.836,0	525,7	236.630,2

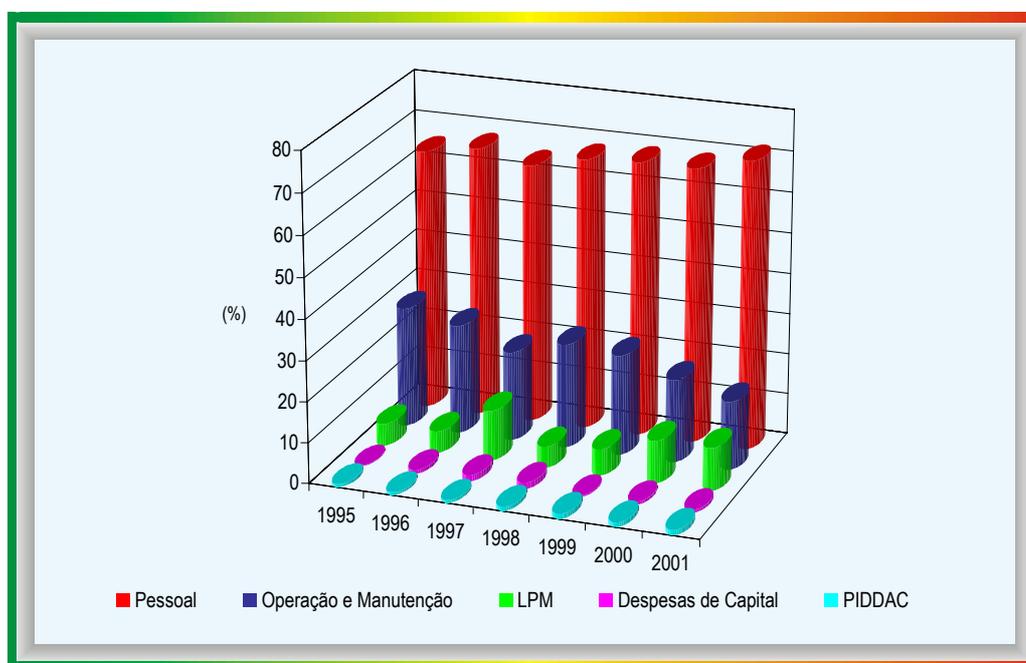


1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	70,8	16,8	1,2	10,5	0,7	100,0
Dados retrospectivos						
2000	67,4	20,4	1,1	10,4	0,7	100,0
1999	67,5	24,6	1,2	6,4	0,3	100,0
1998	66,7	25,6	1,0	5,2	1,5	100,0
1997	63,7	21,9	0,6	12,3	1,5	100,0
1996	66,4	26,8	0,6	5,3	0,9	100,0
1995	64,2	29,5	0,7	5,4	0,2	100,0



1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

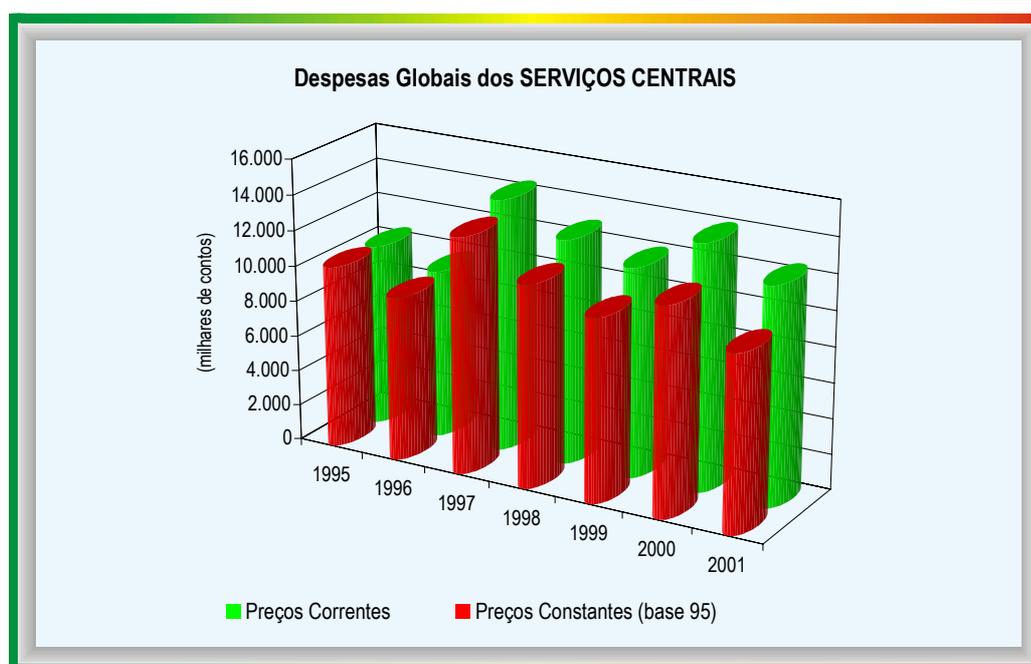
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	3.313,6	6.297,1	114,3	462,1	2.038,0	12.225,1
Dados retrospectivos						
2000	3.003,9	6.533,2	199,8	2.044,3	2.028,0	13.809,2
1999	2.705,1	6.661,2	18,8	1.607,0	800,6	11.792,7
1998	2.565,4	6.131,1	47,4	321,3	3.588,1	12.653,3
1997	2.680,9	4.932,7	0,0	2.919,1	3.682,7	14.215,4
1996	2.563,1	4.358,6	0,0	595,0	2.009,8	9.526,5
1995	2.961,2	6.527,7	0,0	294,0	477,9	10.260,8

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	2.680,3	5.093,5	92,5	373,8	1.648,5	9.888,6
Dados retrospectivos						
2000	2.541,5	5.527,6	169,0	1.729,7	1.715,8	11.683,6
1999	2.359,7	5.810,6	16,4	1.401,8	698,4	10.286,9
1998	2.307,2	5.514,0	42,6	289,0	3.227,0	11.379,8
1997	2.505,1	4.609,2	0,0	2.727,7	3.441,2	13.283,2
1996	2.486,0	4.227,5	0,0	577,1	1.949,4	9.240,0
1995	2.961,2	6.527,7	0,0	294,0	477,9	10.260,8



1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

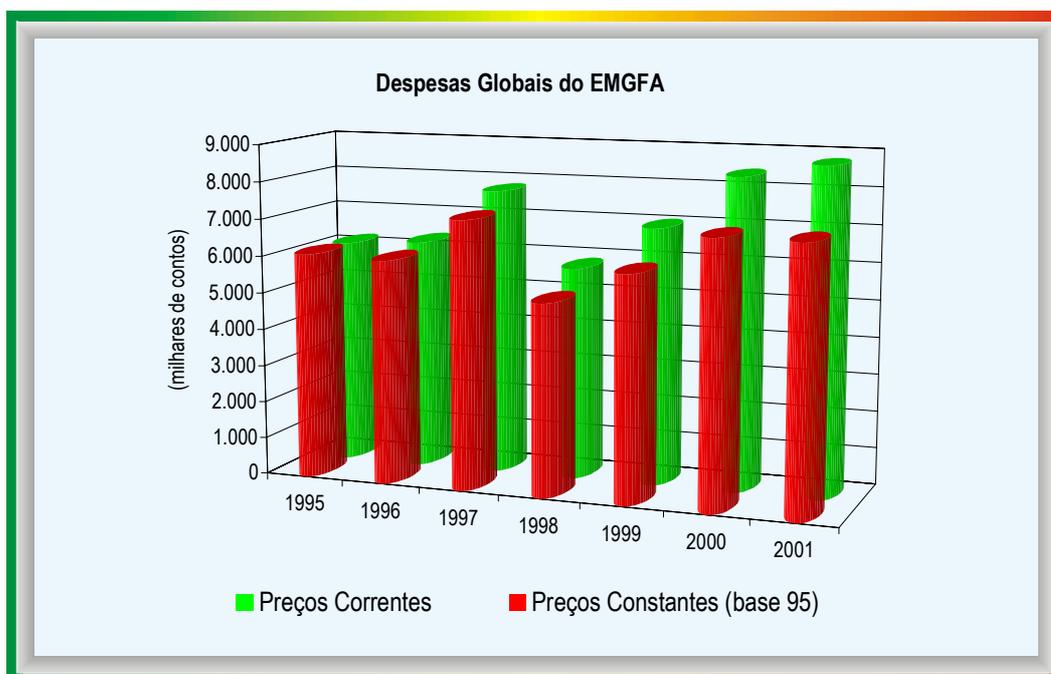
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	5.844,7	1.321,6	0,0	1.550,9	0,0	8.717,2
Dados retrospectivos						
2000	5.188,8	1.396,4	0,0	1.768,4	0,0	8.353,6
1999	4.240,1	1.881,7	0,0	796,7	0,0	6.918,5
1998	4.158,9	1.455,6	0,0	119,4	0,0	5.733,9
1997	4.252,6	1.231,0	0,0	2.238,6	0,0	7.722,2
1996	4.001,4	1.277,6	0,0	944,0	0,0	6.223,0
1995	3.462,2	1.443,9	0,0	1.188,0	0,0	6.094,1

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	4.727,6	1.069,0	0,0	1.254,5	0,0	7.051,1
Dados retrospectivos						
2000	4.390,1	1.181,5	0,0	1.496,2	0,0	7.067,8
1999	3.698,7	1.641,5	0,0	694,9	0,0	6.035,1
1998	3.740,3	1.309,1	0,0	107,4	0,0	5.156,8
1997	3.973,7	1.150,3	0,0	2.091,8	0,0	7.215,8
1996	3.881,1	1.239,2	0,0	915,6	0,0	6.035,9
1995	3.462,2	1.443,9	0,0	1.188,0	0,0	6.094,1



1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

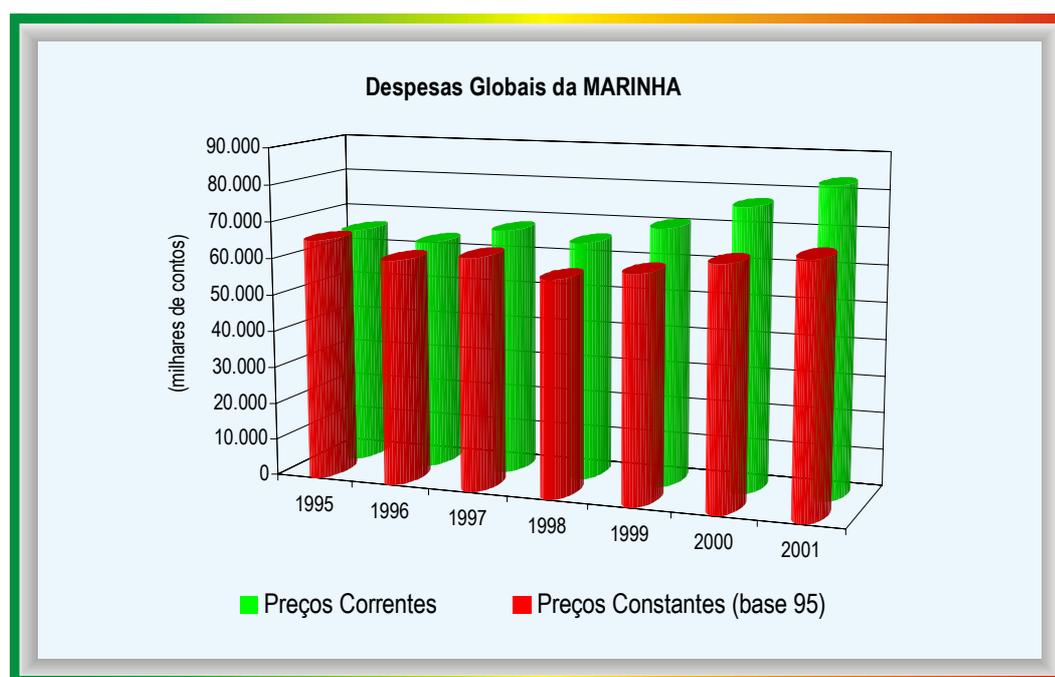
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	57.870,2	13.508,3	780,0	10.634,0	78,4	82.870,9
Dados retrospectivos						
2000	54.127,9	14.522,3	1.397,1	6.434,1	8,2	76.489,6
1999	49.202,5	15.306,8	1.739,1	3.707,8	20,1	69.976,3
1998	46.149,7	16.636,8	1.346,6	717,3	25,7	64.876,1
1997	44.136,4	15.406,9	1.134,0	6.577,3	22,1	67.276,7
1996	43.390,6	15.816,8	749,6	2.960,4	16,9	62.934,3
1995	42.930,7	18.081,1	804,9	3.533,0	38,3	65.388,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	46.809,5	10.926,5	630,9	8.601,5	63,4	67.031,8
Dados retrospectivos						
2000	45.796,5	12.287,1	1.182,1	5.443,8	7,0	64.716,5
1999	42.919,8	13.352,3	1.517,0	3.234,4	17,6	61.041,1
1998	41.504,7	14.962,3	1.211,1	645,1	23,1	58.346,3
1997	41.242,1	14.396,6	1.059,7	6.146,0	20,6	62.865,0
1996	42.085,9	15.341,2	727,1	2.871,4	16,4	61.042,0
1995	42.930,7	18.081,1	804,9	3.533,0	38,3	65.388,0



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

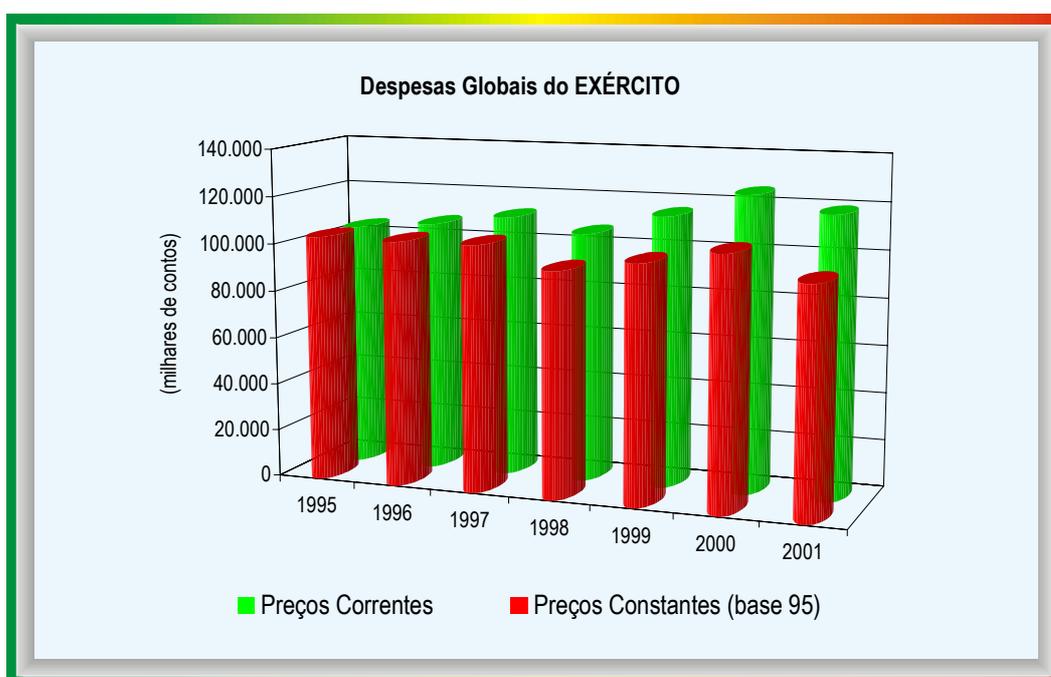
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	98.758,7	13.345,6	1.300,0	4.422,7	0,0	117.827,0
Dados retrospectivos						
2000	94.026,7	20.769,6	782,6	8.882,0	0,0	124.460,9
1999	85.549,9	22.371,0	729,9	5.583,2	0,0	114.234,0
1998	80.594,3	21.364,0	450,1	2.910,3	0,0	105.318,7
1997	79.404,6	18.979,3	227,6	12.205,4	0,0	110.816,9
1996	79.365,3	23.216,3	398,4	3.439,0	6,2	106.425,2
1995	73.414,6	25.754,9	489,8	4.024,0	9,5	103.692,8

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	79.883,1	10.794,8	1.051,5	3.577,4	0,0	95.306,8
Dados retrospectivos						
2000	79.554,0	17.572,7	662,1	7.514,9	0,0	105.303,7
1999	74.625,8	19.514,4	636,7	4.870,2	0,0	99.647,1
1998	72.482,4	19.213,7	404,8	2.617,4	0,0	94.718,3
1997	74.197,6	17.734,7	212,7	11.405,0	0,0	103.550,0
1996	76.979,0	22.518,2	386,4	3.335,6	6,0	103.225,2
1995	73.414,6	25.754,9	489,8	4.024,0	9,5	103.692,8



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

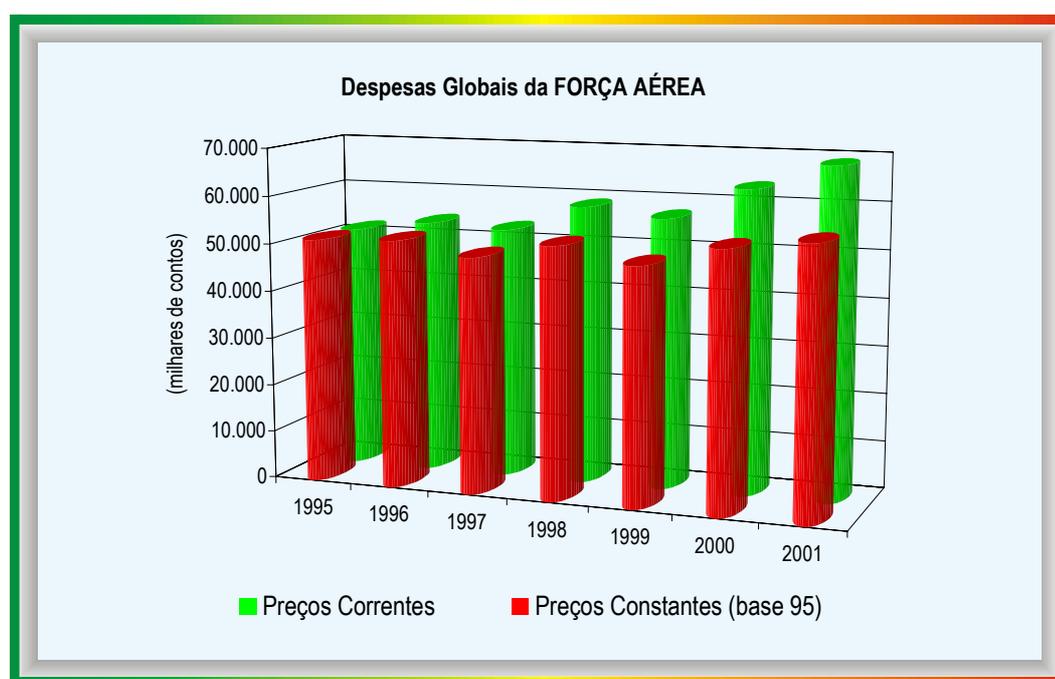
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	39.503,4	14.183,0	1.293,6	13.529,6	0,0	68.509,6
Dados retrospectivos						
2000	36.727,1	15.076,4	665,2	10.756,9	0,0	63.225,6
1999	33.163,6	17.653,0	690,6	5.033,6	0,0	56.540,8
1998	30.985,8	17.704,3	678,6	8.838,0	10,6	58.217,3
1997	30.578,4	14.882,0	88,5	7.130,7	0,0	52.679,6
1996	29.244,9	19.152,9	353,4	4.644,0	0,0	53.395,2
1995	28.874,8	18.080,9	441,8	3.797,0	0,0	51.194,5

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	31.953,2	11.472,2	1.046,4	10.943,7	0,0	55.415,5
Dados retrospectivos						
2000	31.074,0	12.755,9	562,8	9.101,2	0,0	53.493,9
1999	28.928,9	15.398,8	602,4	4.390,8	0,0	49.320,9
1998	27.867,1	15.922,3	610,3	7.948,4	9,5	52.357,6
1997	28.573,2	13.906,1	82,7	6.663,1	0,0	49.225,1
1996	28.365,6	18.577,0	342,8	4.504,4	0,0	51.789,8
1995	28.874,8	18.080,9	441,8	3.797,0	0,0	51.194,5



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

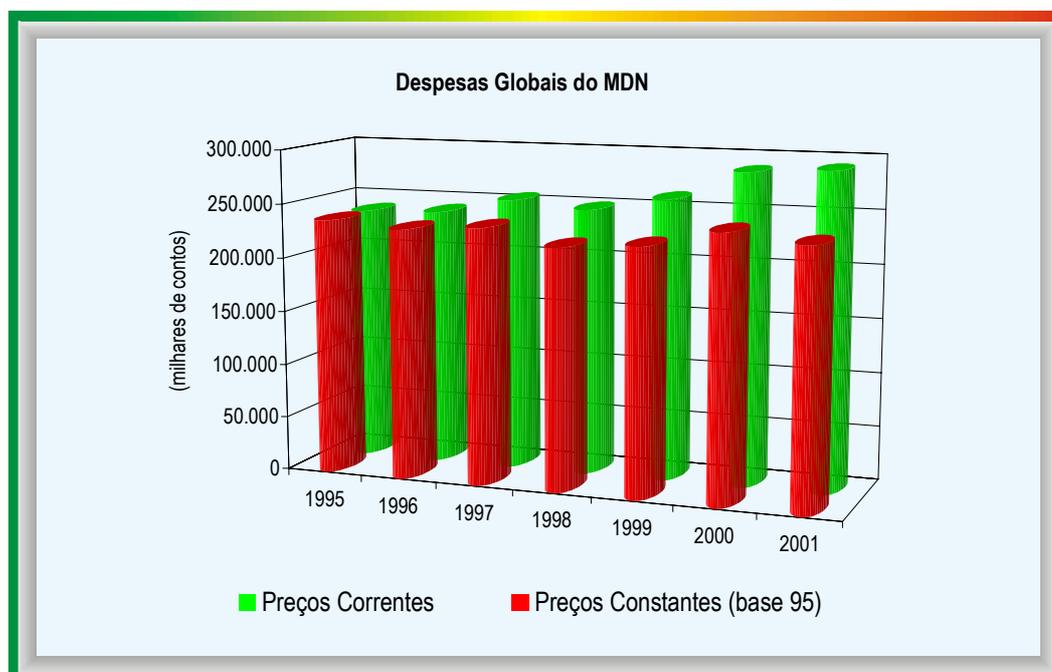
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	12.225,1	8.717,2	82.870,9	117.827,0	68.509,6	290.149,8
Dados retrospectivos						
2000	13.809,2	8.353,6	76.489,7	124.460,8	63.225,6	286.338,9
1999	11.792,7	6.918,5	69.976,4	114.233,9	56.540,8	259.462,3
1998	12.653,3	5.733,8	64.876,1	105.318,7	58.217,3	246.799,2
1997	14.215,4	7.722,2	67.276,8	110.817,0	52.679,6	252.711,0
1996	9.526,5	6.223,0	62.934,3	106.425,2	53.395,2	238.504,2
1995	10.260,8	6.094,1	65.388,0	103.692,8	51.194,5	236.630,2

FONTES: Conta Geral do Estado 1995/2000, SG/MDN – Execução 2001 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

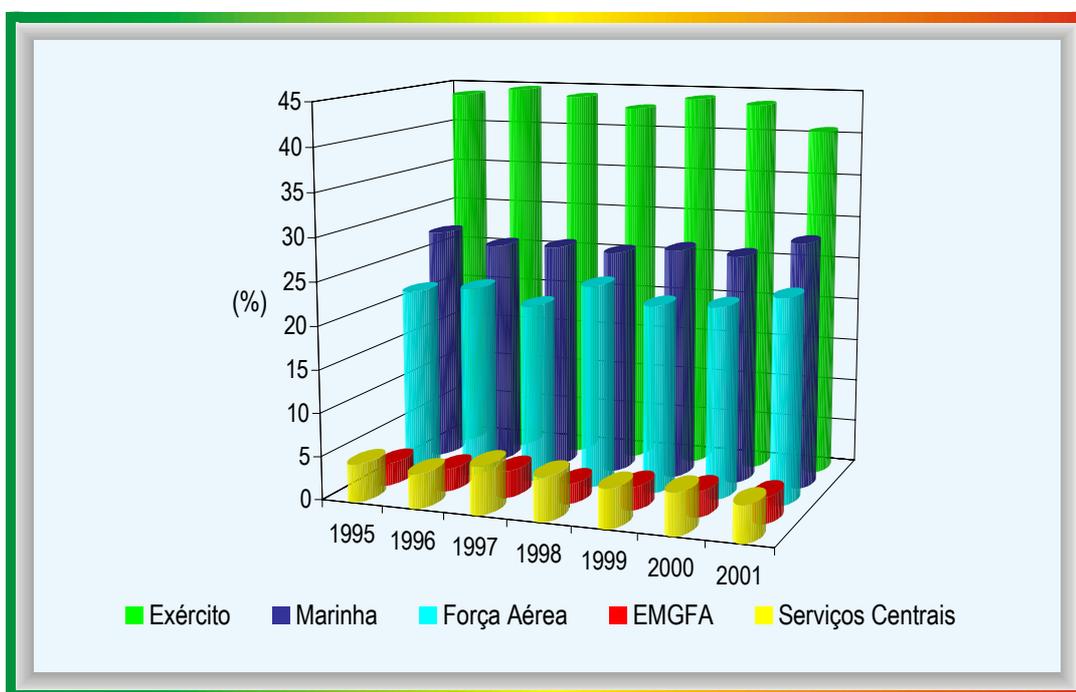
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	9.888,5	7.051,1	67.031,9	95.306,9	55.415,4	234.693,8
Dados retrospectivos						
2000	11.683,7	7.067,8	64.716,4	105.303,8	53.493,9	242.265,6
1999	10.286,9	6.035,0	61.041,0	99.647,1	49.320,9	226.330,9
1998	11.379,8	5.156,7	58.346,3	94.718,3	52.357,7	221.958,8
1997	13.283,2	7.215,8	62.865,0	103.550,1	49.225,1	236.139,2
1996	9.240,1	6.035,9	61.042,0	103.225,2	51.789,7	231.332,9
1995	10.260,8	6.094,1	65.388,0	103.692,8	51.194,5	236.630,2



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	4,2	3,0	28,6	40,6	23,6	100,0
Dados retrospectivos						
2000	4,8	2,9	26,7	43,5	22,1	100,0
1999	4,5	2,7	27,0	44,0	21,8	100,0
1998	5,1	2,3	26,3	42,7	23,6	100,0
1997	5,6	3,1	26,6	43,9	20,8	100,0
1996	4,0	2,6	26,4	44,6	22,4	100,0
1995	4,4	2,6	27,6	43,8	21,6	100,0



NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e os respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A política marítima do Estado, que visa no essencial a utilização do mar no interesse próprio, evitando também que outros o utilizem de forma prejudicial à economia e desenvolvimento do país, consubstancia-se, no plano operacional naval, através de uma tríade de missões: militares, diplomáticas e de interesse público. Por razões de custo/eficácia, à semelhança de outras pequenas potências, a Marinha desempenha em simultâneo esta tríade de missões, explorando a polivalência dos seus meios, na procura constante da máxima rendibilidade dos recursos.

A Marinha vem colocando, assim, ao serviço do país e também da comunidade internacional, a sua vocação, os seus recursos e ainda o seu conhecimento acumulado dos assuntos do mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação dos interesses básicos e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado. É o resultado dessa actividade que, relativamente ao ano de 2001, se pretendeu resumir em quadro próprio, assinalando-se, tanto as áreas de missão que competem à Marinha e os elementos orgânicos que têm a responsabilidade primária de as assegurar, como os meios que se empenharam para o efeito e os correspondentes montantes despendidos.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do Interesse Público, podem relevar-se as seguintes:

- Colaboração com a Polícia Judiciária no combate a actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações do Comando Naval;

- Colaboração com a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana na detecção e seguimento de embarcações suspeitas, através dos meios navais que se encontram em permanência no mar;
- Realização, nas zonas portuárias, costeiras e oceânicas, de levantamentos hidrográficos, que permitiram a publicação e actualização de cartas e publicações náuticas oficiais;
- Contribuição para a segurança da navegação, assegurando a coordenação nacional e a divulgação dos avisos aos navegantes, tendo sido ainda, no âmbito da sinalização marítima, executadas, pela Direcção de Faróis, 2.750 acções de manutenção de faróis, farolins, marcas e balizas;
- Ainda no âmbito da segurança da navegação, a rede de seis Estações Radionavais disseminadas pelo território nacional (Continente, Açores e Madeira), em escuta permanente de frequências de socorro, registou a seguinte actividade:
 - 41.888 mensagens NAVTEX emitidas (avisos aos navios em texto);
 - 5.389 intervenções inopinadas para avisos vitais/importantes;
 - 290 minutos de carga média diária em avisos à navegação e meteorológicos;
 - 56 intervenções em acções SAR (Serviço de Busca e Salvamento);
 - 53 pedidos de socorro escutados;
- Continuação das acções conducentes à actualização da rede maregráfica e publicação das Tabelas de Marés para os principais portos, quer nacionais, quer dos países africanos de língua oficial portuguesa;
- Promoção da investigação científica do mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da física, da geologia, da química e da poluição, quer com meios próprios, quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras;
- Intervenção na preservação do meio marinho, através de acções de monitorização dos níveis de poluição, de fiscalização das reservas naturais das Ilhas Selvagens e Desertas, de controlo dos níveis de poluição e do carregamento dos resultados num sistema de informação, tendo sido registadas 50 ocorrências de poluição, das quais 7 exigiram intervenção. Salienta-se ainda a realização, em Maio, na área do Departamento Marítimo do Centro (Sines) de um exercício regional de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos;
- Exercício da Autoridade Marítima através de acções de vistoria, desembaraço e fiscalização de embarcações (48.942 unidades), de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas (4.900 processos por ilícitos penais e contra-ordenacionais) e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval em apoio ao Sistema de Autoridade Marítima;
- No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, foram efectuadas 1.456 saídas de salvavidas, tendo-se salvo 179 vidas no mar em acidentes ocorridos na orla marítima e em acções de assistência aos banhistas em praias do litoral oceânico e prestado ainda assistência a 251 embarcações ao longo de 7.761 horas de missão. Pela intervenção de nadadores-salvadores foram salvas 1.537 vidas durante a época balnear;

- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo;
- Mantiveram-se activados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal e um dispositivo naval composto por, no mínimo, 2 corvetas, 2 patrulhas e 3 lanchas de fiscalização;
- Estes meios, com colaboração das Estações Radionavais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis pelo salvamento ou evacuação médica de 348 pessoas, em consequência da solicitação de 494 pedidos de assistência;
- Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral, e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;
- Realização das missões de fiscalização da pesca e da exploração dos recursos da ZEE nacional e águas territoriais, tendo sido vistoriadas no mar 6.974 embarcações, apurando-se 1.351 infracções;
- Algumas destas missões foram efectuadas em colaboração com a Inspeção-Geral das Pescas na realização de operações conjuntas de controlo e prevenção de ilícitos de pesca, através da utilização dos meios navais em permanência no mar;
- Colaboração no âmbito da Protecção Civil, através da participação nas seguintes missões:
 - Em Castelo de Paiva, em apoio à Capitania do Porto do Douro durante a situação de calamidade derivada do colapso da Ponte Hintz Ribeiro, Entre-os-Rios, ocorrida no mês de Março, tendo sido utilizadas várias metodologias de levantamento hidrográfico que levaram ao resgate das viaturas e grande parte das vítimas. Esta missão teve impacte nacional e mereceu os mais altos reconhecimentos;
 - Em Montemor-o-Velho, por ocasião das cheias do Rio Mondego;
- Colaboração nas medidas de segurança pessoal, implementadas por ocasião de visitas de figuras de Estado, quer isoladamente, quer em eventos de dimensão internacional, através de vistorias e controlo de acesso a áreas molhadas, por unidades de fuzileiros e de mergulhadores com capacidade de inactivação de engenhos explosivos;
- Apoio à política diplomática do Estado, através da presença de unidades navais emblemáticas da Marinha e do País, junto das comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo (caso do Navio-Escola “Sagres”, em Cabo Verde) e através da integração de navios nas forças navais constituídas no âmbito das alianças que o país integra (1 fragata na Força Naval permanente da NATO no Atlântico – STANAVFORLANT – e 1 fragata na Força Marítima Europeia – EUROMARFOR). Durante os cerca de 10 meses de integração na STANAVFORLANT, a referida fragata assumiu o papel de navio-chefe, a que correspondeu o exercício da função de COMSTANAVFORLANT por um oficial general português;
- Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais a

inúmeras visitas a navios, a organismos sediados na Base Naval de Lisboa, e à Base e Escola de Fuzileiros;

- Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas, quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;
- Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural e recreativo, através da realização de concertos e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações.

Das actividades acima elencadas é importante referir que a Marinha tem permanentemente guarnecidos cerca de 550 lugares, 370 dos quais no mar, com pessoal empenhado em tarefas de serviço público, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano.

No apuramento das horas de missão seguiram-se critérios distintos. Assim, no que concerne à actividade desenvolvida pelos meios dependentes do Comando Naval, contabilizaram-se o número de horas durante as quais os diversos meios estiveram empenhados em actividades respeitantes às diversas áreas de missão, tendo-se neste âmbito apurado um total de 128.742 horas de missão.

No que respeita aos órgãos regionais e locais do Sistema de Autoridade Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24 horas, durante 365 dias do ano, os 28 módulos de piquete da Polícia Marítima existentes nas capitánias dos portos, e 7 horas por dia, durante 251 dias no ano, as 44 Repartições Marítimas (28 Capitánias e 16 Delegações Marítimas).

No âmbito da Segurança Marítima, foi também seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24 horas, durante 365 dias do ano, as 30 Estações Salva-Vidas e os 55 Faróis;

No âmbito do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério a laboração de 7 horas dia, durante 251 dias no ano, às quais acrescem 192 horas de intervenções operacionais fora das horas normais de serviço.

Por fim, e no que respeita aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2001, o que significa que não foram levadas em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas, quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

No apuramento das despesas adoptaram-se dois critérios. No âmbito do centro de custos Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades, não só os custos de pessoal e de operação, os quais consideraram as despesas efectuadas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o

almoço) e combustíveis, mas também os custos de manutenção, calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional dos navios empenhados. No que respeita aos restantes centros de custos, contabilizaram-se todas as despesas efectuadas, com excepção das respeitantes à alimentação do pessoal militar que neles presta serviço e à manutenção de embarcações realizada pelo Arsenal do Alfeite.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(contos)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos			Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL								
		Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento									
Colaboração com Autoridades Cíveis	Comando Naval	324	Navio-Escola	1	1.515:00	16.542	Operação: 6.685 Manutenção: 14.398	-	37.625								
			Corveta	1						Viaturas	31	Botes	56				
Levantamento Hidrográfico	Instituto Hidrográfico	23	Sondadores feixe simples	10	300:00	3.000	9.900	-	12.900								
			Sondadores multifeixe	1						Perfiladores SVP	3	Receptores GPS	8	Polar Fix	1	Compensadores de arfagem	4
Autoridade Marítima	Comando Naval	88	Navios hidrográficos		4	7.992:00	23.918	Operação: 27.734 Manutenção: 187.657	-	239.309							
			DGM a) 81	Edifícios	780	1.757:00	7.422.918 b)	766.475 c)	552.852	8.742.245							
				Viaturas Motorizadas	8	1757:00											
				UAM's Semi-Rígidas	29												
Botes	66	8.760:00															
Direcção-Geral de Marinha	Polícia Marítima Comandos Regionais e Locais 471	400	Motores f/b	74													
			Tx/Rx	340													
Segurança Marítima	Instituto Hidrográfico	3	Computadores		3	5.400:00	9.000	2.000	-	11.000							
			DF (Sede) 124	Faróis/Farolins	389	1.757:00	394.962	32.908	98.436	526.306							
				Bóias luminosas	133												
			Bóias cegas	15													
			Faróis 116	Balizas	26	8.760:00											
				Sinais sonoros	28												
Viaturas	14																
Embarcações	3																
Direcção-Geral de Marinha	ISN (Sede) 145	145	Estações S/V	30	1.757:00	281.690	121.744	63.673	467.107								
			Embarcações S/V	22													
			Semi-Rígidas	76													
			Botes pneumáticos	101													
Salva-Vidas 89	89	89	Motores f/b	185	8.760:00												
			Viaturas	25													
			Auto-porta cabos	9													

2.1 – MARINHA (Continuação)

(contos)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL	
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento		
Preservação do Meio Marítimo	Instituto Hidrográfico	16	Garrafas colheita Colhedores sedimentos Salinómetro Autoanalizador Espectrómetro absorção atómica Cromatógrafos Embarcações Computadores Impressoras	4 2 1 1 2 3 2 8 2	560:00	2.100	3.000	10.000	15.100
	Direcção-Geral de Marinha	15	UAM' s Botes pneumáticos Lancha semi-rígida Pontões T40 Viaturas Tractor Grua-móvel Auto-Grua Montacargas Recuperadores Barreiras (mts) Enroladores Bombas Compressores Máq. Lav. alta pressão Tanques portáteis Sistema Barr.V 200m Sistema transrec	2 1 1 2 4 1 1 1 2 22 5.590 17 17 17 8 25 200m 1	1.949:00	48.480	371	3.863	52.714
Vigilância e Fiscalização da ZEE	Comando Naval	759			58.342:00	373.657	Operação : 286.131 Manutenção: 703.719	-	1.363.507
		191	Corvetas Patrulhas Lanchas de fiscalização	7 6 8	3.889:00	24.910	Operação : 19.075 Manutenção: 46.914	-	90.899
		271			2.593:00	16.607	Operação : 12.717 Manutenção: 31.276	-	60.600
Presença Naval	Comando Naval	562	Fragata Navios-Escola Corvetas Navio balizador	1 2 2 1	1.032:00	3.299	Operação : 5.330 Manutenção: 31.000	-	39.629
Investigação Científica do Mar	Instituto Hidrográfico	8	Autoanalizador Espectrómetro absorção atómica Cromatógrafos Cromatógrafo com detector de massa Analisador de carbono Computadores Impressoras	1 2 2 1 1 4 3	500:00	2.000	2.500	8.000	12.500

2.1 – MARINHA (Continuação)

(contos)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL	
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento		
Investigação Científica do Mar	Instituto Hidrográfico	25	Correntómetros Aanderaa	34	24.458:00	56.795	56.770	8.500	122.065
			Bóias ondógrafo	5					
			Perfiladores acústicos	5					
			Marégrafos	25					
			CTD	3					
			Salinómetro	1					
			Estações meteorológicas	4					
			Sistema de filtração	2					
			Draga SMT	3					
			Sonar lateral	1					
			Sistemas de reflexão sísmica	2					
			Remote Operated Vehicle	1					
			Magnetómetro	1					
			Navios hidrográficos	3					
			Estações de trabalho UNIX	2					
			Computadores pessoais	25					
			Portáteis	4					
Busca e Salvamento	Comando Naval	1.704	Centros de Busca e Salvamento Marítimo	2	9.300:00	135.001	Operação: 133.586 Manutenção: 249.902	-	518.489
			Sub-Centro de Busca e Salvamento Marítimo	1					
			Fragata	1					
			Corvetas	17					
			Patrulhas	5					
			Lancha de fiscalização	10					
			Navios hidrográficos	2					
Instituto Hidrográfico	20	Sonar lateral		600:00	(incluído em operação)	38.090	149.631	187.721	
		Sondador multifeixe							
		Sonar de varrimento							
		ROV							
		Embarcação							
		Viaturas							
		Computadores							
		GPS diferencial							
		Modelo de deriva		12:00	320	7	-	327	
		Computador pessoal							
TOTAL	-	5.462	-	151.750:00	8.815.199	2.789.889	894.955	12.500.043	

- a) Inclui a Escola da Autoridade Marítima e a Repartição de Pessoal da Polícia Marítima.
b) Inclui, pela primeira vez, verbas com emolumentos, alimentação, horas extraordinárias (1.046.145) e com custos suportados por outros subsistemas (ADMA, Fardamento, Hospital de Marinha e Formação).
c) Inclui, pela primeira vez, custos suportados por outros subsistemas (Direcção de Navios, Direcção de Abastecimento, Direcção de Infra-Estruturas e Direcção de Transportes).

EXÉRCITO

Tem sido tradição do Exército ao longo dos anos prestar apoio a diversas entidades civis, tarefas a que dedica especial empenho e que têm merecido sempre prestigiante reconhecimento público e proporcionado um ambiente propício ao estreitamento de relações entre os militares e as entidades civis envolvidas.

O Exército tem procurado dar resposta às inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido

ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas várias exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, o Exército tem colaborado com as autoridades civis, através de actividades da Engenharia Militar, apoio recreativo, cultural e logístico.

Colaboração com Autoridades Civas

Actividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, a Engenharia Militar, com os seus meios humanos e materiais, realizou vários trabalhos, de acordo com o Plano de Actividade Operacional Civil (PAOC), em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, através das comissões regionais, nos concelhos de Fronteira, Serpa, Macedo de Cavaleiros, Paredes, Pinhel, Belmonte, Almeida, Cabeceiras de Basto e Vila Nova da Barquinha.

Além das actividades previstas no PAOC, foram igualmente realizadas acções inopinadas, englobando o melhoramento e beneficiação das vias de comunicação e das infra-estruturas ligadas ao desenvolvimento socioeconómico das regiões, trabalhos de terraplanagem e pequenas obras de drenagem, desobstrução de vias públicas e remoção de entulhos.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas primárias e secundárias a unidades militares, o Exército prestou apoio à realização de diversas cerimónias civis e religiosas em todo o país.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram numerosos concertos e actuações, em resposta a solicitações das autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efectuou diversas sessões de saltos de demonstração de pára-quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país. Em simultâneo, uma mini-torre de saltos foi montada, permitindo aos mais jovens uma simulação do salto em pára-quedas.

Realizaram-se várias exposições e foi igualmente prestada colaboração no domínio da Cartografia Militar a várias entidades, podendo destacar-se a colaboração com o Instituto Nacional de Estatística nos trabalhos do Censos 2001.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país, dos quais se destacam o VI Festival Nacional de Arte Infantil – Projecto Riscos e Rabiscos e o Fim de Semana da Juventude, na Lousã.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efectuado aos peregrinos a Fátima e à participação na tradicional Procissão da Senhora da Saúde, em Lisboa.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com o Serviço Nacional de Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio ao Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A acção nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações do SNPC em situações de calamidade.

Acções de Defesa do Meio Ambiente

Na área do ambiente, desenvolveram-se várias actividades de recuperação e conservação ambiental: no âmbito interno das suas unidades e campos de instrução, ao nível da sensibilização e formação dos seus efectivos e no capítulo da colaboração com outras entidades.

No plano interno, é de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através de acções de formação, palestras e outras actividades. Em várias unidades têm sido implementados métodos de recolha selectiva de lixo e tem-se procedido a vários trabalhos de melhoria das condições ambientais nas áreas dos aquartelamentos e campos de instrução.

O Exército colabora no esforço nacional tendente a minimizar os efeitos negativos dos fogos florestais na economia do país pela protecção dos seus recursos vegetais, preservação do meio ambiente e segurança de pessoas e bens.

2.2 – EXÉRCITO

(contos)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materialis			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Cíveis - Plano de Actividade Operacional Civil	RMN	RE 3	57	14 TL 8 CR 6 AD 9 VB 3 AT 5 CV 5 NV 3 VM 1 VL 1 EL	13.467:00	36.314	(a)	(a)	(a)	(a)
	GML	RE 1	7	2 TL 2 DP 1 GL 2 VB 1 VTM 1 MC 1 NV 1 PL	6.148:00	22.635	(a)	(a)	(a)	(a)
	RMS	EPE	19	3 TL 3 CR 3 VB 2 NV 2 CV 1 VTM 5 DU 1 VTP 1 VTL 1 PL 1 GL	5.475:00	26.527	(a)	(a)	(a)	(a)
	RMN	RE 3	49	8 TL 4 CR 9 VB 6 VM 2 NV 2 CV 1 AG 1 AD 1 EL 1 RE 1 AT	1.691:00	10.860	(a)	(a)	(a)	(a)
	GML	RE 1	33	6 VTL 2 VTM 1 VB 6 CD 1 GL 1 CL 3 PL 3 TL 1 CR 1 NV 1 DP	798:00	10.469	(a)	(a)	(a)	(a)
	RMS	EPE	17	2 TL 2 CR 5 VB 1 VTP 1 CV 1 NV 1 VTM 2 PL 2 VTL 1 VL	2.095:00	23.292	(a)	(a)	(a)	(a)
Colaboração com Autoridades Cíveis - Apoios Inopinados										

2.2 – EXÉRCITO (Continuação)

(contos)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Apoio com Pontes	RMS	EPE	55	7 PL 3 GD 1 CR 12 VTP 2 VTM 6 VTL 1 VL	20:00	15.675	(a)	(a)	(a)	(a)
Apoios Diversos	GML	ESE EMEL EPI RE 1 RT HMP BISM BST CMEFD	1.230	VÁRIOS (Apoio em alojamento, alimentação, cedência de instalações e equipamentos, etc)	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
Colaboração com o SNPC - Plano ALUVIÃO	RMN	EPST RI 19 RE 3 CIOE	97	1 VTM 18 VTP 4 VTL 1 Gerador 1 CR 2 VB Pás Alojamento Alimentação	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
	GML	EPC RE 1	15	Pás Alojamento	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
	RMS	EPE RI 15	12	3 VTL 1 VTP 2 Tendas	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
Colaboração com o SNPC - Plano MAR LIMPO	RMN	EPAM RC 6	2 Secções	1 VTP 1 Atrelado de água	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
Colaboração com o SNPC - Plano LIRA	RMN	EPST RI 14 RA 4 RE 3 BSS	52	2 VTL 1 PL 1 TL 4 VTP 2 VTM	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
	CMSM	BMI	91	7 VTM 10 VTP 1 PS	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
Colaboração com o SNPC - Operação CASTELO DE PAIVA	RMN RMS	QG/RMN EPE EPT EPAM RI 13 RA 5 RE 3 CIOE	103	22 Viaturas 4 Tendas 2 Detectores de metais 4 Botes	-	-	(a)	(a)	(a)	(a)
TOTAL	-	-	-	-	29.694	145.772	(a)	(a)	(a)	(a)

(a) Estas despesas não se encontram referidas por serem parcialmente participadas pelas entidades civis envolvidas, nomeadamente, pelas autarquias locais.

Legenda:

AD - Auto Dumper
AG - Auto Grua
AM - Auto Maca
AMB - Ambulância
AT - Auto-Tanque
CL - Carregadora de Lagartas
CR - Carregadora de Rodas

CV - Cilindro Vibrador
EL - Escavadoras Lagartas
GL - Escavadora Giratória
NV - Motoniveladora
PL - Plataforma
PS - Pronto Socorro
TL - Tractor de Lagartas

VB - Viaturas Basculantes
VTL - Viatura Tática Ligeira
VTM - Viatura Tática Média
VTP - Viatura Tática Pesada
VL - Viatura Ligeira
VM - Viatura Média
VP - Viatura Pesada

Plano ALUVIÃO – Plano do Exército para apoio ao SNPC em situações de cheias
Plano MAR LIMPO – Plano do Exército para apoio do SNPC em incidentes ambientais na costa
Plano LIRA – Plano do Exército para apoio ao SNPC em situações de incêndios

FORÇA AÉREA

Como tem vindo a ser seu apanágio, a Força Aérea, como parte integrante do seu esforço operacional, dedica especial empenho às acções desenvolvidas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A panóplia de actividades empreendidas em colaboração com as autoridades civis, quer através da disponibilização dos seus meios aéreos, quer através de apoio a actividades de cariz recreativo, cultural e logístico, reflectem a importância desta vertente para a FAP, permitindo uma interacção constante entre a comunidade civil e a instituição militar, por forma a melhor servir os interesses da Nação.

De todo o seu esforço operacional, o desenvolvido no âmbito desta missão traduz-se em cerca de 16% do total da actividade aérea efectuada pela Força Aérea. No ano de 2001, estas acções foram repartidas pelas mais diversas áreas, como a seguir se indica.

Em apoio de autoridades civis efectuaram-se variadas missões, nomeadamente no transporte de altas individualidades, tendo sido apoiadas as seguintes entidades: Presidência da República; Assembleia da República; Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros e os vários Ministérios, nomeadamente o dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Defesa Nacional, do Equipamento Social, das Finanças, do Ambiente, da Justiça, e da Saúde, designadamente em acções de transporte de órgãos para transplante (18 missões). Foi ainda dado apoio aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira e ao Governo da República de S. Tomé e Príncipe. Foram ainda executadas missões para os seguintes organismos: Banco de Portugal, no transporte de valores, com destaque para a introdução do euro em Portugal; TAP - Air Portugal, SATA - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos e AEROCNDOR, no transporte de motores e componentes de aeronaves; CTT, no transporte de correio; AIR TRANSAT, em apoio à reparação do Airbus daquela companhia acidentado na Base das Lajes; Universidade Tecnológica do Michigan, em intercâmbio e apoio a programas de investigação científica; e JEPPESEN, em trabalhos de fotografia aérea.

No domínio das Evacuações Sanitárias, foram realizadas 506 missões, com um dispêndio de 881:15 horas de voo, das quais 154:10 em prol do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com 61 missões. Para o Governo Regional dos Açores foram executadas 181 missões e efectuado o transporte de 176 doentes e para o Governo Regional da Madeira, 134 missões envolvendo o transporte de 138 doentes. O Destacamento Aviocar em S. Tomé e Príncipe efectuou 10 missões, evacuando 45 doentes e em benefício dos Armadores de Navios desenvolveram-se 60 missões de evacuação a navios.

No âmbito das Operações de Apoio à Paz desenvolvidas em Timor, Kosovo e Bósnia, foram despendidas, respectivamente, 1.055:20, 185:15 e 338:25 horas de voo, distribuídas por vários tipos de missões, com predominância para o transporte de apoio logístico.

Em apoio da Vigilância e Fiscalização da ZEE, foram realizadas 308 missões no Continente, Açores e Madeira, num total de 1.186:35 horas de voo, cobrindo uma área de 4.374.575 MN². Esta colaboração foi em prol da Inspeção-Geral das Pescas, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Nestas acções foram detectados 1.342 alvos, dos quais foram identificados 1.255.

No âmbito da Verificação e Calibração de Ajudas Rádio, realizou-se um total de 140:25 horas de voo,

de apoio respectivamente à Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, E.P. e Aeródromo de Tires (05:35). Estas missões, de carácter eminentemente técnico, essenciais para a segurança da navegação aérea, compreendem a verificação e calibração das ajudas rádio instaladas no território continental e insular.

Em cumprimento das responsabilidades nacionais respeitantes à Busca e Salvamento nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e de Santa Maria, foram mantidas em alerta permanente 7 tripulações, com o envolvimento de meios aéreos C-130, P-3P, C-212, SA-330 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo). Os alertas foram activados para 165 missões, das quais 71 em resposta ao Centro Coordenador de Busca de Lisboa e 35 para o de Santa Maria. O número de missões remanescente correspondeu a pedidos do Serviço Nacional de Protecção Civil e dos Serviços Regionais de Protecção Civil dos Açores e Madeira; Instituto Nacional de Emergência Médica, em acções de apoio a navios, Governo da República de S. Tomé e Príncipe e ainda 13 missões em resposta ao alerta do sistema de emergência satélite COSPAS/SARSAT.

O prestígio da Força Aérea além fronteiras foi ainda assinalado com a presença de 4 F-16 e 4 ALPHA JET em festivais aéreos, respectivamente, no 25TH AIR FETE, no Reino Unido, e no RDAF Annual Open House, na Dinamarca.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as várias exposições aéreas, exposições itinerantes e exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural recebido 15.223 visitantes.

Interessa, finalmente, referir outras actividades realizadas pela Força Aérea sem o envolvimento de meios aéreos, nomeadamente a colaboração do Grupo de Engenharia de Aeródromos junto das autarquias, com apoio em equipamentos pesados e pessoal operador.

Foram também efectuadas numerosas visitas a unidades e proporcionado o baptismo de voo a alunos de várias escolas, para além de proporcionar o acampamento no Campo de Tiro de Alcochete a diversos estabelecimentos de ensino, agrupamentos e instituições.

No que toca à divulgação das actividades da Força Aérea em território nacional e internacional, quer de âmbito militar, quer no âmbito de cultura aeronáutica, mantém-se a publicação da revista aeronáutica de referência junto da camada civil, a "Mais Alto" que, para além da sua actividade normal, colaborou e esteve presente em várias manifestações de índole sociocultural.

Por último, a Banda de Música, como já vem sendo habitual e em colaboração com entidades civis, efectuou 27 concertos nas mais variadas zonas do país.

2.3 - FORÇA AÉREA

(contos)

Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Civas Transportes Especiais	ESQ. 501	2 Trip.	C-130	201:30	28.009	143.871	-	438.256
	ESQ. 502	6 Trip.	C-212	07:40	843	1.970	-	
	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 50	322:20	23.208	189.532	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	52:30 09:50	5.775 1.642	13.493 4.278	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	42:35	7.111	18.524	-	
Colaboração com o Sistema de Protecção Civil	ESQ. 502	1 Trip.	C-212	02:10	238	557	-	9.583
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	04:50 01:20	522 223	1.242 580	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	10:20	1.726	4.495	-	
Vigilância e Fiscalização da ZEE	ESQ. 401	3 Trip.	C-212	1.186:35	128.151	353.602	-	481.753
	ESQ. 501	2 Trip.	C-130	21:25	2.977	15.292	-	497.054
Busca e Salvamento	ESQ. 502	6 Trip.	C-212	167:40	18.443	43.090	-	
	ESQ. 552	4 Trip.	AL III	36:50	3.757	5.709	-	
	ESQ. 601	2 Trip.	P-3P	290:00	57.130	236.640	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212	96:20	10.597	24.758	-	
			SA-330	27:35	4.606	11.999	-	
ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	103:05	17.215	44.841	-		
Evacuação Sanitária	ESQ. 502	6 Trip.	C-212	100:40	11.073	25.871	-	460.843
	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 50	22:20	1.608	13.132	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	179:10 336:00	19.708 56.112	46.046 146.160	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	228:00	38.076	99.180	-	
	ESQ. 552	1 Trip.	AL III	15:05	1.539	2.338	-	
Transporte de Valores	ESQ. 501	1 Trip.	C-130	201:30	28.009	143.871	-	193.155
	ESQ. 711	1 Trip.	SA-330	03:20	557	1.450	-	
		1 Trip.	C-212	52:30	5.775	13.493	-	
Calibração de Ajudas Rádio	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 20	140:25	8.987	68.945	-	77.932
TOTAL	-	82 Trip.	-	3.863:58	474.630	1.674.959	-	2.158.576

Nota: Em 2001, não foram executadas missões de Controlo Aduaneiro e de Detecção de Poluição, embora essas sejam áreas a que a Força Aérea está sempre pronta a responder, dado ter atribuídos em permanência meios humanos e materiais para fazer face a eventuais solicitações.

RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

As relações externas de defesa promovem e desenvolvem acções concretas no quadro da política externa de defesa, fundamentalmente com aqueles países tradicionalmente aliados de Portugal, mas também com aqueles que o fim da guerra fria e o aparecimento de uma nova ordem política internacional permitiram a sua aproximação às organizações internacionais políticas e/ou militares, tendo Portugal empreendido e intensificado os contactos bilaterais com estes países, num verdadeiro conceito de parceria, bem expresso nos acordos de cooperação em matéria de defesa celebrados com a Rússia, Polónia, Hungria, Roménia, Bulgária, República Checa, Eslováquia, Eslovénia e os em fase de projecto com os 3 países Bálticos e a Ucrânia, colaborando na preparação e na adaptação dos seus aparelhos militares ao modelo de Forças Armadas susceptíveis de integração nas estruturas de defesa colectiva euro-atlânticas.

A atenção que vem sendo prestada à zona do Mediterrâneo, em especial ao Magrebe, onde as tensões sociais, políticas e religiosas representam um factor de ponderação na vertente externa da política de Defesa Nacional, assume, actualmente, inegável sentido estratégico. São dignos de nota os progressos alcançados neste âmbito com Marrocos e a Tunísia, com quem Portugal já celebrou acordos de cooperação em matéria de Defesa.

A actividade bilateral reflecte-se, concretamente, no estudo, apresentação e negociação de acordos, memorandos de entendimento e outros protocolos que ao nível do Ministério da Defesa Nacional se desenvolvem com os seus homólogos estrangeiros, mas igualmente o acompanhamento e a execução dos compromissos assumidos, de que a participação e o apoio ao Gabinete de S.Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional é uma das vertentes.

3.1 - ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEPÇÃO DA ÁFRICA SUB-SAHARIANA)

3.1.1 – Tratados, Acordos, Convenções e Memorandos de Entendimento

No ano em apreço, a cooperação bilateral – com excepção dos países da África Sub-Sahariana e nomeadamente os PALOP – desenvolve-se formalmente com 14 países da Europa, América do Norte/EUA e da América do Sul/Brasil e Chile, a estes devendo acrescentar-se o específico relacionamento que, embora sem suporte de qualquer acordo formal, vem tendo acrescida visibilidade com a República Popular da China.

O quadro seguinte revela e consubstancia a cooperação desenvolvida e promovida quer ao nível do Ministério da Defesa Nacional, quer ao nível dos próprios Ramos das Forças Armadas que assumem um papel determinante na credibilização da cooperação bilateral de Defesa.

PAÍSES	EM VIGOR	EM PROJECTO	EM RENEGOCIAÇÃO
Alemanha	4	-	-
Bélgica	2	-	-
Brasil	4	-	-
Bulgária	1	-	-
Chile	1	-	-
Eslováquia	1	-	-
Eslovénia	1	-	-
Espanha	7	-	-
Estónia	-	1	-
EUA	10	-	-
França	6	-	-
Grécia	3	-	-
Hungria	1	-	-
Letónia	-	1	-
Lituânia	-	1	-
Marrocos	4	-	-
Polónia	2	-	-
Reino Unido	2	-	-
República Checa	1	-	-
Roménia	2	-	-
Rússia	4	-	-
Tunísia	1	-	-
Ucrânia	-	1	-
TOTAL	57	4	0

A cooperação bilateral de defesa é desde há muito uma realidade concreta, em especial com países da Europa Ocidental, EUA e Brasil, materializada em actividades muito diversificadas, no âmbito militar e também em consultas político-militares.

Especificamente, relevam-se como mais significativos, durante o ano em apreço, os seguintes desenvolvimentos:

- A cooperação bilateral com os EUA decorre, normalmente, com base no Acordo de Cooperação e Defesa e desenvolve-se sob a coordenação das diversas comissões criadas no âmbito de tal acordo e responsáveis pela implementação do mesmo;
- Com o Brasil, e para além das correntes e tradicionais acções de cooperação, em especial no domínio militar, estima-se a ocorrência, no futuro próximo, de renovados desenvolvimentos, após a reformulação da sua arquitectura político-militar de segurança e defesa, com a recente criação do Ministério da Defesa.

3.1.2 – Programas de Cooperação/Actividades

As áreas mais significativas que têm vindo a ser contempladas nos diversos programas de cooperação, normalmente com uma duração bienal e anualmente apreciados em reuniões de comissões mistas, entretanto criadas no âmbito dos respectivos acordos (e que se reúnem ora em Portugal, ora num dos outros países), são as que no quadro abaixo se identificam.

PAÍSES	ACTIVIDADES
BULGÁRIA	Troca de experiência sobre o sistema da logística do MDN; gestão de qualidade e dos armamentos e equipamentos de defesa. Standardização e normalização, em Sófia; Conversações sobre planeamento de defesa, gestão de crises e logística, na Bulgária (Sófia); Conversações sobre controlo do tráfego aéreo, em Lisboa; Reunião da Comissão Mista Luso-Búlgara, em Sófia; Participação de oficiais búlgaros no treino com simulador de F-16, em Portugal; Troca de experiência no domínio das Operações Especiais; Visita à BAI e ao CIOE, em Portugal; Visita de uma delegação Búlgara ao IGeoEx e IH, em Lisboa; Participação de 2 pilotos da Força Aérea Búlgara no treino de fisiologia de voo, em Lisboa.
ESLOVÁQUIA	Conversações sobre indústrias de defesa, em Lisboa; Reunião da Comissão Mista, em Bratislava; Troca de experiência sobre desminagem humanitária, em Bratislava; Conversações sobre a utilização da Artilharia em operações de manutenção de paz, em Bratislava; Participação de oficiais eslovacos, como observadores, num exercício da BLI, em Portugal.
ESLOVÉNIA	Conversações sobre protecção do ambiente no domínio da defesa, em Lisboa; Participação de oficiais eslovenos num exercício baseado no sistema Vigreste. Conferência do planeamento do exercício "Proteus 2002", em Lisboa; Reunião da Comissão Mista, em Ljubljana; Conferência preparatória do exercício "Proteus 2002", em Ljubljana.
ESPANHA	Reunião preparatória da Cimeira Luso-Espanhola, no MNE, em Lisboa; Reunião interministerial de coordenação para a publicação relativa ao relacionamento bilateral, em Lisboa; Visita do Ministro da Defesa espanhol, Federico Trillo, a Lisboa.
EUA	Reunião preparatória do Comité Bilateral de Infra-Estruturas Portuárias e Aeronáuticas dos Açores, na Base das Lajes; Reunião do Comité Bilateral de Infra-Estruturas Portuárias e Aeronáuticas dos Açores, em Lisboa; Reunião preparatória da 16ª reunião da Comissão Técnica, nos Açores; 16ª Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa; Visita do Vice-Almirante Martin Mayer, Comandante Chefe Adjunto do USJFCOM, em Lisboa; Visita de uma delegação de congressistas dos EUA, em Lisboa; 1ª Reunião preparatória da XI reunião da Comissão Bilateral Permanente, nos Açores; 2ª Reunião preparatória da XI reunião da Comissão Bilateral Permanente, nos Açores; Reunião preparatória da 17ª Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa; XI Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Lisboa; 17ª Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa; Reunião preparatória da 18ª Reunião da Comissão Técnica, nos Açores; 18ª Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa; 1ª Reunião preparatória da XII Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Lisboa; XII Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Washington.

PAÍSES	ACTIVIDADES
HUNGRIA	<p>Curso de Operações Especiais, em Lamego; Reunião da Comissão Mista Luso-Húngara, em Lisboa; Troca de experiência sobre formação militar e treino, em Lisboa; Visita de uma delegação da Agência de Controlo de Armamentos Húngaros à UNAVE, em Lisboa; Visita de S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional à Hungria; Visita de uma delegação húngara para conversações sobre experiência portuguesa da utilização de F-16, em Monte Real; Consultas sobre planeamento, coordenação e execução do orçamento de defesa, em Budapeste; Troca de experiência sobre as relações públicas de defesa, em Lisboa. Visita do Chefe do Instituto Geográfico do Exército a Budapeste; Visita de uma delegação das OGMA a Budapeste; Conversações sobre protecção do ambiente no domínio da defesa, em Lisboa; Visita oficial do CEMGFA húngaro a Portugal.</p>
MARROCOS	<p>Estágio de Simulador de C-130, em Kenitra; Visita à Academia da Força Aérea, em Rabat; 7^a Reunião da Comissão Mista Luso-Marroquina, em Rabat; Visita do Director do Instituto Hidrográfico marroquino ao IH português; Observação de um exercício anti-poliuição, em Sines; Estágio de Simulador de C-130, em Kenitra; Observação do exercício Tejo, em Santa Margarida; Visita ao MRCC, em Lisboa; Estágio de Sobrevivência, em Portugal; Visita à Escola Prática de Transmissões, no Porto; Estágio de Simulador C-130, em Marrocos; Visita do NE SAGRES a Casablanca; Embarque no NE SAGRES de cadetes, em Casablanca; Visita à Escola Prática de Cavalaria em Santarém; Estágio de Sobrevivência, no Montijo; Estágio de Simulador C-130 em Meknes; Início do Curso Geral de Guerra Aérea, em Lisboa; Estágio de Fisiologia de Voo, em Portugal; Estágio na Direcção de Faróis, em Portugal; Visita a museus, em Portugal; Observação do exercício Livex, em Marrocos; Início do Curso Superior de Guerra Aérea, em Portugal.</p>
POLÓNIA	<p>Curso de Operações Especiais, em Lamego; Conversações sobre cooperação bilateral na área das instalações militares de recreio, em Lisboa; Troca de experiência sobre políticas de pessoal e treino militar, em Varsóvia; Visita de uma delegação da BAI à 6^a Brigada Aerotransportada da Cracóvia; Curso de Sobrevivência para pilotar no mar e em terra, em Portugal; Troca de experiência no domínio da protecção NBQ, desenvolvimento de equipamento e sua adaptação aos requisitos da NATO, em Portugal; Reunião da Comissão Mista, em Lisboa.</p>
REPÚBLICA CHECA	<p>Visita oficial do CEMGFA checo a Lisboa; Visita de uma delegação da Academia da Força Aérea a Brno; Reunião da Comissão Mista, em Praga.</p>

PAÍSES	ACTIVIDADES
ROMÉNIA	<p>Troca de experiência entre oficiais responsáveis pelas posições FAC durante as missões de CAS, em Portugal;</p> <p>Visita de S.Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional à Roménia;</p> <p>Curso de Busca e Salvamento na FAP, em Portugal;</p> <p>Visita do Inspector-Geral das Forças Armadas romenas à IGFA, em Lisboa;</p> <p>Reunião da Comissão Mista, em Lisboa;</p> <p>Participação de pilotos romenos na organização de missões táticas de lançamento aéreo (air-dropping), em Portugal;</p> <p>Conversações sobre orçamento de defesa e protecção social dos militares, em Lisboa;</p> <p>Visita oficial do CEME da Roménia a Portugal;</p> <p>Visita oficial do General CEMFA à Roménia;</p> <p>Conversações sobre a cadeia de comando e a estrutura e funções da organização da logística.</p> <p>Troca de experiência sobre standardização e catalogação em matéria de logística, em Bucareste.</p>
TUNÍSIA	<p>Visita do Director do Instituto Hidrográfico tunisino, em Lisboa;</p> <p>Reunião da Comissão Mista Luso-Tunisina, em Tunes;</p> <p>Assinatura do <i>Memoire d'Accord</i> entre a INDEP, SA e DUM (congénere tunisina), em Lisboa;</p> <p>Visita de uma delegação tunisina à Escola de Sargentos do Exército;</p> <p>Visita à Academia Militar, em Lisboa;</p> <p>Visita da FF Sacadura Cabral à Tunísia;</p> <p>Embarque de cadetes no NE SAGRES, em Casablanca;</p> <p>Embarque de cadetes no Navio KHAIREDDINE, na Tunísia;;</p> <p>Visita aos museus militares, em Portugal;</p> <p>Visita Oficiais Segurança de Voo;</p> <p>Estágio de Fisiologia de Voo, em Portugal;</p> <p>Conferência no IDN sobre "A Política de Defesa da Tunísia", proferida pelo Coronel Major HAMED TRIMECH, Director do IDN da Tunísia.</p>

As actividades acima mencionadas desdobram-se, de acordo com as especificidades e os interesses próprios de cada um dos países envolvidos em tal cooperação, por programas que, em termos práticos e para efeitos não só da credibilidade mas também por razões de condicionamentos orçamentais e de efectiva capacidade de resposta dos órgãos, unidades ou estabelecimentos envolvidos, se traduzem no envolvimento, por actividade, de 3 a 4 elementos e de duração média de 4 a 5 dias.

3.1.3 – Cruzeiros de Investigação Científica

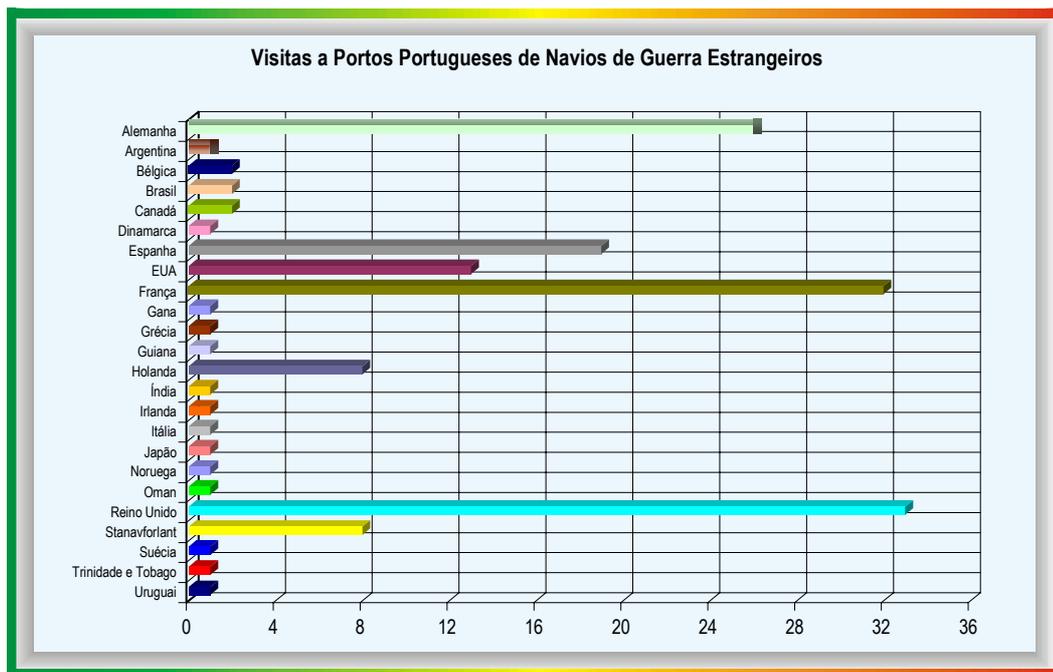
No âmbito das relações bilaterais, foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

PAÍSES	CRUZEIROS
Alemanha	4
Austrália	1
Espanha	2
EUA	1
França	13
Holanda	1
Panamá	2
Reino Unido	5
Rússia	2
TOTAL	31

3.1.4 – Visitas a Portos Portugueses de Navios de Guerra Estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

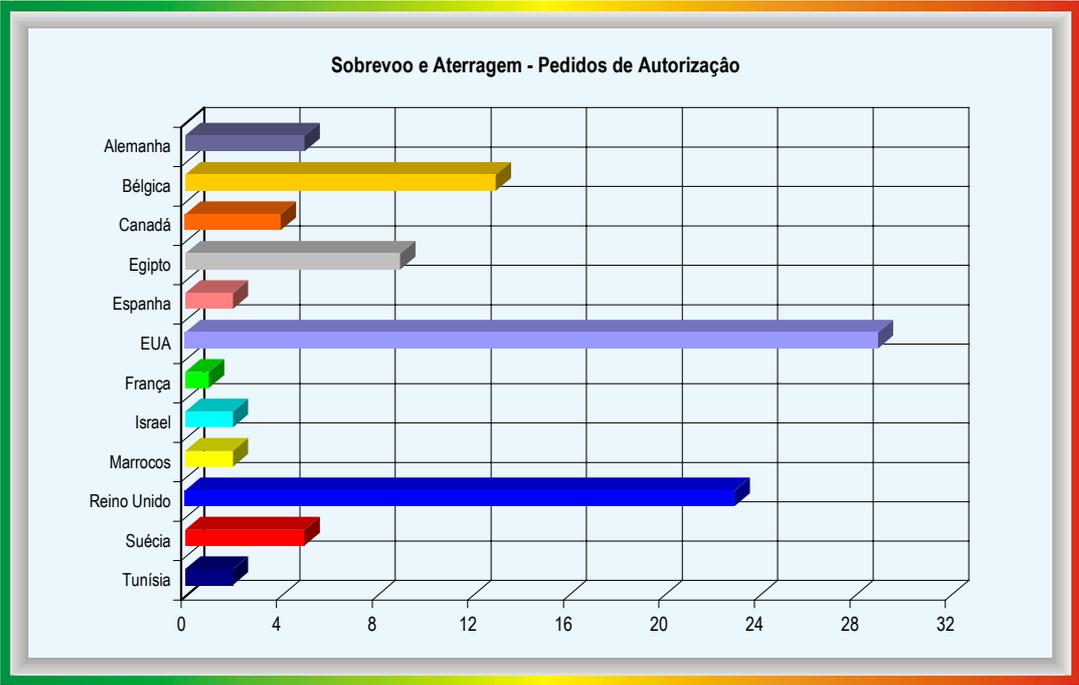
PAÍSES/ORGANIZAÇÃO	VISITAS
Alemanha	26
Argentina	1
Bélgica	2
Brasil	2
Canadá	2
Dinamarca	1
Espanha	19
EUA	13
França	32
Gana	1
Grécia	1
Guiana	1
Holanda	8
Índia	1
Irlanda	1
Itália	1
Japão	1
Noruega	1
Oman	1
Reino Unido	38
Stanavforlant	8
Suécia	1
Trinidade e Tobago	1
Uruguai	1
TOTAL	164



3.1.5 – Sobrevoos e Aterragem - Pedidos de Autorização

Para aeronaves transportando material contencioso:

PAÍSES	SOBREVOOS E ATERRAGENS
Alemanha	5
Bélgica	13
Canadá	4
Egipto	9
Espanha	2
EUA	29
França	1
Israel	2
Marrocos	2
Reino Unido	23
Suécia	5
Tunísia	2
TOTAL	97



COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) procuram identificar e quantificar as acções realizadas, as áreas de intervenção e os co-relativos investimentos.

A Cooperação Técnico-Militar com os PALOP executa-se através de programas-quadro (planos directores) bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PALOP.

A componente formação de pessoal constitui-se como nuclear. Para além do estabelecimento anual de um programa de formação de pessoal dos PALOP, em Portugal, os projectos que se executam, no terreno, são na sua maioria direccionados para a criação e/ou reorganização de Estabelecimentos de Ensino e Centros de Instrução/Formação Militar nos PALOP, com o objectivo de, progressivamente, se irem criando capacidades que permitam aos PALOP ficarem auto-suficientes no sector da Formação e Instrução das respectivas Forças Armadas.

Decorrente da inclusão da cooperação no domínio da Defesa na recente emenda à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, a CTM alargou a sua actividade ao nível multilateral.

As acções de CTM executadas, multilateralmente, são definidas e avaliadas pelos Ministros da Defesa da CPLP em sede da respectiva reunião anual.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da Cooperação Técnico-Militar bilateral e no formato CPLP inscrevem-se na contribuição portuguesa para a ajuda ao desenvolvimento (APD Portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PALOP

Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas.

Multilaterização da Cooperação Técnico-Militar no Formato Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desenvolvimento de acções de CTM conjuntas, ao nível dos países que constituem a CPLP, com o objectivo de, por um lado, colocar ao dispor de todos os países lusófonos as capacidades de cada um e, por outro lado, fomentar a preparação e treino de forças conjuntas vocacionadas para o desempenho de missões de manutenção de paz e de ajuda humanitária.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar

Mecanismo de duração trienal, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (formação de pessoal, assessorias, reabilitação de infra-estruturas, fornecimento de material). O conjunto dos projectos aprovados bilateralmente designa-se por programa-quadro de duração trienal.

Outras Acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico (acções avulso).

Acções de Formação, Promoção e Especialização e Qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um órgão militar ou civil e que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência Hospitalar

Assistência médica em hospitais militares portugueses, de militares das Forças Armadas dos PALOP, evacuados dos respectivos países para esse efeito. Esta assistência poderá ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de Estrutura

Despesas relativas a encargos assumidos com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares e civis deslocados nos PALOP no desempenho de missões de Cooperação Técnico-Militar, com o parque de viaturas e com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente.

3.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

3.2.1 – Projectos de Cooperação Técnico-Militar com os PALOP

República de Cabo Verde Guarda Costeira Instituto de Estudos Militares Centro de Instrução do Morro Branco Formação de Quadros Militares em Portugal Serviço de Saúde Atualização das Cartas Topográficas Escala 1:25 000
República da Guiné-Bissau Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Organização da Marinha Nacional Organização do Sistema de Formação e de Instrução Militar dos Três Ramos das Forças Armadas/CIM Cumeré Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares Formação e Organização da Unidade de Engenharia Militar de Construções Apoio no Âmbito do Serviço de Material
República Democrática de S. Tomé e Príncipe Reorganização do Comando do Exército Organização da Guarda Costeira Desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares Desenvolvimento das Capacidades da Engenharia Militar Sustentação da Rede de Ajudas Visuais à Navegação
República de Angola Apoio ao MINDEN / EMGFAA Instituto Superior de Ensino Militar Academia Militar Centro de Instrução de Comandos Marinha de Guerra Angolana Força de Fuzileiros Navais Apoio ao Comando e Sistemas Funcionais do Exército Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar Banda de Música e Levantamento das Fanfarras Escola de Sargentos do Exército (Lubango) Escola de Oficiais do Exército (Lobito) Escola de Aviação (Lobito) Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra (AFICRA)
República de Moçambique Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar Apoio Técnico ao Centro de Formação da Polícia Militar Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais Apoio à Força Aérea de Moçambique na Área da Formação Técnica Apoio Técnico à Organização do Sistema de Saúde Militar

3.2.2 – Despesas dos Projectos de Cooperação Técnico-Militar e Militares Portugueses Deslocados em Missões nos PALOP

(contos)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	PAÍSES											TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique				
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	
Assessorias e/ou Unidades Móveis	10	24.651	21	37.024	9	13.137	89	282.363	51	184.271	180	541.446	
Recuperação de infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.133	-	71.133	
Material	-	5.893	-	22.822	-	27.208	-	30.953	-	25.844	-	112.720	
Transporte de material e pessoal	-	2.003	-	3.431	-	2.296	-	18.093	-	16.437	-	42.260	
Formação de pessoal	-	-	-	389	-	549	-	-	-	2.075	-	3.013	
TOTAL	10	32.547	21	63.666	9	43.190	89	331.409	51	299.760	180	770.572	

3.2.3 – Formação de Militares dos PALOP em Portugal por Tipo de Curso e por Ramo das FA's

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	21	6	2	26	22	77
	Exército	5	1	2	9	8	25
	Força Aérea	1	-	-	8	1	10
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	3	2	-	11	2	18
	Força Aérea	1	-	-	5	2	8
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	16	-	16
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	21	6	2	26	22	77
	Exército	8	3	2	36	10	59
	Força Aérea	2	-	-	13	3	18

3.2.4 – Despesas Suportadas pelos Ramos das FA's

(contos)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação em Portugal	Marinha	6.812	3.362	1.680	8.405	7.327	27.586
	Exército	5.926	1.970	2.034	16.181	7.363	33.474
	Força Aérea	2.986	-	-	36.557	2.896	42.439
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP	Marinha	17.634	15.705	-	36.955	48.392	118.686
	Exército	-	9.242	6.318	109.841	66.858	192.259
	Força Aérea	-	-	-	43.361	2.341	45.702
Material fornecido	Marinha	1.658	18.336	1.478	338	3.300	25.110
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	781	106	887
Outros custos	Marinha	34	28	39	1.169	75	1.345
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	26.138	37.431	3.197	46.867	59.094	172.727
	Exército	5.926	11.212	8.352	126.022	74.221	225.733
	Força Aérea	2.986	-	-	80.699	5.343	89.028

3.2.5 – Formação de Militares nos PALOP por Tipo de Curso e por Ramo das FA's

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	54	-	-	325	399	778
	Exército	-	-	285	886	381	1.552
	Força Aérea	-	-	-	12	-	12
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	83	-	24	107
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	200	-	200
	Força Aérea	-	-	-	7	-	7
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	118	-	118
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	54	-	-	325	399	778
	Exército	-	-	368	1.204	405	1.977
	Força Aérea	-	-	-	19	-	19

3.2.6 – Assistência Hospitalar em Portugal a Militares dos PALOP e seus Familiares e Respectivas Despesas

(contos)

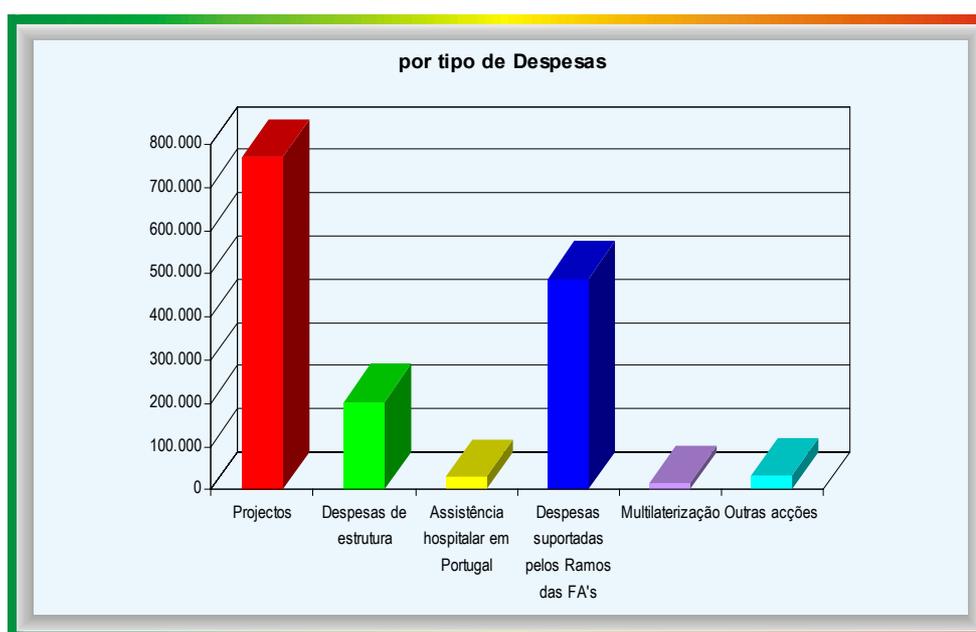
Pessoal Assistido	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	4	566	4	10.188	7	2.395	21	15.095	-	-	36	28.244
Familiares	-	-	1	97	3	1.500	4	107	-	-	8	1.704
TOTAL	4	566	5	10.285	10	3.895	25	15.202	-	-	44	29.948

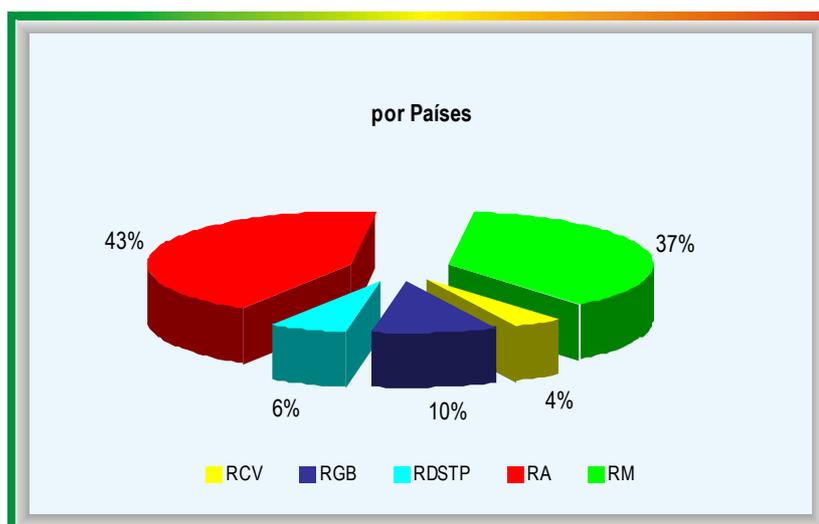
3.2.7 – Despesas Globais da Cooperação Técnico-Militar

(contos)

Tipo de Despesas	PAÍSES					TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Projectos	32.547	63.666	43.190	331.409	299.760	770.572
Despesas de estrutura	2.419	25.367	4.059	92.152	80.668	204.665
Assistência hospitalar em Portugal	566	10.284	3.895	15.202	-	29.947
Despesas suportadas pelos Ramos das FA's	35.050	48.643	11.549	253.588	138.658	487.488
Multilaterização	1.718	1.843	3.939	4.645	3.328	15.473
Outras acções	3.504	3.016	5.270	9.432	11.585	32.807
TOTAL	75.804	152.819	71.902	706.428	533.999	1.540.952

Distribuição





MISSÕES DE PAZ

CONCEITOS

Operações de Paz

Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o recurso à violência entre antagonistas infra e intra-estadual.

3.3 – MISSÕES DE PAZ

3.3.1 – Envolvimento Militar de Portugal em Operações de Paz

(contos)

Organização	País	Operação	Meios	Efectivos	Despesas
NATO	Bósnia	SFOR	Batalhão 1 C-130	352 8	4.141.216
	Kosovo	KFOR	Batalhão (Destacamento de Operações Especiais) 1 C-130 / 1 Equipa TACP	312 15	1.966.197
	Macedónia	ESSENTIAL HARVEST AMBER FOX	Destacamento	6	3.004
ONU	Timor	UNTAET	Batalhão 3 AL III Companhia de Fuzileiros (integrada no Batalhão Português)	711 28 155	9.764.566
	Sahara Ocidental	MINURSO	Observadores	2	18.771
UE	Ex-Jugoslávia	EUMM	Monitores	1	-
EUROFOR	Albânia	COMMZ (W)	Destacamento (*)	10	14.426
TOTAL	-	-	-	1.600	15.908.180

(*) Efectivos pertencentes ao Comando da EUROFOR

OBS: Foi também considerada como Missão de Paz, e como tal financiada pelo mesmo processo das restantes missões, a participação nacional na STANAVFORLANT / NATO (Standing Naval Force Atlantic) que, em 2001, teve despesas no valor de 2.482.919 contos.

MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

CONCEITOS

Operações Humanitárias

Acções conduzidas ou apoiadas por organizações militares com o objectivo de auxiliar populações vitimadas por situações de emergência, cuja origem possa ter sido provocada por desastres naturais, catástrofes causadas por acções humanas, alterações civis e até, excepcionalmente, por situações de guerra.

3.4 – MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

3.4.1 – Apoio Militar à Ajuda Humanitária

Destino	Ramos	Âmbito	Período	Meios	Objectivo
Timor	Exército	ONU	JAN - DEZ	CNT	Apoio sanitário e humanitário prestado pela unidade em Timor
Kosovo	Exército	NATO	JAN - DEZ	FND	Apoio sanitário e humanitário prestado pelas Forças Nacionais Destacadas
Bósnia	Exército	NATO	JAN - DEZ	FND	Apoio sanitário e humanitário prestado pelas Forças Nacionais Destacadas

PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Referem-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação de informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais da Condição Militar e dos diversos diplomas que a corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de Serviço Militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro. Tendo em vista facilitar a aquisição dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV).

Em complemento, o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto, procurou adaptar-se ao novo conceito de serviço militar assente no voluntariado e tornar compatíveis alguns aspectos do estatuto da condição militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Atendendo ao novo quadro legal, a obrigação de prestar serviço efectivo normal (SEN) será eliminada num prazo máximo de quatro anos (até 19 de Novembro de 2004), sendo o número de cidadãos em SEN a incorporar gradualmente reduzido em função do aumento de efectivos nos regimes de contrato e de voluntariado.

Modalidades de Recrutamento e Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, até à entrada em vigor do novo quadro legal, as formas de prestação de serviço militar eram as seguintes:

- Recrutamento Geral, abrangendo a prestação de serviço militar conscricional e que compreendia:

- Militares em Serviço Efectivo Normal (SEN)

É o militar que, conscrito ao serviço militar ou voluntário, presta serviço nas Forças Armadas, decorrendo tal prestação desde o acto de incorporação até à data de passagem à situação de disponibilidade ou ao ingresso noutra forma de serviço efectivo.

- Recrutamento Especial, englobava a prestação de serviço militar voluntário, temporário ou permanente e que compreendia:

- Militares dos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

- Militares em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, tendo cumprido o SEN e prestado serviço militar em RV pelo período mínimo de 12 meses, continua ou regressa ao serviço por um período de tempo limitado, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual recrutamento para os QP.

- Militares em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, tendo cumprido o SEN, se mantém ao serviço por um período de tempo não superior a 18 meses, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas, à passagem ao RC ou ao seu eventual recrutamento para os QP.

Serviço militar efectivo, decorrente de mobilização e requisição (artigos 28º e 29º da antiga LSM).

Com a entrada em vigor do novo quadro legal, as formas de prestação de serviço militar, reflectindo as diferentes modalidades de recrutamento, passaram a ser as seguintes:

Recrutamento normal, tendo por finalidade a prestação de serviço efectivo voluntário, compreendendo:

- Militares em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (normalmente entre dois e seis anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Militares em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Durante o período de transição manter-se-á em vigor o SEN, o qual passará a abranger apenas os militares conscritos ao serviço militar.

Recrutamento especial, abrangendo a prestação de serviço efectivo por:

- Militar dos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

Recrutamento excepcional, abrangendo a situação dos cidadãos colocados nas reservas de recrutamento e de disponibilidade, chamados a prestar serviço militar decorrente de convocação e mobilização (artigos 18º, 34º e 36º da nova LSM).

Situações em que se encontra o militar dos Quadros Permanentes:

- Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontre afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma;

- Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço;

- Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, que seja abrangido pelo disposto no artigo 160º do EMFAR.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar.

Pessoal Civil

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho e Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA's, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época, para o adequado desempenho das missões atribuídas às FA's.

4.1 – PESSOAL

4.1.1 – Pessoal Militar

4.1.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31 DEZ

Ano: 2001

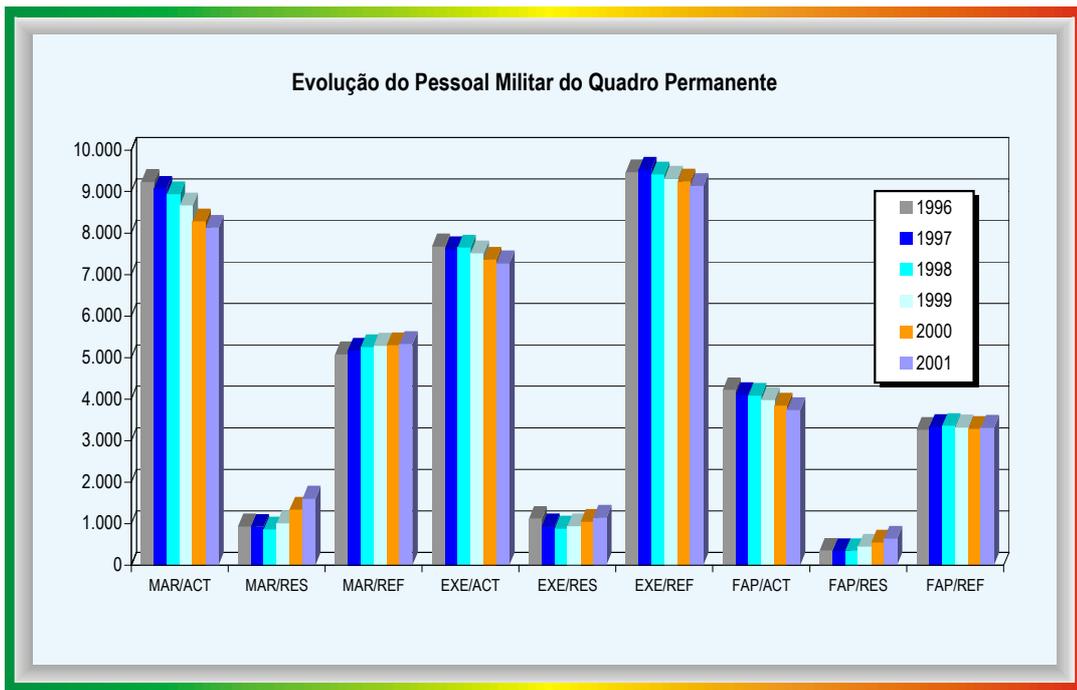
Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Activo)		8.130	7.268	3.740	19.138
RC Regime de Contrato		2.153	8.866	3.147	14.166
RV Regime de Voluntariado		381	2.277	-	2.658
SEN Serviço Efectivo Normal (a)		356	2.977	-	3.333
	SUBTOTAL	11.020	21.388	6.887	39.295
QPrs Quadro Permanente (Reserva)		1.606	1.140	636	3.382
QPrf Quadro Permanente (Reforma)		5.328	9.136	3.309	17.773
	SUBTOTAL	6.934	10.276	3.945	21.155
	TOTAL	17.954	31.664	10.832	60.450

(a) Exclui os incorporados através do recrutamento especial.

4.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

4.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

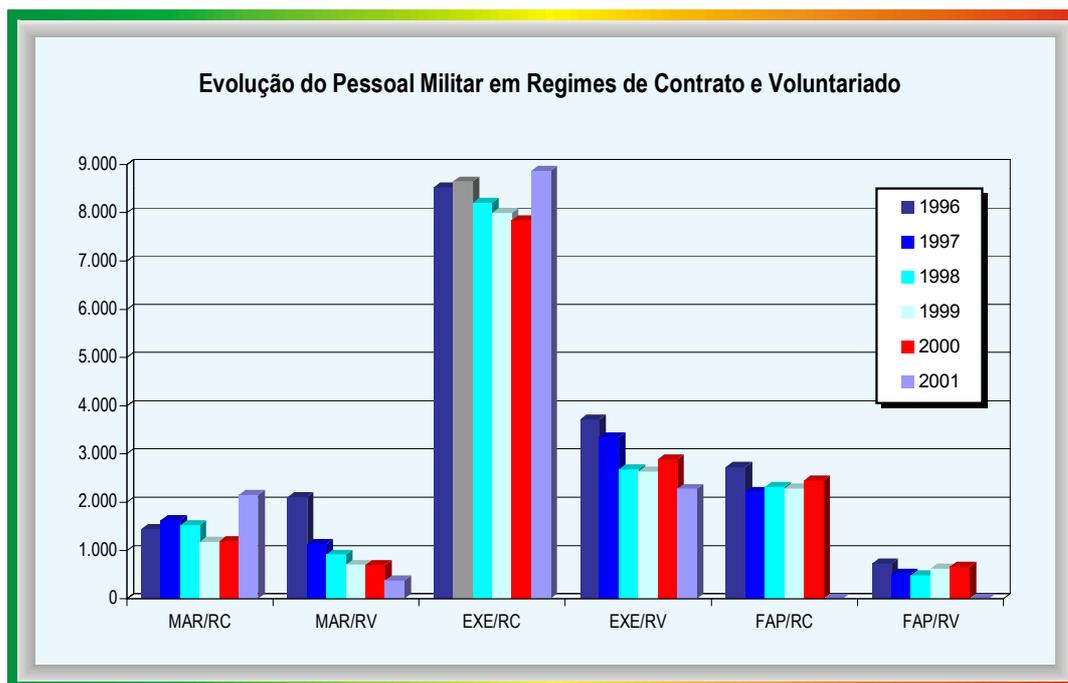
Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	2000	8.282	7.358	3.844	19.484
	1999	8.665	7.512	3.977	20.154
	1998	8.937	7.654	4.086	20.677
	1997	9.069	7.610	4.102	20.781
	1996	9.231	7.676	4.212	21.119
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2000	1.339	1.045	546	2.930
	1999	1.009	937	445	2.391
	1998	862	880	343	2.085
	1997	922	934	342	2.198
	1996	934	1.113	345	2.392
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2000	5.297	9.239	3.281	17.817
	1999	5.289	9.308	3.318	17.915
	1998	5.252	9.413	3.355	18.020
	1997	5.165	9.529	3.328	18.022
	1996	5.079	9.466	3.259	17.804



MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa
 ACT – Activo; RES – Reserva; REF - Reforma

4.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2000	1.198	7.840	2.445	11.483
	1999	1.184	7.998	2.282	11.464
	1998	1.531	8.205	2.321	12.057
	1997	1.632	8.649	2.219	12.500
	1996	1.447	8.529	2.733	12.709
RV - Regime de Voluntariado	2000	699	2.890	662	4.251
	1999	705	2.642	625	3.972
	1998	911	2.689	490	4.090
	1997	1.133	3.354	521	5.008
	1996	2.109	3.710	736	6.555
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA's em Serviço Efectivo Normal	2000	607	6.170	-	6.777
	1999	1.678	25.137	-	26.815
	1998	1.762	27.026	-	28.788
	1997	1.727	24.542	-	26.269
	1996	1.625	35.787	1.480	38.892



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

4.1.1.3 – Militares do QP, Activo, Quanto à Efectividade de Serviço (a)

Ano: 2001

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		8.034	7.220	3.699	18.953
Comissão especial		2	-	2	4
Inactividade temporária		64	-	-	64
Licença sem vencimento		30	48	39	117
TOTAL		8.130	7.268	3.740	19.138

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

4.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2001

Situação	Ramo das FA's	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Gerais	Almirante da Armada, Marechal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Almirante; General	1	-	-	1	-	-	3	-	-	5	-	-
	Vice Almirante; Tenente-General	10	-	-	19	-	-	10	-	-	39	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	22	-	-	45	-	-	26	-	-	93	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-
	SUBTOTAL	33	-	-	67	-	-	39	-	-	139	-	-
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	127	-	-	289	-	-	82	-	-	498	-	-
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	242	-	-	543	-	-	211	-	-	996	-	-
	Capitão-Tenente; Major	292	-	-	659	-	-	293	-	-	1.244	-	-
	1º Tenente; Capitão	458	-	-	841	-	-	543	-	-	1.842	-	-
	2º Tenente; Tenente	181	47	-	244	331	-	162	146	-	587	524	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	67	82	3	79	259	5	9	191	-	155	532	8
	Aspirante a Oficial	-	20	12	-	137	22	-	55	-	-	212	34
	SUBTOTAL	1.367	149	15	2.655	727	27	1.300	392	-	5.322	1.268	42
Sargentos	Sargento-Mor	65	-	-	139	-	-	19	-	-	223	-	-
	Sargento-Chefe	172	-	-	402	-	-	135	-	-	709	-	-
	Sargento-Ajudante	448	-	-	1.454	-	-	377	-	-	2.279	-	-
	1º Sargento	1.815	-	-	2.302	444	-	1.813	5	-	5.930	449	-
	2º Sargento	439	15	-	240	492	-	57	80	-	736	587	-
	Subsargento; Furriel	-	25	-	-	240	54	-	4	-	-	269	54
	2º Subsargento; 2º Furriel	-	-	-	-	114	79	-	-	-	-	114	79
	SUBTOTAL	2.939	40	-	4.537	1.290	133	2.401	89	-	9.877	1.419	133
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.563	-	-	5	-	-	-	-	-	2.568	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.228	234	-	4	1.222	-	-	568	-	1.232	2.024	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	-	1.016	102	-	1.783	-	-	1.708	-	-	4.507	102
	1º Grumete; 2º Cabo	-	423	213	-	564	39	-	390	-	-	1.377	252
	2º Grumete; Soldado	-	291	51	-	3.280	2.078	-	-	-	-	3.571	2.129
	SUBTOTAL	3.791	1.964	366	9	6.849	2.117	-	2.666	-	3.800	11.479	2.483
TOTAL	8.130	2.153	381	7.268	8.866	2.277	3.740	3.147	-	19.138	14.166	2.658	

(a) De acordo com o quadro anexo I ao Artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.
QPa - Quadro Permanente (Activo)

4.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

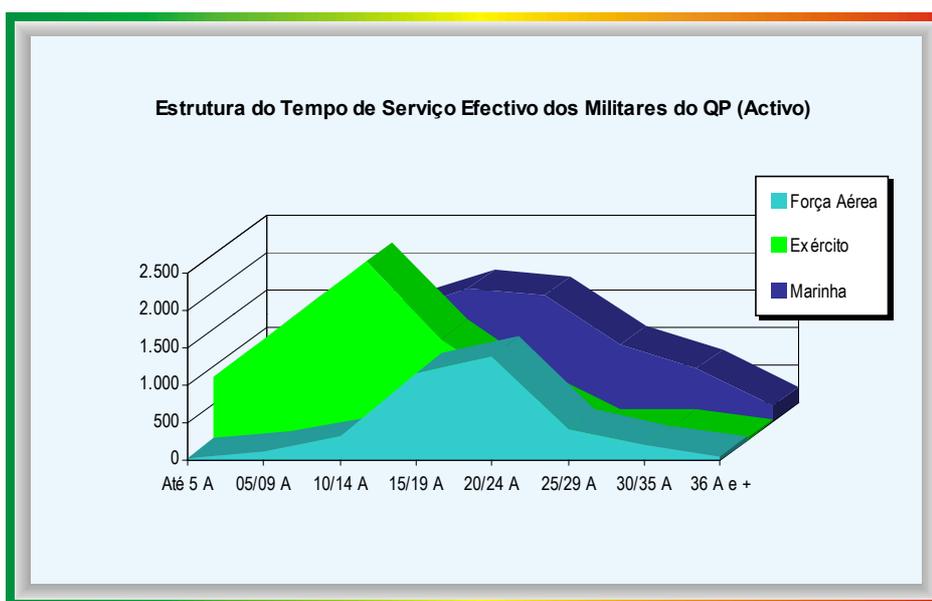
Ano: 2001

Situação	Ramo das FA's			Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	2	484	164	-	294	47	-	371	-	2	1.149	211			
20/24 anos	385	1.381	213	81	4.024	2.164	8	1.884	-	474	7.289	2.377			
25/29 anos	995	249	4	611	3.586	64	178	865	-	1.784	4.700	68			
30/34 anos	1.335	37	-	1.475	933	2	387	27	-	3.197	997	2			
35/39 anos	1.710	2	-	2.015	29	-	1.419	-	-	5.144	31	-			
40/44 anos	1.602	-	-	1.725	-	-	1.043	-	-	4.370	-	-			
45/49 anos	1.373	-	-	812	-	-	463	-	-	2.648	-	-			
50/54 anos	535	-	-	332	-	-	175	-	-	1.042	-	-			
55/59 anos	190	-	-	196	-	-	63	-	-	449	-	-			
60/64 anos	3	-	-	21	-	-	4	-	-	28	-	-			
65 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL	8.130	2.153	381	7.268	8.866	2.277	3.740	3.147	-	19.138	14.166	2.658			

4.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Activo

Ano: 2001

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos		243	849	34	1.126
05 / 09 anos		1.047	1.638	127	2.812
10 / 14 anos		1.448	2.398	323	4.169
15 / 19 anos		1.777	1.359	1.175	4.311
20 / 24 anos		1.679	665	1.396	3.740
25 / 29 anos		1.028	167	425	1.620
30 / 35 anos		700	163	202	1.065
36 anos e mais		208	29	58	295
TOTAL		8.130	7.268	3.740	19.138



4.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

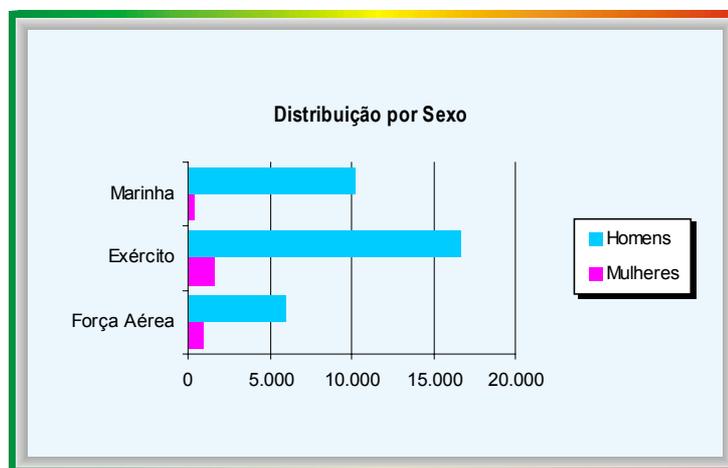
Ano: 2001

Situação	Ramo das FA's			Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	122	65	10	182	316	101	69	91	-	373	472	111			
Beja	360	58	6	144	155	44	81	51	-	585	264	50			
Braga	141	55	20	192	452	162	59	79	-	392	586	182			
Bragança	261	56	14	317	268	68	85	68	-	663	392	82			
Castelo Branco	361	55	16	284	273	68	139	51	-	784	379	84			
Coimbra	318	87	26	386	490	109	177	115	-	881	692	135			
Évora	420	48	10	294	212	51	135	59	-	849	319	61			
Faro	325	104	18	110	173	48	77	55	-	512	332	66			
Guarda	187	35	4	267	210	62	86	47	-	540	292	66			
Leiria	251	76	13	205	265	64	180	146	-	636	487	77			
Lisboa	1.914	615	86	1.280	1.186	319	1.071	1.050	-	4.265	2.851	405			
Portalegre	363	49	11	328	224	48	128	39	-	819	312	59			
Porto	274	142	25	406	741	296	144	241	-	824	1.124	321			
Santarém	534	123	23	637	575	114	370	193	-	1.541	891	137			
Setúbal	802	210	33	257	310	79	194	209	-	1.253	729	112			
Viana do Castelo	194	56	5	103	253	68	27	34	-	324	343	73			
Vila Real	205	52	7	322	460	106	82	67	-	609	579	113			
Viseu	355	86	25	503	560	157	138	128	-	996	774	182			
Açores	48	29	3	88	409	78	32	56	-	168	494	81			
Madeira	32	17	2	91	387	78	23	10	-	146	414	80			
Outras origens	663	135	24	872	947	157	443	358	-	1.978	1.440	181			
TOTAL	8.130	2.153	381	7.268	8.866	2.277	3.740	3.147	-	19.138	14.166	2.658			

4.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2001

Situação	Ramo das FA's			Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	8.025	1.850	356	7.152	7.463	2.133	3.667	2.289	-	18.844	11.602	2.489			
Feminino	105	303	25	116	1.403	144	73	858	-	294	2.564	169			
TOTAL	8.130	2.153	381	7.268	8.866	2.277	3.740	3.147	-	19.138	14.166	2.658			



4.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2001

Situação		Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Generais	Almirante da Armada, Marechal		-	-	-	-
	Almirante; General		-	1	-	1
	Vice Almirante; Tenente-General		-	6	1	7
	Contra-Almirante; Major-General		3	14	6	23
	Comodoro; Brigadeiro-General		-	1	-	1
	SUBTOTAL		3	22	7	32
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		28	76	24	128
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		39	119	39	197
	Capitão-Tenente; Major		67	159	44	270
	1º Tenente; Capitão		47	61	44	152
	2º Tenente; Tenente		26	74	26	126
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		67	80	9	156
	SUBTOTAL		274	569	186	1.029
Sargentos	Sargento-Mor		30	45	7	82
	Sargento-Chefe		45	90	47	182
	Sargento-Ajudante		107	128	60	295
	1º Sargento		73	98	-	171
	2º Sargento		180	81	24	285
	Subsargento; Furriel		-	-	-	-
	SUBTOTAL		435	442	138	1.015
Praças	Cabo; Cabo de Secção		261	-	-	261
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto		98	-	-	98
	SUBTOTAL		359	-	-	359
TOTAL			1.071	1.033	331	2.435

4.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2001

Situação		Ramo das FA's			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	Qpa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	41	9	1	81	91	32	22	60	-	144	160	33
	Sargentos	19	-	-	84	267	150	24	7	-	127	274	150
	Praças	99	513	59	-	2.149	2.277	-	461	-	99	3.123	2.336
	TOTAL	159	522	60	165	2.507	2.459	46	528	-	370	3.557	2.519

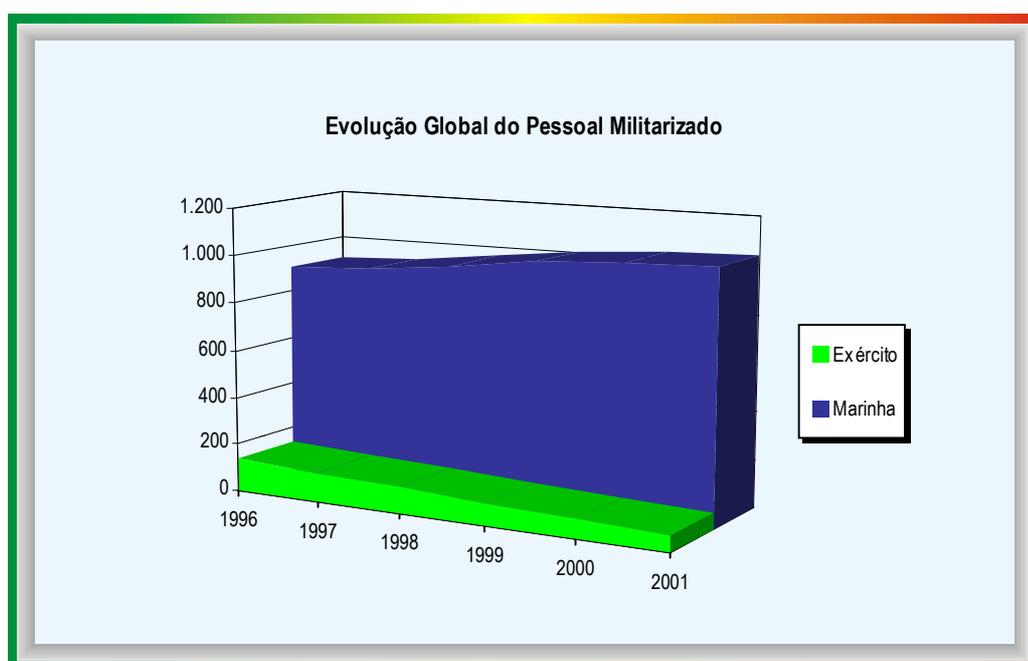
Saídas	Oficiais	83	27	13	261	58	14	61	51	-	405	136	27
	Sargentos	222	23	-	128	139	25	89	79	-	439	241	25
	Praças	147	401	226	1	1.373	988	-	358	-	148	2.132	1.214
	TOTAL	452	451	239	390	1.570	1.027	150	488	-	992	2.509	1.266

4.1.2 – Pessoal Militarizado

4.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Polícia Marítima	330	413	457	480	501	509
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	125	115	116	121	120	124
Cabos de Mar	37	-	-	-	-	-
Troço de mar	228	226	219	230	235	237
Práticos/Costa Algarve	3	3	2	2	2	2
Faroleiros	185	168	167	176	174	165
TOTAL	908	925	961	1.009	1.032	1.037

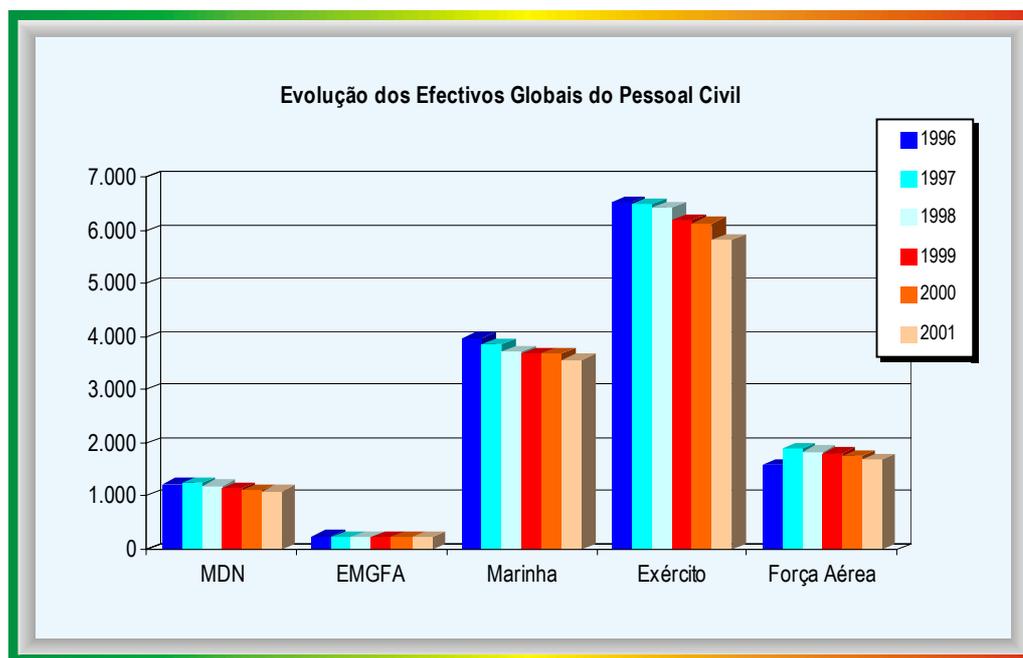
EXÉRCITO	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Técnico-Profissional e Administrativo	55	49	48	39	31	28
Construção Civil	-	-	-	-	-	-
Serralharia	1	-	-	-	-	-
Armazém	1	1	1	-	-	-
Auxiliar de Serviços	29	27	23	21	21	18
Motorista	20	18	13	11	10	9
Tratador	8	8	8	7	7	7
Vigilante	21	17	16	16	11	7
TOTAL	135	120	109	94	80	69



4.1.3 – Pessoal Civil

4.1.3.1 – Efectivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2000	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956
1999	1.156	238	3.686	6.195	1.805	13.080
1998	1.198	242	3.728	6.425	1.841	13.434
1997	1.239	235	3.847	6.498	1.891	13.710
1996	1.230	247	3.973	6.526	1.596	13.572



4.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	74	-	38	-	-	112
Téc. Superior / Técnico Licenciado	95	7	96	106	35	339
Técnico / Téc. Bacharel	17	2	75	86	42	222
Docente (b)	22	2	34	331	31	420
Médico / Enfermagem (b)	7	-	46	423	91	567
Informático (b)	13	12	39	80	-	144
Técnico profissional	43	18	173	311	56	601
Administrativo	219	96	626	1.676	267	2.884
Operário	43	6	1.469	888	405	2.811
Auxiliar	565	91	971	1.924	768	4.319
TOTAL	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419

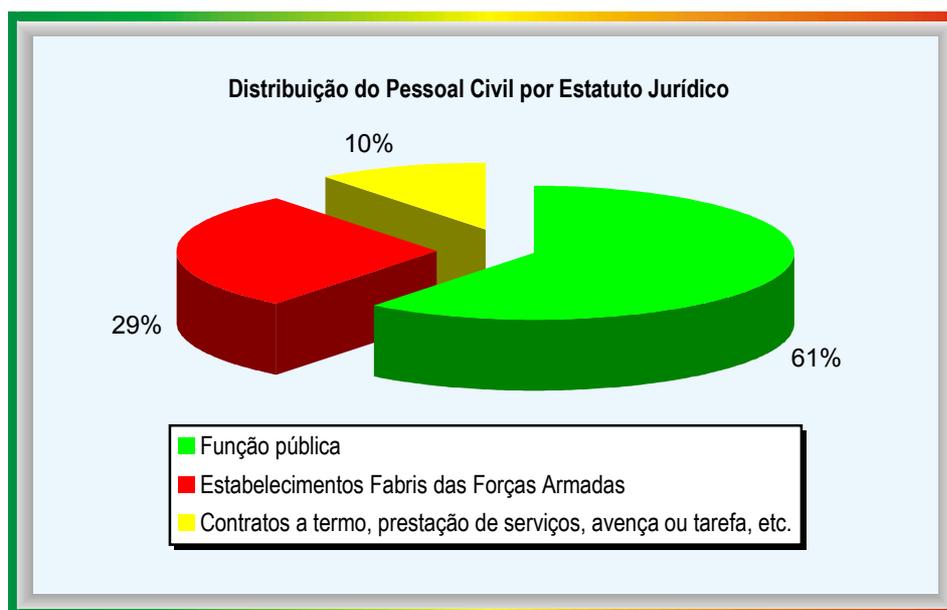
(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art.º 14 do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.

(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

4.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função pública	680	234	1.548	3.441	1.615	7.518
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	8	-	1.749	1.846	-	3.603
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	410	-	270	538	80	1.298
TOTAL	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419



4.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Acadêmicas

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Doutoramento e mestrado	6	-	7	67	2	82	
Licenciatura	161	11	175	663	127	1.137	
Bacharelato	39	-	48	114	42	243	
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	78	28	222	495	40	863
	- 11 Anos	83	23	283	264	74	727
	- 9 Anos	202	60	996	1.054	257	2.569
	- 6 Anos	207	40	640	1.043	344	2.274
	- 4 Anos	313	68	1.089	2.039	785	4.294
	- Menos de 4 Anos	5	4	5	54	7	75
Desconhecidas	4	-	102	32	17	155	
TOTAL	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419	

4.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	320	75	2.160	2.147	815	5.517
Mulheres	778	159	1.407	3.678	880	6.902
TOTAL	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419

4.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos	7	-	24	-	-	31
20/24 anos	44	-	169	35	1	249
25/29 anos	66	5	300	245	39	655
30/34 anos	98	10	299	382	96	885
35/39 anos	151	24	392	626	226	1.419
40/44 anos	165	42	517	948	302	1.974
45/49 anos	183	49	649	1.223	314	2.418
50/54 anos	169	48	623	1.138	321	2.299
55/59 anos	113	25	358	691	212	1.399
60/64 anos	74	22	176	333	119	724
65 anos e mais	28	9	60	204	65	366
TOTAL	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419

4.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	290	4	682	878	227	2.081
05/09 anos	217	29	610	927	247	2.030
10/14 anos	109	56	593	629	96	1.483
15/19 anos	67	25	383	512	337	1.324
20/24 anos	111	40	325	819	251	1.546
25/29 anos	156	36	568	1.217	229	2.206
30/35 anos	111	36	371	742	207	1.467
36 anos e mais	37	8	35	101	101	282
TOTAL	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419

4.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	9	-	-	-	-	9
Téc. Superior / Técnico Licenciado	10	3	14	17	4	48
Técnico / Téc. Bacharel	3	2	18	1	6	30
Docente (*)	-	-	-	-	-	-
Médico / Enfermagem (*)	-	-	11	5	2	18
Informático (*)	-	6	3	2	-	11
Técnico Profissional	6	13	31	31	18	99
Administrativo	47	68	39	664	69	887
Operário	-	-	142	55	25	222
Auxiliar	-	-	32	37	7	76
TOTAL	75	92	290	812	131	1.400

(*) Carreiras de regime especial

4.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2001

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Função Pública	Entradas	29	3	26	28	45	131
	Saídas	58	7	55	240	88	448
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	1	-	91	10	-	102
	Saídas	20	-	132	149	-	301
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	84	-	49	63	15	211
	Saídas	56	-	74	26	46	202
TOTAL	Entradas	114	3	166	101	60	444
	Saídas	134	7	261	415	134	951

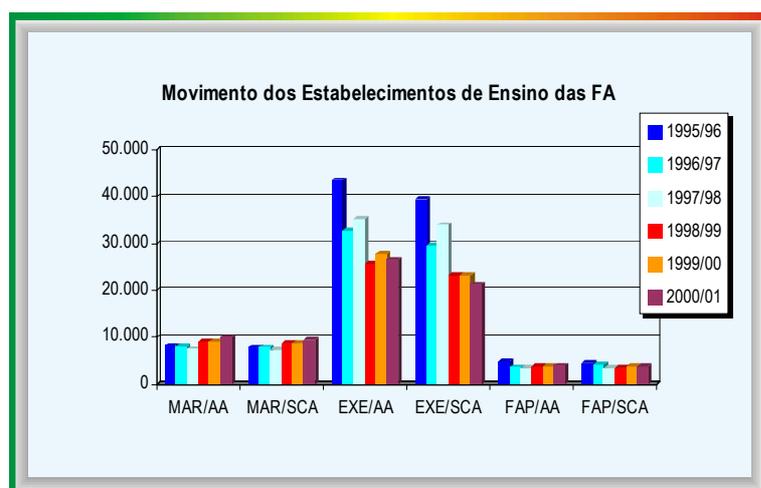
FORMAÇÃO E TREINO

4.2 – FORMAÇÃO E TREINO

4.2.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA's (Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2000/01	9.974	26.604	3.972	40.550
	Dados retrospectivos				
	1999/00	8.995	27.931	3.795	40.721
	1998/99	9.083	25.632	3.859	38.574
	1997/98	7.523	35.393	3.330	46.246
	1996/97	8.100	32.734	3.605	44.439
	1995/96	8.153	43.607	4.721	56.481

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Saídas com aproveitamento	2000/01	9.450	21.292	3.730	34.472
	Dados retrospectivos				
	1999/00	8.617	23.211	3.679	35.507
	1998/99	8.735	23.148	3.396	35.279
	1997/98	7.300	34.004	3.369	44.673
	1996/97	7.852	29.706	4.175	41.733
	1995/96	7.860	39.400	4.422	51.682



MAR - Marinha
EXE - Exército
FAP - Força Aérea Portuguesa
AA - Alunos admitidos
SCA - Saídas com aproveitamento

4.2.2 – Pessoal Militar na Efectividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2001

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação		4.365	23.145	1.119	28.629
Cursos de Promoção		628	743	152	1.523
Cursos de Especialização ou Qualificação		4.862	2.189	1.216	8.267
Cursos de Actualização		119	-	173	292
TOTAL		9.974	26.077	2.660	38.711

4.2.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2001

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)		54	25	67	146
Média (de um a três meses)		3	4	5	12
Longa (mais de três meses)		15	20	6	41
TOTAL		72	49	78	199

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)**(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)**

Marinha	
Instituto Superior Naval de Guerra (Lisboa)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (Vila Franca de Xira):	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Escola de Máquinas	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Escola de Electrotecnia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Escola de Abastecimento	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Grupo n.º 2 de Escolas da Armada (Alfeite):	Centro de Instrução de Informática (Lisboa)
Escola de Artilharia Naval	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Escola de Comunicações	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Escola de Armas Submarinas	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Escola de Informações de Combate	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Escola da Marinharia	
Escola de Tecnologia de Educação e Treino	
Escola de Limitação de Avarias	
Exército	
Instituto de Altos Estudos Militares (Pedrouços)	Escola Militar de Electromecânica (Paço de Arcos)
Academia Militar (Lisboa)	Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)	Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)	Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)	Centros de Instrução de Praças:
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	(Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa,
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul,
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)	Zonas Militares dos Açores e Madeira)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	Banda do Exército (Queluz)
Força Aérea	
Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Sintra)	Esquadra 751 / Puma (Montijo)
Academia da Força Aérea (Sintra)	Esquadra 601 / P- 3P (Montijo)
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)	Esquadra 711/ Aviocar / Puma (Lages) Centro de
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)	Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota):
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Sargentos da Força Aérea (ESARFA)
Esquadra 301 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadilha 802 (BA 1 Sintra)	Área de Formação Técnica de Operação
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 401 / Aviocar / Fotografia / Geofísica (Sintra)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea
Esquadra 505 / FTB 337 (Sintra)	(BA 6 - Montijo)
Esquadra 201 / F16 (Monte Real)	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
Esquadra 501 / C-130 (Montijo)	Centro de Medicina Aeronáutica (Lisboa)
Esquadra 504 / Falcon (Montijo)	Direcção de Informática (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas.

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima.

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

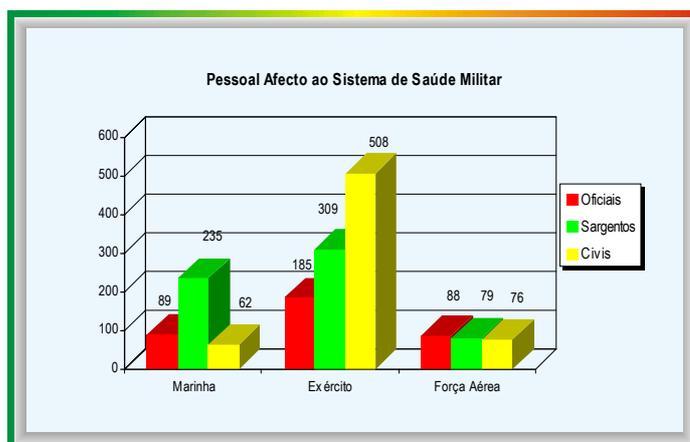
Nas Forças Armadas Portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actuam.

Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário, médico dentista, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

4.3 – SAÚDE

4.3.1 – Pessoal de Saúde



4.3.1.1 – Médicos Militares e Civis

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Contra-Almirante; Major-General	1	2	2	5
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	10	8	4	22
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	13	27	15	55
- Capitão-Tenente; Major	36	27	16	79
- 1º Tenente; Capitão	8	21	23	52
- 2º Tenente; Tenente	6	10	19	35
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	4	7	-	11
- Aspirante a Oficial	-	2	-	2
Civis dos QPC	-	111	-	111
Civis contratados e avençados	24	182	-	206
TOTAL	102	397	79	578

Nota: Inclui Dentistas/Estomatologistas

4.3.1.2 – Farmacêuticos Militares e Civis

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	3	-	4
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	3	16	-	19
- Capitão-Tenente; Major	3	5	-	8
- 1º Tenente; Capitão	4	7	-	11
- 2º Tenente; Tenente	-	7	-	7
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
- Aspirante a Oficial	-	3	-	3
Civis dos QPC	1	-	1	2
Civis contratados e avançados	-	-	-	-
TOTAL	12	41	1	54

4.3.1.3 – Técnicos de Farmácia Militares e Civis

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Sargento-Mor	-	1	-	1
- Sargento-Chefe	-	7	-	7
- Sargento-Ajudante	-	7	-	7
- 1º Sargento	-	13	-	13
- 2º Sargento	-	-	-	-
Civis dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	13	5	-	18
TOTAL	13	33	-	46

4.3.1.4 – Enfermeiros Militares e Civis

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- 1º Tenente; Capitão	-	1	-	1
- 2º Tenente; Tenente	-	11	9	20
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
- Sargento-Mor	7	10	1	18
- Sargento-Chefe	15	27	5	47
- Sargento-Ajudante	42	63	11	116
- 1º Sargento	112	126	52	290
- 2º Sargento	33	18	10	61
- Subsargento; Furriel	-	13	-	13
Civis dos QPC	12	170	34	216
Civis contratados e avançados	1	40	-	41
TOTAL	222	479	122	823

4.3.1.5 – Técnicos Paramédicos Militares e Civis

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Sargento-Mor	-	-	-	-
- Sargento-Chefe	-	-	-	-
- Sargento-Ajudante	-	-	-	-
- 1º Sargento	26	-	-	26
- 2º Sargento	-	-	-	-
- Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	11	-	31	42
Civis contratados e avançados	-	-	5	5
TOTAL	37	-	36	73

Nota: Os Civis correspondem à categoria de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.

4.3.1.6 – Médicos Veterinários Militares e Cíveis

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	-	2	-	2
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	-	12	-	12
- Capitão-Tenente; Major	-	3	-	3
- 1º Tenente; Capitão	-	5	-	5
- 2º Tenente; Tenente	-	4	-	4
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
- Aspirante a Oficial	-	2	-	2
Cíveis contratados e avançados	-	-	5	5
TOTAL	-	28	5	33

4.3.1.7 – Enfermeiros Veterinários Militares e Cíveis

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Sargento-Mor	-	2	-	2
- Sargento-Chefe	-	5	-	5
- Sargento-Ajudante	-	11	-	11
- 1º Sargento	-	6	-	6
- 2º Sargento	-	-	-	-
- Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Cíveis dos QPC	-	-	-	-
TOTAL	-	24	-	24

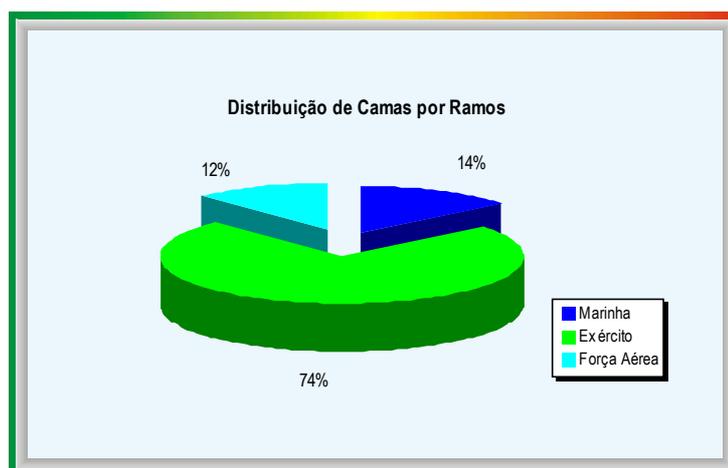
4.3.2 – Hospitais Militares

4.3.2.1 – Camas, Segundo o Fim a que se Destinam

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral				
- Lotação oficial	116	587	90	793
- Lotação praticada	100	571	76	747
Serviços de Urgência	2	21	-	23
Recobro de Operações	6	22	8	36
Cuidados Intensivos	-	7	-	7
Outros	-	-	9	9
TOTAL (*)	124	637	107	868

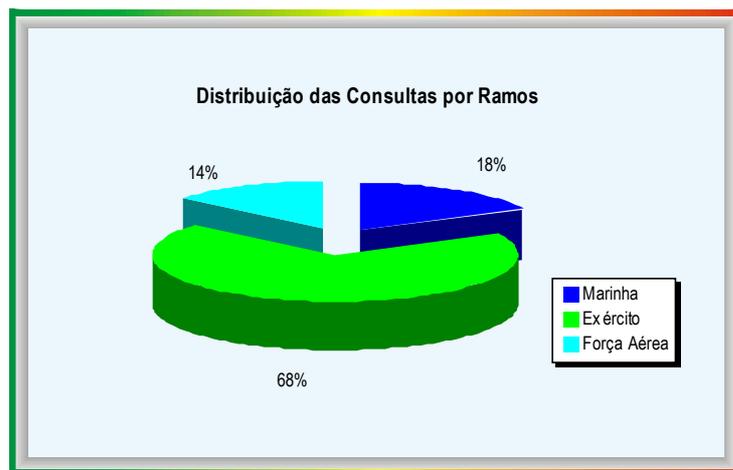
(*) Considerada a «lotação oficial» das camas de «internamento geral»



4.3.2.2 – Consultas Efectuadas, por Especialidades, nos Hospitais Militares

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	3.006	10.071	1.896	14.973
Cirurgia geral	2.390	15.608	2.175	20.173
Cirurgia pediátrica	-	468	-	468
Cirurgia plástica reconstrutiva	209	2.967	1.060	4.236
Cirurgia vascular / angiologia	497	2.040	-	2.537
Dermatovenerologia	4.649	9.000	2.328	15.977
Endocrinologia	2.375	7.198	-	9.573
Estomatologia	8.707	18.125	4.942	31.774
Fisiatria	1.360	8.052	1.384	10.796
Gastroenterologia	2.848	10.369	1.301	14.518
Ginecologia	1.956	9.557	430	11.943
Hematologia	-	1.366	-	1.366
Imunoalergologia respiratória	-	705	-	705
Infeciologia	-	563	-	563
Medicina interna	2.143	11.646	1.135	14.924
Nefrologia	260	1.617	-	1.877
Neurocirurgia/Neurologia	1.679	6.659	1.416	9.754
Obstetrícia	-	592	-	592
Oftalmologia	4.548	18.948	3.626	27.122
Oncologia médica	1.442	13.495	734	15.671
Ortopedia	5.586	19.346	3.242	28.174
Otorrinolaringologia	4.249	12.387	3.851	20.487
Pediatria cirúrgica	-	437	-	437
Pediatria médica	-	2.138	-	2.138
Pneumologia	1.334	5.677	1.051	8.062
Psiquiatria	1.573	12.353	1.205	15.131
Reabilitação cardíaca	-	829	-	829
Reumatologia	-	1.343	-	1.343
Urologia	3.395	9.090	2.269	14.754
Outras	3.282	12.016	11.836	27.134
TOTAL	57.488	224.662	45.881	328.031
Subtotal Homens	42.403	126.202	25.575	194.180
Subtotal Mulheres	15.085	98.460	20.306	133.851



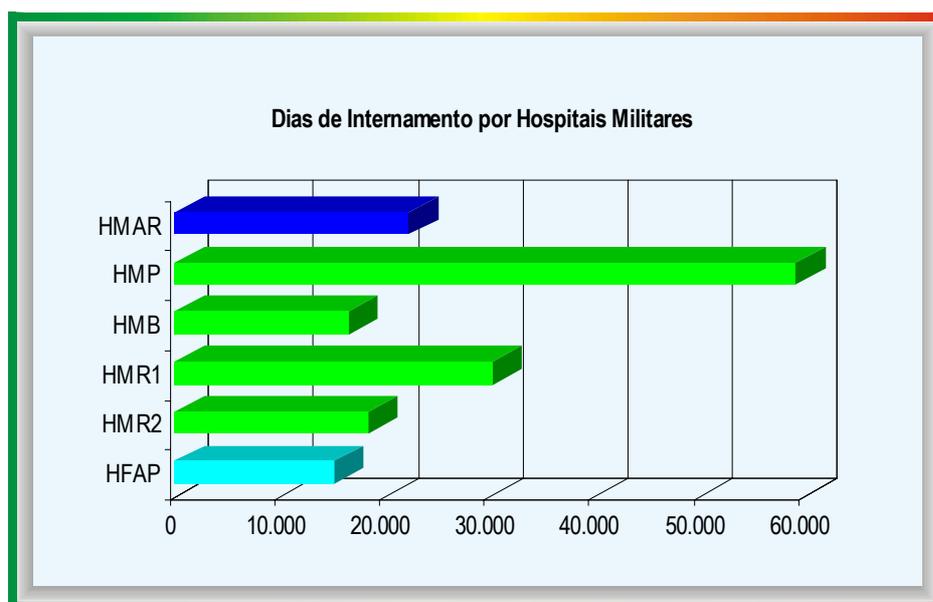
4.3.2.3 – Evolução do Total de Consultas nos Hospitais Militares

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	57.488	224.662	45.881	328.031
Dados retrospectivos				
2000	62.989	198.986	44.437	306.412
1999	76.445	214.943	49.026	340.414
1998	59.657	187.752	46.737	294.146
1997	62.158	181.905	43.672	287.735
1996	65.476	136.575	40.837	242.888

4.3.2.4 – Movimentos de Internados nos Hospitais Militares

Ano: 2001

Movimentos	Ramo das FA's		Exército				F. Aérea (HFA)	TOTAL	
	Marinha (HMAR)		HMP	HMB	HMR1	HMR2			Subtotal
Vindos do ano anterior	58		5	44	65	35	149	28	235
Entrados (total)	857		4.513	1.015	2.666	1.272	9.466	1.554	11.877
Transferidos:									
- De outra valência/especialidade	26		-	-	243	20	263	-	289
- De outro hospital	437		-	137	142	63	342	-	779
Total Entrados	1.320		4.513	1.152	3.051	1.355	10.071	1.554	12.945
Saídos (total)	1.061		4.145	1.015	2.614	1.247	9.021	1.531	11.613
- Falecidos	114		147	72	63	11	293	34	441
Transferidos:									
- Para outra valência/especialidade	123		-	-	230	33	263	-	386
- Para outro hospital	28		219	51	28	23	321	-	349
Total Saídos	1.326		4.511	1.138	2.935	1.314	9.898	1.565	12.789
Transitados para o ano seguinte	52		2	58	52	-	112	17	181
Total de dias de Internamento	22.319		59.274	16.599	30.339	18.511	124.723	15.223	162.265



4.3.2.5 – Actos de Terapêutica Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	37	2.860	-	2.897
Transfusões de plasma humano	-	2	-	2
Transfusões outros componentes sangue	8	56	-	64
Tratamentos fisiátricos	42.046	136.548	29.758	208.352
Próteses	10	801	-	811
Ortóteses	-	-	-	-
Tratamentos por radiações	-	-	-	-
Hemodiálise	-	5.510	-	5.510
Outros	-	42.321	4.996	47.317
TOTAL	42.101	188.098	34.754	264.953

4.3.2.6 – Actos de Diagnóstico Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	231.197	786.628	166.999	1.184.824
Exames radiológicos	15.968	72.802	14.147	102.917
Exames radiológicos computadorizados	2.074	976	1.869	4.919
Exames anatomopatológicos	-	6.635	1.227	7.862
Autópsias	-	13	-	13
Exames endoscópicos	828	2.579	1.394	4.801
Electrocardiogramas	8.430	21.945	3.558	33.933
Electroencefalogramas	144	1.578	263	1.985
Exames mio-eléctricos	-	320	-	320
Exames ecográficos	4.497	8.511	1.928	14.936
Exames hemodinâmicos	-	-	-	-
Outros	-	18.049	11.398	29.447
TOTAL	263.138	920.036	202.783	1.385.957

4.3.2.7 – Pessoal ao Serviço nos Hospitais Militares

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	2	5	1	8
Médico:				
- Especialistas e Chefes de Clínica	58	211	60	329
- Do Internamento Especialidade	-	25	-	25
- Do Internamento Policlínico	-	-	-	-
Enfermagem	99	375	88	562
Farmácia	14	24	1	39
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	35	115	36	186
TOTAL	208	755	186	1.149

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Sistema de participação alternativo de cuidados de saúde dos militares das Forças Armadas.

Beneficiários

São beneficiários das ADM os militares e familiares a cargo que reúnam as condições estabelecidas pela Portaria n.º 67/75, de 4 de Fevereiro, aos quais são concedidas as regalias inerentes à assistência médica e medicamentosa.

4.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA's

4.4.1 – Evolução do Número de Beneficiários

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2001	48.177	81.692	27.193	157.062
Dados retrospectivos				
2000	46.874	83.184	27.367	157.425
1999	46.720	84.253	27.301	158.274
1998	48.898	93.106	25.619	167.623
1997	49.418	91.822	27.458	168.698
1996	51.099	94.682	26.396	172.177

4.4.2 – Encargos com a Saúde por Modalidades de Assistência

(milhares de contos) Ano:2001

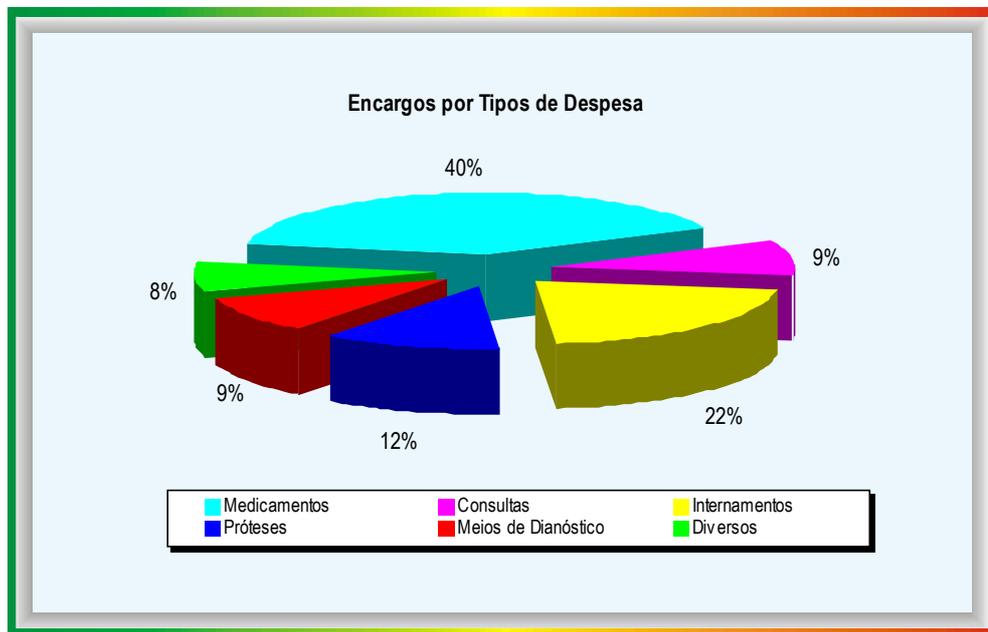
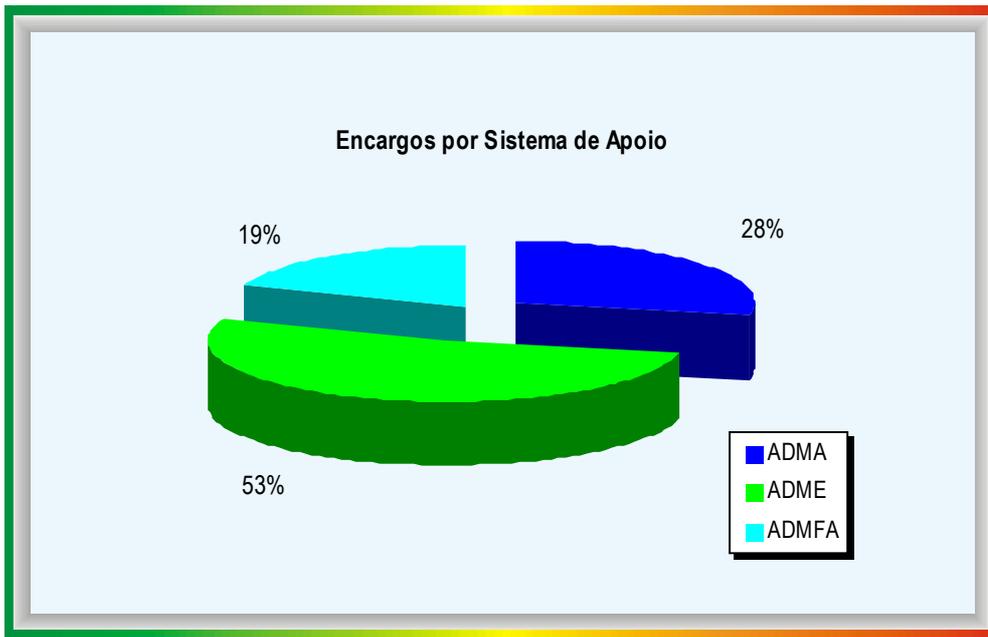
Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
Medicamentos	1.825,8	3.981,2	1.220,7	7.027,7
Internamentos	924,6	2.323,4	568,7	3.816,7
Consultas	560,8	682,7	362,0	1.605,5
Instrumentos de Prótese e Estomatologia	491,5	984,5	606,7	2.082,7
Meios Complementares de Diagnóstico	495,1	684,9	479,3	1.659,3
Diversos (*)	675,3	534,0	142,7	1.352,0
TOTAL	4.973,1	9.190,7	3.380,0	17.543,8

(*) Meios de terapêutica, intervenções cirúrgicas, enfermagem e outros.

4.4.3 – Evolução dos Encargos com a Saúde

(milhares de contos)

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2001	4.973,1	9.190,7	3.380,0	17.543,8
Dados retrospectivos				
2000	4.824,8	10.479,4	3.173,0	18.477,2
1999	4.036,0	11.072,1	2.828,8	17.936,9
1998	4.058,9	11.221,0	2.763,9	18.043,8
1997	4.093,1	8.279,0	2.617,5	14.989,6
1996	3.704,0	7.595,0	2.358,0	13.657,0



JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as componentes, a disciplinar e a penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal, propriamente dita (quadros 4.5.4 e 4.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea.

CONCEITOS

Medalha Militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA's, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo Disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de Averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factuais indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão Simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão Agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão Disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr do Sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão Disciplinar Agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

4.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

4.5.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	56	80	9	145
Mérito militar	111	125	89	325
Comportamento exemplar	72	1.488	502	2.062
Mérito do Ramo	201	251	3	455
Ordens honoríficas nacionais	1	1	1	3
Outras	343	16	41	400
TOTAL	784	1.961	645	3.390

4.5.2 – Processos Iniciados

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	152	2.165	40	2.357
Disciplinares	169	379	142	690
TOTAL	321	2.544	182	3.047

4.5.3 – Punições Aplicadas

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	2	21	15	38
Repreensão agravada	15	14	15	44
Detenção	84	352	39	475
Prisão disciplinar	19	169	7	195
Prisão disciplinar agravada	5	13	20	38
TOTAL	125	569	96	790

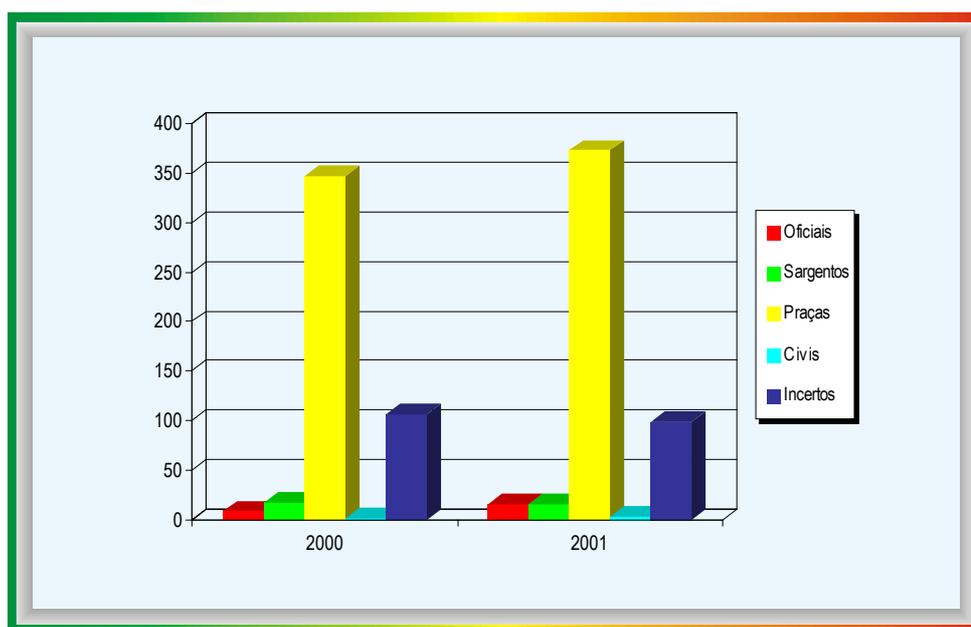
4.5.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Traição	-	-	-	-
Espionagem, revelação segredos e aliciação	-	-	-	-
Crimes contra direitos das gentes	-	-	-	-
Insubordinação	-	10	-	10
Ofensa corporal, morte ou incapacidade	-	-	-	-
Ofensas corporais	-	-	-	-
Ofensas por palavras, escritos ou outras	-	2	-	2
Colectiva	-	-	-	-
Abuso de autoridade	-	11	-	11
Violência desnecessária	-	3	-	3
Ofensas corporais (morte)	-	-	-	-
Ofensas corporais	-	1	-	1
Cobardia (Auto-mutilação)	-	-	-	-
Contra a honra e deveres militares	1	14	-	15
Deserção simples	19	266	8	293
Violência entre militares	-	8	1	9
Extravio de artigos militares	-	4	1	5
Contra bens militares e segurança das FA	-	3	1	4
Usurpação de uniformes, distintivos, documentos de identificação e condecorações militares	-	-	-	-
Contra pessoas ou bens	-	-	-	-
Praticados por prisioneiros de guerra e civis estrangeiros	-	-	-	-
Falsidade	-	6	6	12
Infidelidade no serviço militar	1	16	1	18
Furto, roubo, abuso de confiança e burla	35	78	20	133
Homicídio e ofensas corporais culposas	-	1	-	1
Outros	-	-	-	-
TOTAL	56	423	38	517

4.5.5 – Agentes Indiciados de Prática de Crimes do Foro Militar

Agentes	2000		2001	
	Qt.	%	Qt.	%
Oficiais	8	1,67%	15	2,98%
Sargentos	17	3,55%	15	2,98%
Praças	347	72,44%	373	74%
Civis	1	0,21%	3	0,60%
Incertos	106	22,13%	98	19,44%
TOTAL	479	100,00%	504	100,00%



DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

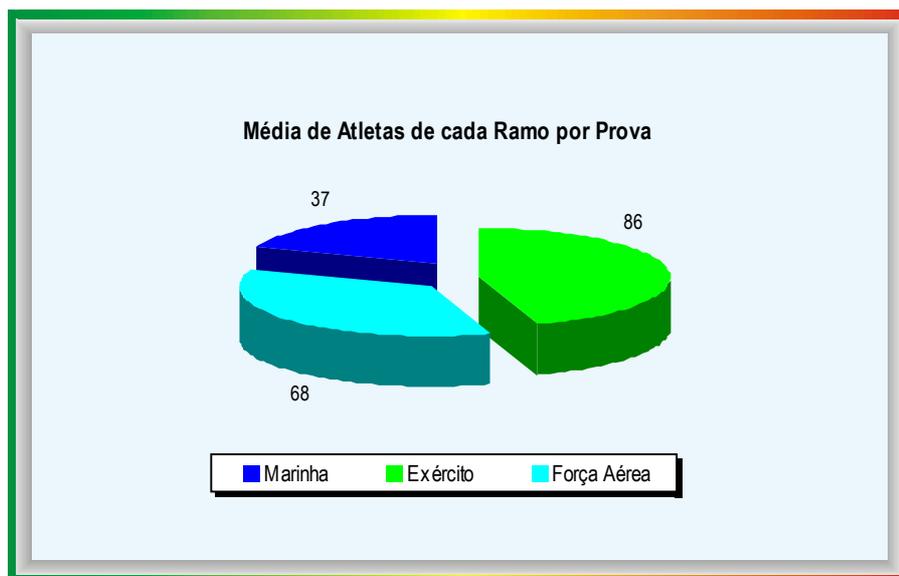
A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo «Conseil International du Sport Militaire» (CISM), com selecções nacionais militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

4.6 – DESPORTO MILITAR

4.6.1 – Competições Militares por Ramo das FA's

Ano: 2001

Modalidade	Ramo das FA's	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
		Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol		5	266	-	-	-	-	5	266
Atletismo (de pista)		2	79	-	-	-	-	2	79
Atletismo (provas de estrada)		6	323	-	-	-	-	6	323
Basquetebol		4	376	-	-	1	48	5	424
Corta Mato		6	179	1	173	1	76	8	428
Duatlo		2	27	-	-	-	-	2	27
Equitação		-	-	-	-	-	-	-	-
Esgrima		-	-	-	-	-	-	-	-
Futebol de 11		4	304	-	-	-	-	4	304
Futebol de 5		10	948	-	-	3	372	13	1.320
Judo		1	12	-	-	-	-	1	12
Meia Maratona		-	-	-	-	1	32	1	32
Natação		5	179	-	-	-	-	5	179
Orientação		3	164	1	131	1	34	5	329
Pára-quedismo Desportivo		-	-	1	24	-	-	1	24
Pentatlo Militar		-	-	1	34	-	-	1	34
Prova D. Nuno Álvares		-	-	-	-	-	-	-	-
Ténis		1	16	-	-	-	-	1	16
Ténis de Mesa		-	-	-	-	1	28	1	28
Tiro de Espingarda		-	-	1	77	-	-	1	77
Tiro de Pistola		28	157	1	77	1	42	30	276
Tiro aos Pratos		-	-	-	-	1	35	1	35
Triatlo		7	29	-	-	-	-	7	29
Vela		1	10	-	-	-	-	1	10
Voleibol		6	345	-	-	1	84	7	429
TOTAL		91	3.414	6	516	11	751	108	4.681



4.6.2 – Pessoal Militar que Participou em Campeonatos Nacionais das FA's

Ano:2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Atletismo	17	19	5	41
Basquetebol	24	-	-	24
Corta Mato	38	41	30	109
Futebol de 5	22	-	65	87
Natação	18	9	15	42
Orientação	12	21	12	45
Tiro	15	18	15	48
Triatlo/Duatlo	10	9	-	19
Voleibol	35	36	34	105
TOTAL	191	153	176	520



4.6.3 – Pessoal Militar que Participou em Provas Internacionais Militares

Ano: 2001

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta Mato	-	-	-	-
Esgrima	-	-	-	-
Natação	-	-	-	-
Orientação	1	6	1	8
Pára-quedismo	-	-	-	-
Pentatlo Militar	-	-	-	-
Tiro	-	-	-	-
Triatlo	-	-	-	-
TOTAL	1	6	1	8

NOTA EXPLICATIVA

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafecção de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida e regulamentada pelo Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano, afecto ao MDN, com ou sem personalidade jurídica, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

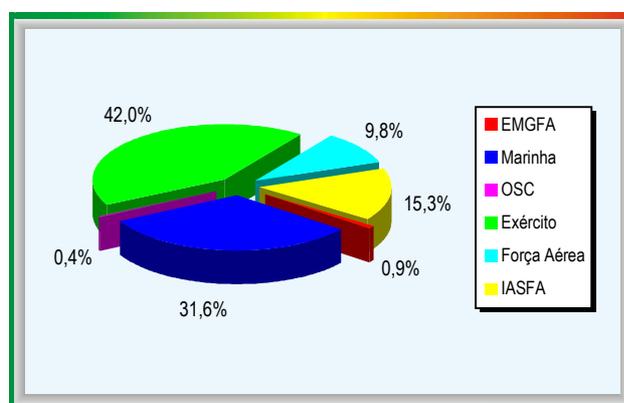
Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a aquisição se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

5.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2001

Localização	UI DO ESTADO					IASFA	UI ARRENDADAS					TOTAL	
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea		OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea		IASFA
Continente	(a) 5	3	244	437	84	171	-	-	7	26	3	-	980
RMN				90						9			99
GML				213						13			226
RMS				116						4			120
CMSM				3						0			3
CTAT				15						0			15
Açores	19	3	96	30	9	3	-	-	11	16	48	-	235
Madeira	-	4	21	12	16	1	-	-	3	4	-	-	61
USA	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	24	10	361	479	112	175	-	-	21	46	51	-	1.279

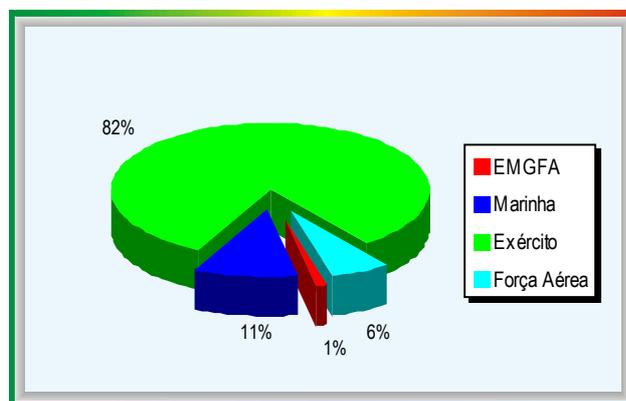
(a) Palácio Bensaúde; PM9/Porto - Castelo da Foz; Edifício IDN - Calçada das Necessidades; Forte de S. Julião da Barra; Edifício Ilha da Madeira (parte).



5.2 – SERVIÇOS DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2001

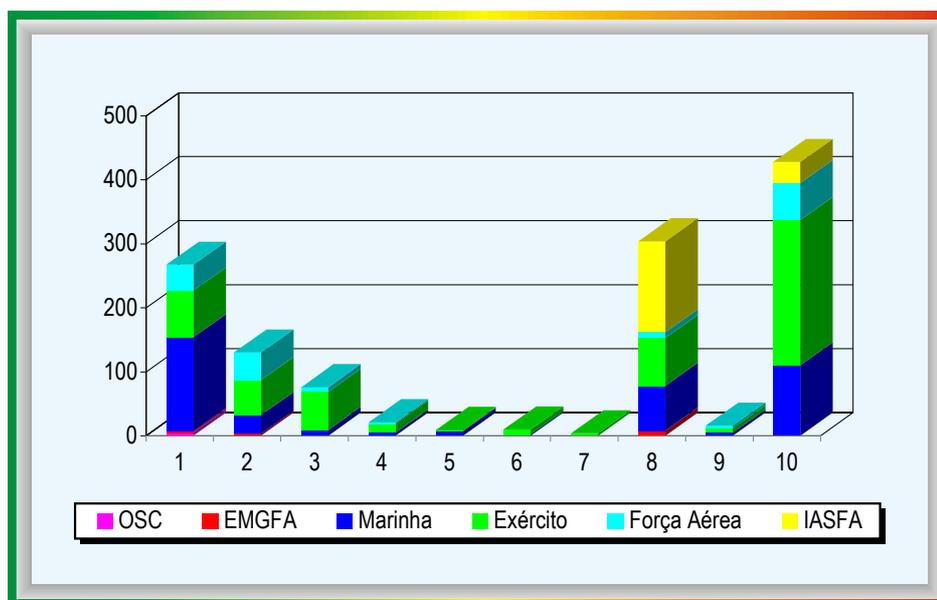
Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente	-	15	138	10	163
RMN			42		42
GML			59		59
RMS			34		34
CMSM			1		1
CTAT			2		2
Açores	1	3	4	1	9
Madeira	1	1	4	-	6
TOTAL	2	19	146	11	178



5.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2001

Afectação		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
OSC	Continente	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	Açores	3	-	-	-	-	-	-	-	-	16	19
EMGFA	Continente	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	4
	Açores	1	-	-	-	-	-	-	4	-	-	5
	Madeira	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4
Marinha	Continente	109	19	9	5	5	2	-	40	4	61	254
	Açores	33	10	-	-	2	-	-	22	1	38	106
	Madeira	5	-	-	-	-	-	-	8	-	11	24
Exército	Continente	49	48	55	14	2	8	4	61	5	217	463
	RMN	22	9	15	7	-	2	-	13	2	29	99
	GML	17	29	23	5	2	5	-	31	1	113	226
	RMS	6	10	13	2	-	1	4	16	2	66	120
	CMSM	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
	CTAT	3	-	4	-	-	-	-	1	-	7	15
	Açores	20	2	3	-	-	-	-	10	2	9	46
Madeira	4	5	2	-	-	-	-	4	-	1	16	
Força Aérea	Continente	27	28	7	2	-	-	-	6	1	16	87
	Açores	8	7	-	-	-	-	-	3	1	38	57
	Madeira	5	8	-	-	-	-	-	-	2	1	16
	USA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	-	-	138	-	33	171
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
	Madeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL		270	130	76	21	9	10	4	304	16	444	1.284

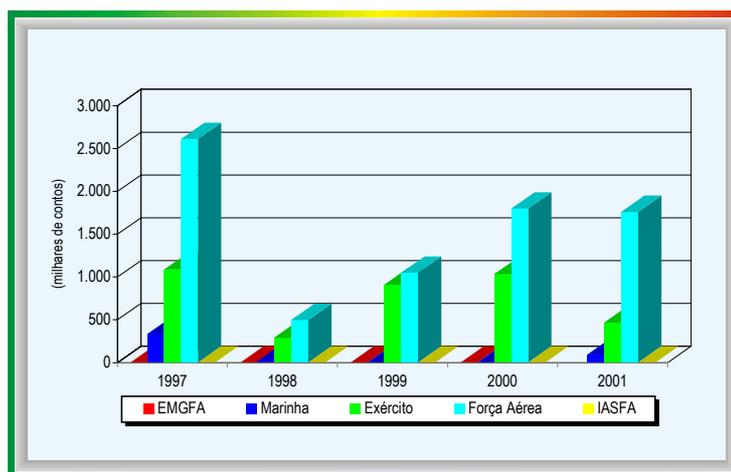


LEGENDA: 1 – Operacional; 2 – Logístico-Administrativo; 3 – Formação e Instrução; 4 – Cultural; 5 – Ciência & Tecnologia; 6 – Saúde; 7 – Justiça; 8 – Apoio Social; 9 – Mistos; 10 – Outros

5.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de contos)

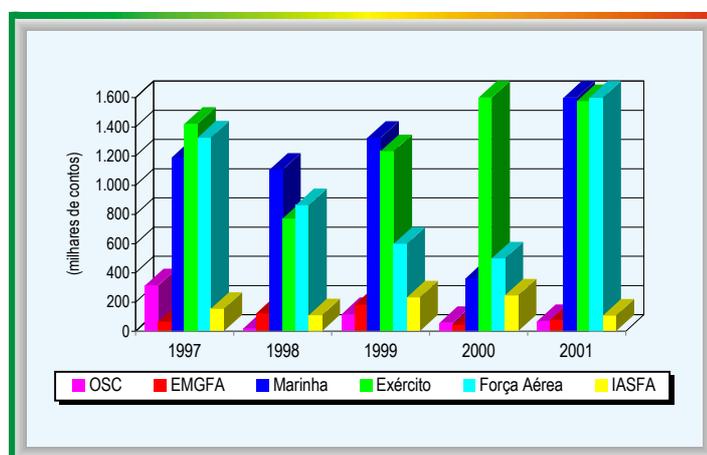
Organismo	1997		1998		1999		2000		2001		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marinha	334,2	8,3	17,0	2,1	-	-	-	-	92,5	4,1	443,7
Exército	1.086,4	26,9	290,9	36,1	909,1	46,4	1.033,0	36,5	470,5	20,2	3.789,9
Força Aérea	2.610,4	64,8	498,9	61,8	1.049,4	53,6	1.798,0	63,5	1.759,5	75,7	7.716,2
IASFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.031,0	100,0	806,8	100,0	1.958,5	100,0	2.831,0	100,0	2.322,5	100,0	11.949,8



5.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de contos)

Organismo	1997		1998		1999		2000		2001		TOTAL
	Valor	%	Valor								
OSC	314,9	7,0	20,0	0,7	116,8	3,2	56,0	2,0	69,2	1,3	576,9
EMGFA	64,3	1,4	124,0	4,1	181,0	4,9	43,7	1,5	78,7	1,5	491,7
Marinha	1.190,7	26,7	1.105,4	36,9	1.324,9	35,9	364,3	12,7	1.836,0	34,3	5.821,3
Exército	1.422,8	31,8	771,4	25,8	1.233,9	33,4	1.652,0	57,8	1.577,9	29,5	6.658,0
Força Aérea	1.326,7	29,7	863,8	28,8	600,1	16,3	498,3	17,4	1.679,0	31,4	4.967,9
IASFA	153,0	3,4	109,5	3,7	231,3	6,3	245,3	8,6	107,5	2,0	846,6
TOTAL	4.472,4	100,0	2.994,1	100,0	3.688,0	100,0	2.859,6	100,0	5.348,3	100,0	19.362,4



5.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2001

Afectação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
Localização						
OSC	Continente	-	(a) 2	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	1	-	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	4	13	-	-	17
	Açores	-	1	-	-	1
	Madeira	-	1	-	-	1
Exército	Continente	26	11	-	-	37
	RMN	4	4	-	-	8
	GML	10	5	-	-	15
	RMS	12	2	-	-	14
	CMSM	-	-	-	-	-
	CTAT	-	-	-	-	-
	Açores	-	2	-	-	2
Madeira	1	-	-	-	1	
Força Aérea	Continente	-	-	-	2	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
IASFA	Continente	-	CAS/RUMA CAS/LISBOA (b) 2	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
TOTAL		32	32	-	2	66

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. n.º 41 191, de 18.07.1957).

(b) Instalações da ex-Cooperativa Militar.

5.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m² x 1 000)

Localização	OSC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		IASFA		TOTAL (a)	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente	-	-	50,0	30,5	11.316,4	482,5	103.222,6	2.584,7	107.857,6	-	-	-	222.446,6	3.097,7
RMN							2.899,2	489,0					2.899,2	489,0
GML							12.638,8	1.365,4					12.638,8	1.365,4
RMS							13.719,8	433,9					13.719,8	433,9
CMM							61.457,8	176,4					61.457,8	176,4
CTAT							12.507,0	120,0					12.507,0	120,0
Açores	-	-	42,2	5,0	397,4	28,0	427,4	122,2	7.195,1	-	-	-	8.062,1	155,2
Madeira	-	-	10,7	2,2	158,7	7,0	139,1	76,6	528,1	-	-	-	836,6	85,8
USA	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6	-	-	-	5,6	-
TOTAL (a)	-	-	102,9	37,7	11.872,5	517,5	103.789,1	2.783,5	115.586,4	-	-	-	231.350,9	3.338,7

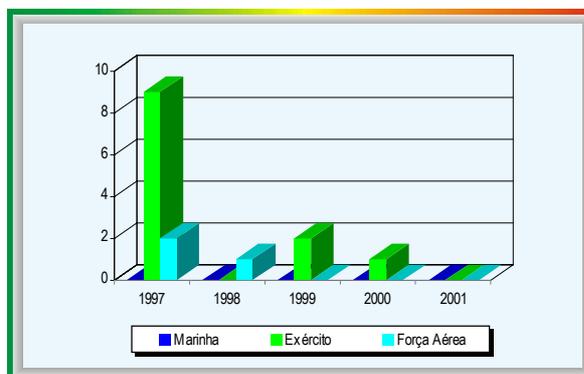
(a) Considerando apenas os dados disponíveis.

AT – Área do Terreno

ABC – Área Bruta de Construção

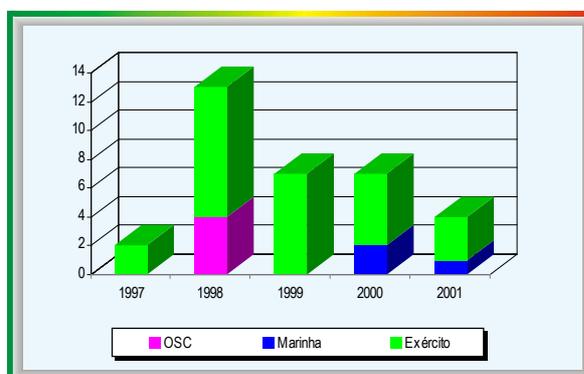
5.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

Ano	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2001	-	-	-	-	-	-	-
2000	-	-	-	1	-	-	1
1999	-	-	-	2	-	-	2
1998	-	-	-	-	1	-	1
1997	-	-	-	9	2	-	11
TOTAL	-	-	-	12	3	-	15



5.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Afectação	Localização	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
OSC	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	4	-	-	-	4
EMGFA	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	-	-	-	2	1	3
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Exército	Continente	2	9	7	5	3	26
	RMN	-	2	-	-	-	2
	GML	-	4	3	5	2	14
	RMS	1	3	4	-	1	9
	CMSM	1	-	-	-	-	1
	CTAT	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	1	1
Madeira	-	-	-	-	-	-	
Força Aérea	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2	13	7	7	5	34	



5.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2001

Localização	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades						
Continente	5	-	215	720	508	1.729	3.177
RMN				148			148
GML				263			263
RMS				160			160
CMSM				121			121
CTAT				28			28
Açores	19	-	121	53	196	29	418
Madeira	-	-	36	50	2	-	88
USA	-	-	-	-	3	-	3
TOTAL	24	-	372	823	709	1.758	3.686

5.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

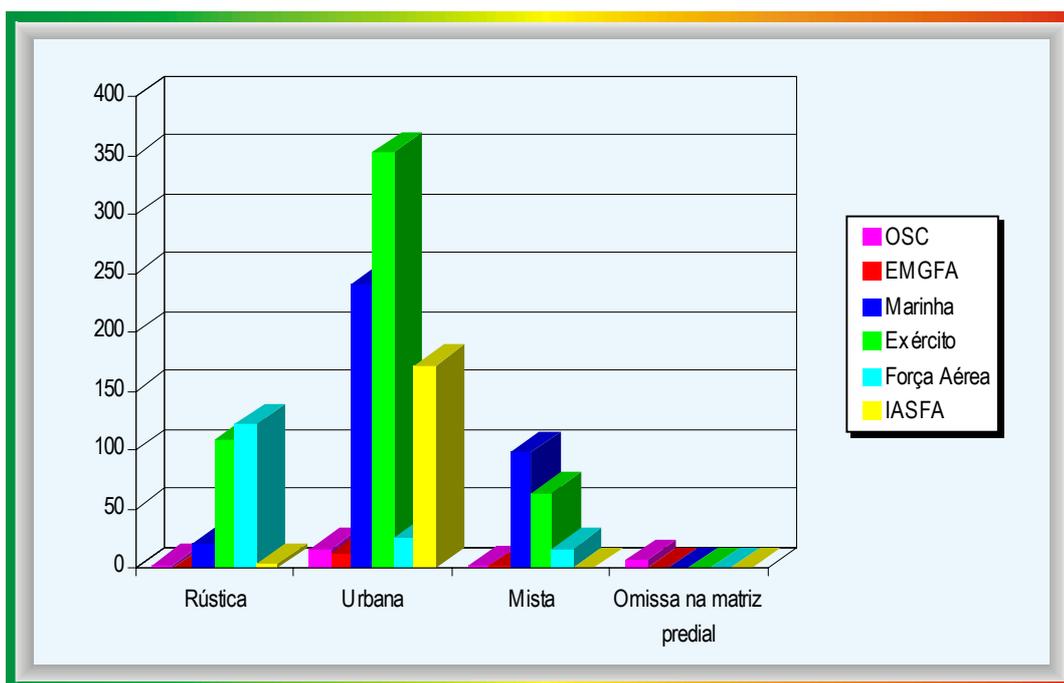
Ano: 2001

Afectação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
		N.º de quartéis e bases		N.º de camas		N.º de refeições servidas/hora	
Marinha	Continente	-	14	-	9.022	-	10.084
	ZMN	-	2	-	63	-	70
	ZMC	-	10	-	8.893	-	9.904
	ZMS	-	2	-	66	-	110
	Açores	-	2	-	99	-	228
	Madeira	-	2	-	72	-	60
Exército	Continente	-	78	-	34.952	-	31.281
	RMN	-	29	-	10.482	-	8.726
	GML	-	18	-	9.273	-	10.320
	RMS	-	17	-	4.697	-	5.535
	CMSM	-	10	-	5.200	-	3.200
	CTAT	-	4	-	5.300	-	3.500
	Açores	-	7	-	1.200	-	900
Madeira	-	3	-	1.100	-	750	
Força Aérea	Continente	-	17	-	6.783	-	6.150
	Açores	-	1	-	421	-	130
	Madeira	-	1	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	125	-	53.649	-	49.583

5.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2001

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
OSC	2	16	1	6	25
EMGFA	-	12	1	-	13
Marinha	21	242	98	-	361
Exército	109	353	63	-	525
Força Aérea	122	25	16	-	163
IASFA	3	172	-	-	175
TOTAL	257	820	179	6	1.262



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE relativamente ao tratamento dos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo CSTID (Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros com dados da área dos Sistemas e Tecnologias da Informação que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), Instituto da Defesa Nacional (IDN) e Liga dos Combatentes (LC).

CONCEITOS

1. *Hardware*

Computador de grande porte (*Mainframe*)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, *front-end* de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers, bridges, switches, gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controlo das respectivas tarefas (ex.: *Windows 95/98/NT, UNIX, OS2, MS-DOS, Novell*, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE, DB2, SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C, Pascal, Visual Basic, Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Acções de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro *outsourcing*

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

5.13 - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

5.13.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

(contos)

Bens e Serviços		MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	-	1	15.281	-	-	1	15.281	
		L	-	-	-	-	-	63.081	-	-	-	-	63.081	
	Minicomputadores	A	1	4.298	4	1.800	7	11.183	59	68.753	8	20.450	79	106.484
		L	-	-	-	-	-	-	1	3.942	-	-	1	3.942
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	90	34.819	90	32.200	308	94.308	557	201.601	186	44.967	1.231	407.895
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Periféricos	A	133	19.849	164	9.850	626	46.188	201	39.706	118	11.178	1.242	126.771
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Comunicações	A	15	3.099	19	2.550	98	17.158	113	43.695	-	250.693	245	317.195
		L	-	2.617	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.617
Subtotal		A	239	62.065	277	46.400	1.039	168.837	931	369.036	312	327.288	2.798	973.626
		L	-	2.617	-	-	-	63.081	1	3.942	-	-	1	69.640
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	216	8.041	-	-	81	128.225	616	14.729	2.000	16.122	2.913	167.117
		L	60	1.398	-	-	-	-	-	-	2	79.729	62	81.127
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	-	1.795	1	1.353	4	591	-	-	30	6.431	35	10.170
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	3	29.489	3	29.489
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	-	-	-	-	29	3.852	3	684	74	12.055	106	16.591
		L	-	-	-	-	-	-	2	91.308	-	-	2	91.308
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	148	5.972	-	-	72	5.646	39	3.305	221	17.602	480	32.525
		L	60	8.809	-	-	-	-	3	7.992	-	-	63	16.801
	SW de Transferência de Dados	A	-	-	10	250	3	721	4	333	1	120	18	1.424
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SW de Segurança	A	-	-	111	856	71	2.119	61	8.536	2.542	17.773	2.785	29.284
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SW Aplicacional	A	31	745	10	1.700	33	31.259	116	28.901	1.003	14.204	1.193	76.809
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		A	395	16.553	132	4.159	293	172.413	839	56.488	5.871	84.307	7.530	333.920
		L	120	10.207	-	-	-	-	5	99.300	5	109.218	130	218.725
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	-	854	2	900	-	-	6	13.793	-	35.547	8	51.094
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Manutenção de Hardware e Software	A	12	3.868	-	-	54	32.866	3	27.017	-	28.514	69	92.265
		L	-	-	-	-	3	6.384	-	503	-	-	3	6.887
	Formação	A	14	2.823	-	-	13	20.442	5	722	-	20.998	32	44.985
		L	-	-	-	-	-	300	-	-	-	-	-	300
	Comunicações	A	12	725	-	-	22	25.095	4	7.103	-	11.949	38	44.872
		L	13	1.530	-	-	4	1.344	-	-	-	19.629	17	22.503
	Consultoria	A	-	1.868	-	-	1	3.800	12	15.168	-	26.975	13	47.811
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro Outsourcing	A	-	131	-	-	1	1.157	4	12.509	-	-	5	13.797	
	L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal		A	38	10.269	2	900	91	83.360	34	76.312	-	123.983	165	294.824
		L	13	1.530	-	-	7	8.028	-	503	-	19.629	20	29.690
TOTAL		A	672	88.887	411	51.459	1.423	424.610	1.804	501.836	6.183	535.578	10.493	1.602.370
		L	133	14.354	-	-	7	71.109	6	103.745	5	128.847	151	318.055

(*) Inclui os OSC, PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

A - Aquisição

L - Locação

5.13.2 - Existências referidas a 31 de Dezembro de 2001

(contos)

Bens e Serviços		MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		Total		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	1	105.821	1	73.125	1	300.000	3	478.946
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Minicomputadores	A	22	33.974	4	1.800	32	133.138	500	642.122	38	76.000	596	887.034
		L	-	-	-	-	3	1.695	1	33.081	-	-	4	34.776
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	733	173.286	400	90.700	2.954	671.825	5.830	1.901.345	2.720	544.000	12.637	3.381.156
		L	-	-	-	-	194	37.270	-	-	-	-	194	37.270
	Periféricos	A	477	66.522	370	19.307	2.512	364.210	5.874	953.493	1.271	101.680	10.504	1.505.212
		L	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	-
	Comunicações	A	60	39.321	26	3.490	633	155.201	623	96.060	12	1.500.000	1.354	1.794.072
		L	-	-	-	-	19	201	-	-	-	-	19	201
Subtotal		A	1.292	313.103	800	115.297	6.132	1.430.195	12.828	3.666.145	4.042	2.521.680	25.094	8.046.420
		L	-	-	-	-	219	39.166	1	33.081	-	-	220	72.247
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	379	8.995	400	12.200	1.596	42.971	6.332	63.424	2.758	93.000	11.465	220.590
		L	60	2.563	-	-	2	-	-	-	2	320.000	64	322.563
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	4	13.279	3	4.060	172	43.421	93	39.718	288	41.109	560	141.587
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	3	120.000	3	120.000
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	6	2.120	12	200	123	18.418	94	33.696	131	13.100	366	67.534
		L	-	-	-	-	178	21.013	1	1.200	-	-	179	22.213
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	348	20.695	400	4.890	787	49.010	627	52.576	2.807	210.525	4.969	337.696
		L	60	16.821	-	-	-	-	-	-	-	-	60	16.821
	SW de Transferência de Dados	A	3	404	115	2.850	57	4.061	368	35.983	750	15.392	1.293	58.690
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SW de Segurança	A	34	6.030	441	3.496	538	11.240	43	7.341	2.796	35.046	3.852	63.153
		L	60	-	-	-	201	900	-	-	-	-	261	900
	SW Aplicacional	A	127	20.012	27	4.760	207	82.075	143	77.060	1.208	114.450	1.712	298.357
		L	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Subtotal		A	901	71.535	1.398	32.456	3.480	251.196	7.700	309.798	10.738	522.622	24.217	1.187.607
		L	180	19.384	-	-	382	21.913	1	1.200	5	440.000	568	482.497
TOTAL		A	2.193	384.638	2.198	147.753	9.612	1.681.391	20.528	3.975.943	14.780	3.044.302	49.311	9.234.027
		L	180	19.384	-	-	601	61.079	2	34.281	5	440.000	788	554.744

(*) Inclui os OSC, PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

A – Aquisição

L – Locação

5.13.3 – Áreas Informatizadas

Áreas Comuns	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG-MDN		IDN		PJM		IASFA		IGDN		LC		
	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	
1. Gestão de Recursos Financeiros	50		0		30		50		100		75		80		85		80				S
1.1. Contabilidade	100		0		75		50		100		50		80		100			S		100	
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos		S		S		S		S	100		100		80		75			S		100	
2. Gestão de Recursos Humanos	0		0		30		75		100		0		0		15		20				S
2.1. Formação de Pessoal		S		S		S	75		100		0		0		0		0				S
3. Gestão de Recursos Materiais	0		0		10		75		100		0		0		75		80				100
3.1. Gestão de Stocks	0		0		10		75		100		0		0		75		80				100
4. Planeam. e Calendarização Actividades		S		0		10		100		50		0		0		100					100
5. Concepção e Gestão de Projectos		S		S		S		S	50		0		0		0			S			S
6. Apoio à Decisão		S		S	30			S	50		0		0		10		50				S
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100		0		80		10		100		0		0		0		0				100
8. Gestão de Correspondência	100		0		75		100		100		0		100		90		30				100
9. Gestão de Processos Administrativos	50			S		S	100		50		0		100		0		0				100
Produção (Actividades Específicas)																					
10. Recolha / Recepção de Informação		S	100		20		50		50		0		S	30		100					100
11. Registo de Informação		S	100		10		100		50		0		S	80		100					100
12. Organiz. Informação em Base de Dados		S	100		20		50		50		0		S	40		100					100
13. Process. e Tratamento da Informação		S	100		80		15		10		0		S	40		100					100
14. Difusão da Informação		S		S	10		15		10		0		S	15		50					100
Outras																					
15. Gestão Operacional																					
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas																					
17. Gestão de Compras e Vendas																					
18. Gestão de Imobilizado																					
19. Gestão de Compras e Vendas																					
20. Fornecimento de Alimentação (Rancho)																					

Grau – Grau de informatização em %
N/A – Não aplicável
S – Sim

5.13.3 – Áreas Informatizadas (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA		Marinha		Exército		FAP		CNPCE		CPHM		OGME		MM		LMPQF		OGFE	
	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A	Grau	N/A
1. Gestão de Recursos Financeiros	90		75		90		100		50		S		100		90		100		90	
1.1. Contabilidade	80		75		90		100		100		S		100		90		100		90	
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100		80		90		100			S		S		50		100		100		100
2. Gestão de Recursos Humanos	80		60		85		95			S		S		50		80		20		80
2.1. Formação de Pessoal	0		40		20		95			S		S		S		0		20		0
3. Gestão de Recursos Materiais	80		60		20		90		50		100		100		90		100		100	
3.1. Gestão de Stocks	100		60		20		100		50		90		100		90		100		100	
4. Planeam. e Calendarização Actividades	20		60			S	80			S		S		S		0		100		0
5. Concepção e Gestão de Projectos	0		50			S	70			S		S		S		0			S	0
6. Apoio à Decisão	30		50			S	75			S	70			S	50		50		50	70
7. Gestão Documental / Cent. Document.	20		50		70		75			S	50		0		0		50		0	0
8. Gestão de Correspondência	30		65		60		75		100			S	100		50		0		0	0
9. Gestão de Processos Administrativos	20		50		50		50			S		S	70		0		20		0	0
Produção (Actividades Específicas)																				
10. Recolha / Recepção de Informação		S	55		0		90		10			S	80			S	10		90	
11. Registo de Informação		S	60		0		90		10			S	80			S	60		90	
12. Organiz. Informação em Base de Dados		S	50		0		90		10		50		75			S	5		100	
13. Process. e Tratamento da Informação		S	60		0		90		10		65		80			S	25		100	
14. Difusão da Informação		S	45		0		90		10		50		70			S	5		90	
Outras																				
15. Gestão Operacional							90													
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas							90													
17. Gestão de Compras e Vendas																				
18. Gestão de Imobilizado																				
19. Gestão de Compras e Vendas																				
20. Fornecimento de Alimentação (Rancho)																				

Grau – Grau de informatização em %
N/A – Não aplicável
S – Sim

5.13.4 – Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exercito	Força Aérea	TOTAL
Direcção	6	4	8	13	3	34
Sistemas / Planificação	8	3	12	16	12	51
Desenvolvimento	10	5	25	43	27	110
Exploração	7	3	26	27	64	127
Comunicações	2	3	10	12	12	39
Suporte a Utilizadores	6	5	56	16	65	148
Outras						
Logística	2	-	-	-	-	2
Formação	-	-	-	-	32	32
Apoio	-	2	-	-	-	2
TOTAL	41	25	137	127	215	545

(*) Inclui os OSC, PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

5.13.5 – Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SGMDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)										
Computadores ou postos com ligação individual								S	S	S
Computadores ou postos partilhando uma ligação	S	S	S	S	S	S	S			
Acesso à Internet										
Número de computadores ligados à Internet	70	30	51	50	156	75	80	10	3	2
Número de trabalhadores que têm acesso à Internet	70	30	50	50	156	75	110	30	57	8
Correio Electrónico										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	70	39	18	50	156	65	0	5	0	3
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	70	39	50	50	156	65	0	0	57	0
Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet										
Procura e recolha de informação / documentação	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Acesso a bases de dados		S			S		S			
Troca electrónica de ficheiros	S	S			S		S	S	S	S
Correio electrónico	S	S	S	S	S		S	S	S	S
Aquisição de bens e serviços on-line										
Consulta de catálogos de aprovisionamento		S		S	S		S	S		
Formação de recursos humanos			S		S					
Comunicação interna entre os diversos departamentos		S	S	S	S			S	S	S
Comunicação externa com outros organismos AP		S		S	S		S	S		
Realização actividades de I&D em cooperação										
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)										

S – Sim

5.13.5 – Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	OGME	MM	LMPQF	OGFE
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)										
Computadores ou postos com ligação individual		S	S		S	S		S		S
Computadores ou postos partilhando uma ligação	S		S	S			S		S	
Acesso à Internet										
Número de computadores ligados à Internet	176	348	125	671	18	1	10	12	17	6
Número de trabalhadores que têm acesso à Internet	250	3.137	125	1.677	18	1	10	12	17	6
Correio Electrónico										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	400	844	4.968	702	18	4	0	0	17	4
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	400	1.251	4.968	1.000	18	0	0	0	17	0
Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet										
Procura e recolha de informação / documentação	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Acesso a bases de dados		S		S	S			S		
Troca electrónica de ficheiros	S	S	S	S	S	S		S	S	S
Correio electrónico	S	S	S	S	S	S	S		S	S
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>					S					
Consulta de catálogos de aprovisionamento	S	S	S	S	S		S		S	S
Formação de recursos humanos			S		S					
Comunicação interna entre os diversos departamentos		S			S					
Comunicação externa com outros organismos AP	S	S	S	S	S	S		S	S	
Realização actividades de I&D em cooperação										
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)										

S – Sim

5.13.6 – Presença do Organismo na Internet

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG-MDN		IDN		PJM	
	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A
Informação Institucional acerca Organismo	S		S		S		S		S		S		N	
Informação acerca Serviços Prestados	N		S			S		S		N		S		N
Endereço Electrónico para Recepção ou Pedidos de Informação	S		S		S		S		S		S		S	
Disponib. Acesso a Bases de Dados		S	N			S	N			S	N			N
Disponib. Formulários Preenchimento <i>On-line</i>		S	S			S	S		S		N			S
Informação acerca Oportun. Recrutamento		S		S		S	N			S	S			S
Distribuição Gratuita de Serviços ou Produtos em Formato Digital <i>On-line</i>		S	S			S		S		S		S		S
Venda de Serviços ou Produtos em Formato Digital <i>On-line</i>		S		S		S		S		S	S			S
Disponib. Formulários para <i>Download</i>		S	S			S	S		S		N			S
Recebimentos Online		S		S		S		S	S			S		S
Fornecimento de Serviços <i>On-line</i> recorrendo a Informação e Funcionalidades em Bases de Dados de outros Organismos		S		S		S		S		S		S		S

Área	IASFA		IGDN		LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea	
	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A
Informação Institucional acerca Organismo		S		S		S	S		S		S		S	
Informação acerca Serviços Prestados		S		S		S		S	S		S			S
Endereço Electrónico para Recepção ou Pedidos de Informação		S		S	S		S		S		S		S	
Disponib. Acesso a Bases de Dados		S		S		S		S		S	S		S	
Disponib. Formulários Preenchimento <i>On-line</i>		S		S		S		S	N		N		N	
Informação acerca Oportun. Recrutamento		S		S		S		S	S		S		S	
Distribuição Gratuita de Serviços ou Produtos em Formato Digital <i>On-line</i>		S		S		S		S		S		S		S
Venda de Serviços ou Produtos em Formato Digital <i>On-line</i>		S		S		S		S		S		S		S
Disponib. Formulários para <i>Download</i>		S		S		S		S	S		N		S	
Recebimentos Online		S		S		S		S		S		S		S
Fornecimento de Serviços <i>On-line</i> recorrendo a Informação e Funcionalidades em Bases de Dados de outros Organismos		S		S		S		S		S		S		S

Área	CNPCE		CPHM		OGME		MM		LMPQF		OGFE	
	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A	Disp	N/A
Informação Institucional acerca Organismo		S		S		S		S		S		S
Informação acerca Serviços Prestados		S		S		S		S		S		S
Endereço Electrónico para Recepção ou Pedidos de Informação		S	S			S		S		S		S
Disponib. Acesso a Bases de Dados		S		S		S		S		S		S
Disponib. Formulários Preenchimento <i>On-line</i>		S		S		S		S		S		S
Informação acerca Oportun. Recrutamento		S		S		S		S		S		N
Distribuição Gratuita de Serviços ou Produtos em Formato Digital <i>On-line</i>		S		S		S		S		S		N
Venda de Serviços ou Produtos em Formato Digital <i>On-line</i>		S		S		S		S		S		S
Disponib. Formulários para <i>Download</i>		S		S		S		S		S		N
Recebimentos <i>On-line</i>		S		S		S		S		S		N
Fornecimento de Serviços <i>On-line</i> recorrendo a Informação e Funcionalidades em Bases de Dados de outros Organismos		S		S		S		S		S		N

Disp – Disponível
N/A – Não aplicável
S – Sim

5.13.7 – Orientação do Organismo relativamente à distribuição do acesso à Internet e correio electrónico

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG-MDN		IDN		PJM	
	Inter-net	Cor-reio												
Para a Estrutura Superior			S	S	S	S								
Para o Secretariado da Estrutura Superior			S	S	S	S								S
Para o Comando/Direcção/Chefia Niv. Inter.			S	S	S	S								
Para os Quadros Técnicos			S	S	S	S								
Para outros Sectores em que a act. justif.				S	S	S					S	S		
Utilização Generalizada	S	S					S	S	S	S			S	

Área	IASFA		IGDN		Liga Comb.		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a Estrutura Superior	S	S	S		S	S	S		S	S	S	S	S	S
Para o Secretariado da Estrutura Superior	S	S	S						S	S				S
Para o Comando/Direcção/Chefia Niv. Inter.	S	S	S		S	S	S		S	S	S	S	S	S
Para os Quadros Técnicos	S	S	S		S	S			S	S		S	S	S
Para outros Sectores em que a act. justif.		S	S		S	S	S		S	S	S	S	S	S
Utilização Generalizada				S					S	S		S		

Área	CNPCE		CPHM		OGME		MM		LMPQF		OGFE	
	Inter-net	Cor-reio										
Para a Estrutura Superior				S	S	S		S	S	S	S	S
Para o Secretariado da Estrutura Superior				S				S	S	S	S	S
Para o Comando/Direcção/Chefia Niv. Inter.				S		S		S	S	S	S	
Para os Quadros Técnicos						S		S	S	S	S	
Para outros Sectores em que a act. justif.						S		S			S	
Utilização Generalizada		S	S									

S – Sim

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente foi criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tendo como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas, vincando assim as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000 dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

5.14 - PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

5.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA's	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Marinha	5	3	-	-	2	10
Exército	1	6	4	5	2	18
Força Aérea	-	2	1	2	-	5
TOTAL	6	11	5	7	4	33

5.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA's	1997	1998	1999	2000	2001
Marinha	Direcção de Infra-Estruturas da Armada – Despoluição do Rio Tejo / Ligação da rede de esgotos do Alfeite à ETAR da Câmara Municipal de Almada.	-	-	-	Direcção de Faróis da Armada – Energia Solar no Farol da Berlenga.
Exército	-	Actividades desenvolvidas pelo Campo Militar de Santa Margarida.	Tratamento de resíduos hospitalares no Hospital Militar Regional n.º 2.	Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental segundo a Norma ISO 14001 no Instituto Geográfico do Exército.	-
Força Aérea	-	-	-	-	-

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), descreve os dados referentes às exportações e importações de Material de Defesa, Equipamentos de Defesa, Logística e Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Os dados apurados e indicados nos quadros respectivos, resultaram da contribuição do EMGFA, dos Ramos das FA's, do IASFA e da consulta efectuada às Indústrias Nacionais de Armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra electrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, anti-aéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre os 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e com comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre os 40 e os 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que, pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam, não deva ser considerada como unidade naval.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Os dados incluídos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de defesa nacionais ou equiparadas, tendo-se desagregado por áreas do globo. Os elementos indicados referem-se a bens e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, possam pôr em risco os interesses estratégicos nacionais ou a defesa do país e são controlados pelo MDN (DGAED).

Pela Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, ficaram enumerados os “itens” cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas empresas comerciais, indústrias nacionais e Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados com base no Decreto Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

6.1.1 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

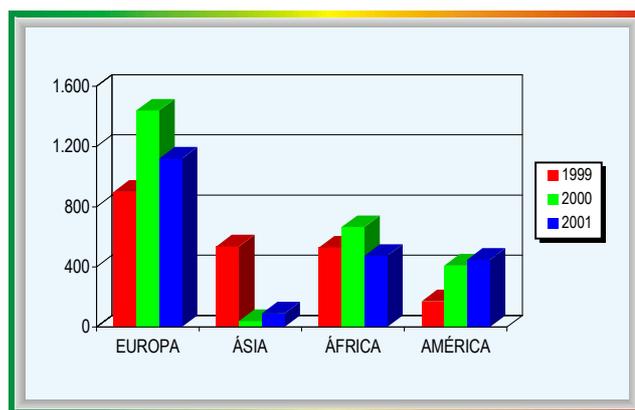
Anos	Valor (milhares de contos)
2001	2.132
2000	2.552
1999	2.133
1998	3.806

6.1.2 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares

- Valores Globais, por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

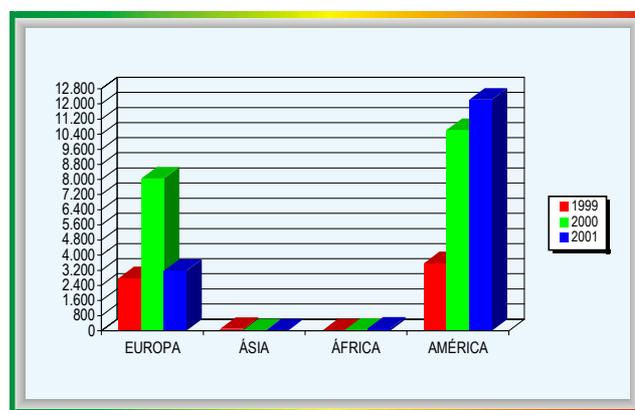
Países	1999		2000		2001	
	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%
EUROPA	898	42,1	1.438	56,3	1.120	52,5
ÁSIA	536	25,1	40	1,6	91	4,3
ÁFRICA	528	24,8	664	26,0	474	22,2
AMÉRICA	171	8,0	410	16,1	447	21,0
TOTAL	2.133	100,0	2.552	100,0	2.132	100,0



6.1.3 – Importações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais, por Áreas do Globo

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Países	1999		2000		2001	
	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%
EUROPA	2.770	43,0	8.049	43,0	3.171	20,4
ÁSIA	101	1,5	21	0,1	3	0,1
ÁFRICA	4	0,1	39	0,2	116	0,7
AMÉRICA	3.573	55,4	10.626	56,7	12.229	78,8
TOTAL	6.448	100,0	18.735	100,0	15.519	100,0



6.1.4 – Comparação Entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2001

Países	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)
EUROPA	3.171	20,4	1.120	52,5	-2.051
ÁSIA	3	0,1	91	4,3	88
ÁFRICA	116	0,7	474	22,2	358
AMÉRICA	12.229	78,8	447	21,0	-11.782
TOTAL	15.519	100,0	2.132	100,0	-13.387

6.1.5 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2001

Organização	Importação (milhares de contos)	Exportação (milhares de contos)	Saldo Exportação-Importação (milhares de contos)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	15.314	1.419	-13.895	9,3
UEO	14.392	886	-13.506	6,2
UE	14.487	888	-13.599	6,1

6.1.6 – Exportação de Serviços, Materiais, Bens e Equipamentos de Defesa para Países do WEAG (Ex-IEPG), EUA e Canadá, Efectuada pelas Indústrias de Defesa e EFFA

(contos)

Designação	1998	1999	2000	2001
Exportação de equipamentos de defesa, matérias primas, produtos semi-acabados, componentes e máquinas ferramentas, efectuada pelas indústrias de defesa e EFFA	1.510.843	1.872.952	2.542.026	1.652.615
Exportação de serviços nas áreas de reparação e manutenção, relacionados com equipamentos de defesa, efectuada pelas indústrias de defesa e EFFA	1.887.662	2.073.069	1.932.403	2.404.692
TOTAL	3.398.505	3.946.021	4.474.429	4.057.307

6.1.7 – Importação de Materiais, Equipamentos, Bens e Serviços de Defesa de Países do WEAG (Ex-IEPG), EUA e Canadá, Efectuada pelas Forças Armadas, Forças de Segurança, Indústrias de Defesa e EFFA

(contos)

Designação	1998	1999	2000	2001
Importação de equipamentos de defesa, matérias primas, produtos semi-acabados, componentes e máquinas ferramentas, efectuada pelas Forças Armadas e Forças de Segurança	6.281.305	5.374.418	3.935.651	4.727.712
Assistência e manutenção de equipamentos de defesa (no estrangeiro) para as Forças Armadas e Forças de Segurança	256.568	697.973	1.894.314	1.904.841
Importações efectuadas pelas indústrias de defesa e EFFA de matérias primas, produtos semi-acabados, componentes e máquinas e ferramentas destinadas a fabrico, montagem e manutenção em Portugal, de equipamentos de defesa para/ou das Forças Armadas e Forças de Segurança portuguesas ou exportação para/ou das forças/serviços homólogos estrangeiros	4.045.348	2.483.615	3.970.824	973.704
Importação de bens e serviços de I&D de tecnologias de defesa, efectuada pelas Forças Armadas, indústrias e organismos I&D	69.212	65.215	2.065	859.466
TOTAL	10.652.433	8.621.221	9.802.854	8.465.723

Fonte: DGAED

EQUIPAMENTOS DE DEFESA

6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA

6.2.1 – Missões e Meios Disponíveis - Marinha

Ano: 2001

Meios	Missões														Total
	Defesa Naval e Aeronaval		Defesa	Reforço	Missões de Interesse Público					Apoio Pessoal		Apoio Material	Instrução e Treino		
	Escolta e Luta A/S	Reabastecimento no Mar	Directa do Território	OTAN	Levantamento Hidrográfico	Autoridade Marítima	Segurança Marítima	Vigilância e Fiscalização da ZEE	Busca e Salvamento	Transporte	Acção Cultural	Transporte			
N A V I O S	FRAGATAS "VASCO DA GAMA"		3	-	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	FRAGATAS "JOÃO BELO"		3	-	-	(a)	-	(b)	(b)	-	-	-	-	-	3
	CORVETAS "BATISTA DE ANDRADE"		-	-	-	-	-	(b)	(b)	4	-	-	-	-	4
	CORVETAS "JOÃO COUTINHO"		-	-	-	-	-	(b)	(b)	6	-	-	-	-	6
	SUBMARINOS "ALBACORA"		2	-	-	(a)	-	(b)	(b)	-	-	-	-	-	2
	NAVIO-TANQUE REABASTECEDOR "BÉRRIO"		-	1	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PATRULHAS "CACINE"		-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	8
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	12
	LANCHAS DESEMBARQUE GRANDES		-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS HIDROGRÁFICOS		-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
	NAVIOS BALIZADORES		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	NAVIO AUXILIAR "RIBEIRA GRANDE"		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	NAVIOS-ESCOLA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
TOTAL NAVIOS		8	1	1	-	5	-	1	30	-	-	-	4	50	
UNIDADES AUXILIARES DE MARINHA		-	-	4	-	3	34	28	-	-	6	2	3	5	85
H E L I C O P T E R O S	LYNX		5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
	VIATURAS BLINDADAS ANFÍBIAS		-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
M I S S E I S	MISSEIS	LANÇADORES	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
	MILAN	MISSEIS (munições)	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13	
	MORTEIROS PESADOS		-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36

- (a) A Marinha tem permanentemente atribuídos ao Reforço OTAN, embora em diferentes graus de prontidão, 6 fragatas, 2 submarinos e 1 reabastecedor;
- (b) As fragatas, corvetas, patrulhas e lanchas das classes assinaladas, executam esta missão em simultaneidade com a missão principal indicada.

6.2.2 – Missões e Meios Disponíveis - Exército

Ano: 2001

Meios	Missões	Defesa Anti-aérea	Defesa Directa do Território			Reforço Geral	Instrução e Treino
			Continente	Açores	Madeira		
Carros de Combate	M60A3	-	74	-	-	19	8
Viaturas Blindadas	Lagarta	-	382	-	-	12	8
	Rodas	-	99	-	-	10	11
Obuses	105mm	-	45	-	-	42	10
	155mm AP	-	6	-	-	-	-
	155mm Reb	-	13	-	-	23	2
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	-	80	-	-	18	16
	Anti-aéreo	12	24	-	-	12	4
Morteiros	Pesados	-	31	7	16	60	11
Pontes	Viat. Blindada Lança Pontes	-	4	-	-	-	-
	Apoios Fixos	-	6	-	-	-	-
	Apoios Flutuantes	-	1	-	-	-	-

6.2.3 – Distribuição de Equipamentos por Grandes Unidades - Exército

Ano: 2001

Meios	Equipamentos	Grandes Unidades			
		Tropas de CE	BMI	BLI	BAI
Carros de Combate	M60A3	-	67	6	-
Viaturas Blindadas	Lagarta	-	373	9	-
	Rodas	50	-	32	14
Obuses	105mm	-	12	15	18
	155mm AP	-	6	-	-
	155mm Reb	13	-	-	-
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	-	38	10	32
	Anti-aéreo	12	12	-	12
Morteiros	Pesados	-	18	13	-
Pontes	Viatura Blindada Lança Pontes	-	4	-	-
	Apoios Fixos	6	-	-	-
	Apoios Flutuantes	1	-	-	-

Viaturas Blindadas de Lagarta: inclui M113, M113 TOW, M577, M125, M106, M901 ITV, VCE M728, M548, M578 e M88

Viaturas Blindadas Rodas: inclui Chaimite V-200, V-150, e M-11

Morteiros Pesados: inclui 120mm e 107mm

6.2.4 – Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2001

Meios		Missões									Total	
		Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território						Defesa Aérea		Instrução e Treino
		Escolta e Luta A/S	Apoio Aéreo Tático a Operações Navais	Transporte	Busca e Salvamento	Reconhecimento	Apoio Aéreo Próximo	Interdição Aérea				
A V I Õ E S	F-16	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
	P3-P	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	FTB 337G	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	12
	C-212	-	-	9	6	9	-	-	-	-	-	24
	FALCON 20	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	FALCON 50	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
	C-130	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6
	A-JET	-	-	-	-	-	19	-	-	-	6	25
	CHIPMUNK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
	BLANIK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	ASK 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	EPSILON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
	Total Aviões	5	-	31	6	9	19	-	20	34	124	
H E L I S	SA-330	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	10
	AL III	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	18
TOTAL / UNIDADES		5	-	49	16	9	19	-	20	34	152	

LOGÍSTICA

NOTA EXPLICATIVA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos, OSC/MDN e IASFA.

Os dados estatísticos apresentados no quadro 6.3.1 dizem somente respeito à manutenção dos meios e sistemas operacionais.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar, não incluindo, portanto, a assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas, que fazem parte do Capítulo 4.

Os dados apresentados nos quadros 6.3.3 e 6.3.4 referem-se aos transportes não táticos.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3 – LOGÍSTICA

6.3.1 – Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais (a)

(contos)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	31.760	8.250.162	550.006	4.250.027	13.081.955
2000	28.492	9.787.295	505.427	5.080.530	15.401.744
1999	21.055	9.754.086	427.900	7.668.116	17.871.157
1998	-	8.993.913	1.497.769	7.286.742	17.778.424

(a) O Exército só incluiu despesas com os 3.º e 4.º escalões.

6.3.2 – Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(contos)

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de				
- equipamento hospitalar	94.975	420.743	141.320	657.038
- meios auxiliares de diagnóstico	105.556	520.463	91.280	717.299
- meios curativos	679.000	2.051.893	414.699	3.145.592
Manutenção de equipamento hospitalar	40.352	170.651	112.635	323.638
TOTAL	919.883	3.163.750	759.934	4.843.567

6.3.3 – Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

(contos)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal	1	14.950	-	15.201	-	-	10	66.000	-	-	38	239.725	49	335.876
Transporte geral	3	13.076	-	-	-	-	16	46.400	4	47.050	23	336.919	46	443.445
Todo-o-terreno	-	-	-	-	-	-	22	79.200	78	788.801	7	47.486	107	915.487
Serviços especiais	1	71.423	-	-	-	-	1	6.600	5	56.370	12	175.375	19	309.768
Motociclos, ciclomotores e velocípedes	-	-	-	-	-	-	6	4.200	-	-	-	-	6	4.200
TOTAL	5	99.449	-	15.201	-	-	55	202.400	87	892.221	80	799.505	227	2.008.776

6.3.4 – Despesas com Transportes - Funcionamento

(contos)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	20.019	10.548	21.744	150.000	168.756	595.095	966.162
Combustíveis e Lubrificantes	23.143	25.488	20.050	85.655	494.175	264.665	913.176
Aquisição de Serviços (a)	16.976	20.036	213.112	195.329	76.107	74.085	595.645
TOTAL	60.138	56.072	254.906	430.984	739.038	933.845	2.474.983

(a) Aluguer de viaturas e transporte de pessoal e material.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4.1 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – Marinha

(contos)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	
Projecto SIIM – Sistema Integrado de Informação da Marinha	DITIC	Eng. Electrotécnica Eng. Informática	-	-	146.825	146.825
Projecto SINCOMAR	DITIC	Comunicações	-	-	92.439	92.439
Projecto “Actualização dos Sistemas de Levantamento Hidrográfico”	IH	Marinha	1.722	10.700	-	12.422
Projectos - “Estudo da Dinâmica das Costas de Portugal” - “Ondulação ao largo de Portugal – ONDCOAST”	IH	Ciências do Mar	32.658	27.600	-	60.258
Projecto “Circulação na Plataforma Continental”	IH	Ciências do Mar	69.991	10.500	-	80.491
Projecto “Organização do Banco de Dados Hidrográficos, Oceanográficos e de Poluição”	IH	Informática	27.678	5.000	-	32.678
Projecto “Elaboração de Cartas Sedimentológicas da Plataforma Continental Zona Mar. Adj. Port.”	IH	Ciências do Mar	25.498	9.500	-	34.998
Cooperação com Universidades e outros Organismos	IH	Ciências do Mar	13.136	-	-	13.136
Projecto “Automatização dos Sistemas de Cartografia Náutica”	IH	Marinha	624	10.000	-	10.624
Projecto “Modernização dos Sistemas de Aquisição e Processamento de Dados”	IH	Marinha	783	13.450	-	14.233
Projectos “Marés em Portugal” e “Automatização da Rede Maregráfica Nacional”	IH	Ciências do Mar	22.761	14.750	-	37.511
Projecto “Vigilância da Qualidade do Meio Marinho”	IH	Ciências do Mar	207.522	9.000	-	216.522
Programa “Segurança da Navegação”	IH	Marinha	26.932	18.500	-	45.432
Programa “Modernização de Navios Hidrográficos”	IH	Marinha	130.000	150.000	124.123	404.123
Simulador de Radar e Navegação	DN	Navegação	-	-	-	-
TOTAL	-	-	559.305	279.000	363.387	1.201.692

Fonte: MARINHA

Além do orçamento do Ministério da Defesa – Marinha, inclui transferências dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Ambiente e Recursos Naturais.

6.4.2 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Exército

(contos)

Programas	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC	MDN (I&D)	OMDN 2001	
Modelo Digital do Terreno de Alta Precisão	IGeoE	Cartografia	3.000	-	-	3.000
Actualização Acelerada de Cartografia 1:25.000 em Formação Digital	IGeoE	Cartografia	180.000	-	-	180.000
Sistema de Informação Geográfico Militar	IGeoE	Cartografia	10.000	-	-	10.000
SIMOPMIL Centro de Simulação e Operações Militares	IAEM	Instrução	100.000	-	-	100.000
Remodelação das Infraestruturas Escolares da Academia Militar	AM	Instrução	580.000	-	-	580.000
Rede Informática da Academia Militar – Fase II	AM	Instrução	28.750	-	-	28.750
Sistema Militar para Apoio ao SNPC e Cooperação com as Autarquias Locais	DSE	Segurança e Ordem Pública	398.250	-	-	398.250

6.4.2 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – Exército (Continuação)

(contos)

Programas	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC	MDN (I&D)	OMDN 2001	
Estudo da Imunidade Celular e Humoral da Hiperactividade na Asma Brônquica	HMB	Saúde	-	15.000	-	15.000
TUBERCULOSE Optimização, Diagnóstico Microbiológico, Informatização e Casos Clínicos	HMB	Saúde	-	20.000	-	20.000
Curso de Liderança	AM	Instrução	-	-	2.080	2.080
Palácio da Bemposta: as suas Rochas e Patologias. Medidas de Conservação e Prevenção.	AM	Ambiente	-	-	5.434	5.434
Avaliação Médico-Fisiológica dos Candidatos à AM	AM	Instrução	-	-	5.000	5.000
Informatização da Biblioteca do QG/RMN	QG/RMN	Informática	-	-	877	877
Os Generais do Exército Português	Biblioteca do Exército	Instrução	-	-	2.430	2.430
Modernização da Administração no Exército	AM	Administração	-	-	1.905	1.905
Sistema Integrado de Vigilância	EMEL	Electrónica	-	-	7.976	7.976
TOTAL	-	-	1.300.000	35.000	25.702	1.360.702

Fonte: EXÉRCITO

Em 2001, foi atribuído o prémio Descartes do Secretariado para a Modernização Administrativa ao Projecto Aplicação Criptográfica para Comunicações Seguras em Rede – SecNet, do BISM, financiado em 1999 pelo Exército.

Os dados do MDN (I&D) estão contidos no quadro 6.4.4 (Projectos de âmbito nacional).

6.4.3 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Força Aérea

(contos)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN(PIP)	MDN(I&D)	LPM	
Simulador de Aviónica	AFA	Instrução	76.064	-	-	-	76.064
Simulador de Desorientação Espacial	DE	Instrução	100.000	-	-	-	100.000
Sistema de Informação Geográfica	DMA	I&D	-	-	-	114.988	114.988
TOTAL	-	-	176.064	-	-	114.988	291.052

Fonte: FORÇA AÉREA

6.4.4 – Financiamentos pelo MDN (LPM) de Projectos de Investigação e Desenvolvimento de Defesa (Âmbito nacional e internacional)

(contos)

Enquadramento/Âmbito	Montantes 2001
Projectos internacionais WEAG (Programa EUCLID)	195.214
Projectos internacionais NATO (<i>TACOM post 2000</i>)	78.370
Projectos de cooperação bilateral (Portugal – França)	1.160
Projectos de âmbito nacional (Ramos, Institutos e Universidades)	90.000
TOTAL	364.744

Fonte: DGAED

INDÚSTRIAS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Neste quadro apresentam-se de forma sucinta alguns elementos estatísticos relativos às Empresas Portuguesas, incluindo os EFFA, do sector vulgarmente conhecido como das Indústrias de Defesa e respeitantes a 2000 e 2001. Os elementos referentes a cada Empresa ou EFFA são os seguintes:

- Volume de vendas, global, anual;
- N.º de efectivos;
- Valores de exportação de bens e serviços.

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

6.5.1 – Indústrias Nacionais do Sector das Indústrias de Defesa - 2000 e 2001

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual		Volume de Vendas em AETD	Número de Efectivos		Exportação (contos)			
		2000	2001	2001	2000	2001	TOTAL 2000	2001		
								Países(UE)	Países 3ºs	TOTAL
SECTOR TERRESTRE OGFE	Estatal/EFFA	8.012.622 a)	5.988.960	4.408.175	487 b)	458	144.132	-	149.982	149.982
OGME	Estatal/EFFA	823.555	569.469	569.469	126	122	-	-	-	-
INDEP	S.A. Cap. Públicos	1.366.278	950.426	943.984	319	144	1.127.680	548.838	357.405	906.243
SPEL	S.A. Cap. Públicos	c)	4.393.398		c)		17.162	-	-	-
SECTOR AEROESPACIAL OGMA	S.A. Cap. Públicos	22.510.191	15.206.682	5.914.696	1.972	2.115	5.097.394	1.075.109	2.280.163	3.355.272
SECTOR NAVAL Arsenal do Alfeite	Estatal/EFFA	7.255.976	6.176.740	434.950	1.899	1.778	-	-	-	-
SECTOR ELECTRÓNICO EID	Privada	3.629.648	2.297.374	1.606.975	189	173	1.294.953	795.525	48.548	844.073
EDISOFT	Privada	608.997	779.612	269.520	55	68	157.639	181.409	-	181.409

Fonte: DGAED/Empresa

- (1) Os montantes financeiros indicados constituem os resultados das actividades das Empresas/EFFA derivados do aproveitamento global das suas capacidades e incluem a venda de bens e a prestação de serviços, sejam eles de natureza militar, de duplo uso ou de natureza civil.
- a) 1.559.050 contos são respeitantes ao Apoio à Família Militar;
- b) Inclui 11 militares;
- c) Dados não fornecidos pela empresa.

6.5.2 Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa - 2000 e 2001

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual		Volume de Vendas em AETD	Número de Efectivos		Exportação (contos)			
		2000	2001	2001	2000	2001	TOTAL 2000	2001		
								Países (UE)	Países 3ºs	TOTAL
BROWNING VIANA	Privada	9.122.317	7.483.777	342.440	422	319	191.725	96.385	245.929	342.314
TUDOR	Privada	5.158.529	4.985.398	15.879	107	89	-	-	-	-
AUTOSIL	Privada	5.480	3.750.000	10.000	253	222	-	-	-	-

NOTA EXPLICATIVA

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais “Exercícios”, no caso do EMGFA, e “Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos”, no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros que contêm os elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente.

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo País, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das Forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras actividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por Programas de Treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de acções de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim-de-semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objectivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respectivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional, efectuou-se a descrição dos exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que, sendo de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais (7.3.2), consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados (7.3.4), os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, preparação, treino e prontidão dos meios disponíveis, de forma a garantir a execução da missão atribuída. Com este objectivo, são realizados exercícios cuja preparação e condução são da responsabilidade deste Ramo, exercícios combinados e ainda outros da responsabilidade de outros Ramos nos quais a Força Aérea participa.

Estes exercícios visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas expressões, especificamente na Defesa Aérea; interdição e adequado suporte SAR no espaço interterritorial do Triângulo Estratégico Nacional, o Comando e Controlo e o Apoio Aéreo a forças terrestres e navais, bem como a preparação para outras missões, designadamente operações de apoio à paz e humanitárias.

A Força Aérea desenvolve ainda a actividade de preparação das suas forças em missões de instrução e treino, a qual representa uma componente significativa do orçamento atribuído.

Os custos discriminados nos quadros dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2001, nas envolventes de "pessoal" e "operação".

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios Sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou aliadas/amigas, e em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
ABLE GOVERNOR	Seminário do ARRC no âmbito de CIMIC.
AÇOR	Os exercícios da série AÇOR tiveram por objectivo testar o apoio das Forças Armadas nos Açores ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), de acordo com as solicitações do mesmo. Estes exercícios serviram igualmente para avaliar/testar a Directiva nº 01/COA/01, que determina os procedimentos a adoptar pelas Forças Armadas no âmbito do apoio ao SRPCBA. A referida directiva revelou-se, de um modo geral, adequada às solicitações apresentadas.
ADV EXCHANGE	Exercício da AMF(L) que decorreu na Turquia, tendo sido testado o conceito de IRTF(L).
ÁGUIA 01	Exercício no âmbito do curso de observadores do CITOAP, com o objectivo de preparar os oficiais para o desempenho das funções de observador militar, instrutor do curso de observadores militares e de OAP.
ALCAIDE FARIA	Tem por finalidade criar uma situação que permita exercitar a RMN nas acções decorrentes da declaração do "estado de sitio/emergência", visando treinar as UEO na implementação dos diferentes estados de segurança.
ARCO 011	Exercício da Brigada Mecanizada Independente, de nível Agrupamento, executado nas modalidades de EXSTUDY, LOGEX, CPX/JG, FTX e LFX, que visou desenvolver e validar a capacidade operacional dos encargos da BMI, ao nível do planeamento, controlo e condução de operações tácticas no âmbito de uma Operação Defensiva – Defesa Avançada.
ARCO 012	Exercício da Brigada Mecanizada Independente, de nível Agrupamento, executado nas modalidades de EXSTUDY, CPX/JG, FTX e LFX, que visou desenvolver e validar a capacidade operacional dos encargos da BMI, ao nível do planeamento, controlo e condução de operações tácticas no âmbito de uma Operação Ofensiva – Marcha para o Contacto, integrando ainda uma OPEVAL ao 1ºBIMec/BMI.
ARDENT GROUND	Exercício de apoio de fogos da AMF(L). Foi cancelado em 2001.
ARRCADE BUGLE	Seminário do ARRC no âmbito das operações.
ARRCADE FUSION 01	Principal exercício do ARRC, visando treinar este QG na condução de operações de apoio à paz e a transição para operações de combate, por forma a manter a eficiência operacional. Elaborado na modalidade CPX/CAX, mediante a utilização do sistema britânico ABACOS (Advanced Battlefield Computer Simulation System).
ARRCADE GUARD	Exercício do ARRC no âmbito das operações de apoio à paz.
ARRCFUL DODGER	Seminário do ARRC no âmbito das informações/PSO.
BLI 011-A	O Exercício BLI 011 enquadrou-se no ciclo de aprontamento e treino do 1ºBI/BLI, com vista ao seu empenhamento no 2º semestre de 2001, no TO de Timor-Leste. Teve com finalidade praticar o planeamento e condução de operações tácticas convencionais até ao nível pelotão, praticar a preparação, o embarque, transporte e desembarque de pessoal e material em helicópteros, executar tiro com todas as armas orgânicas do Batalhão e conduzir instrução de operações de apoio à paz nas instalações do CITOAP.
BUTMIR 01-A	Exercício de aprontamento final do 2ºBIMec/SFOR, sob a responsabilidade do Cmd. da BMI, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da força no planeamento, controlo e condução de operações de apoio à paz.
CLEAN HUNTER	Promover oportunidades de treino às unidades aéreas participantes nas áreas de GBAD, ACS, AEW, AAR e CSAR.
COBRA	Exercício da EUROFOR tipo CPX que decorreu em Espanha no âmbito das operações de apoio à paz, tendo promovido a cooperação entre aquele QG e o EUROCORPO, ao nível do conceito do "Rapid Reaction Corps/LCC", com participação de oficiais da BAI.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional
(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
COMBINED JOINT EURO WEEK	Exercício no âmbito do IAEM que decorreu na Alemanha.
CONTEX	Exercício destinado a proporcionar o treino de procedimentos operacionais de guerra naval, treino de conjunto das unidades operacionais e prática de Comando e Estado-Maior.
COOP DET	O principal objectivo do exercício foi treinar a interoperabilidade entre militares dos diversos países numa missão de apoio à paz (PSO), operando ao nível de Brigada Multinacional, bem como na prestação de assistência humanitária.
COOP PO-GE (BAT 314)	Actividade de cooperação bilateral pára-quadrista com participação de 1Pel/BAI que decorreu simultaneamente em PO e na Alemanha, com o BAT 314 GE.
CRUZEIRO DO SUL 01	Exercício no âmbito da Brigada de Defesa Territorial Sul que visou o treino dos PCmd no planeamento, controlo e conduta de operações defensivas, em ambiente convencional, ao nível dos Postos de Comando.
DARING EAGLE	Exercitar a capacidade da Força Aérea para planear e coordenar operações aéreas conjuntas, englobando a totalidade de missões e tarefas da Força Aérea.
DESTINED GLORY	Exercício da NATO, do tipo LIVEX/PHIBEX/FTX, visando testar a cooperação e interoperabilidade entre as várias componentes da NATO e as EUROFOR, em operações de apoio à paz e evacuação de não combatentes.
DOGFISH	Providenciar treino avançado de ASW e ASUW em operações contra submarinos em trânsito e em patrulha.
EFICÁCIA 01	Exercício de fogos reais que visou o treino tático e a avaliação da proficiência das várias unidades operacionais de Artilharia de Campanha, cuja conduta se desenvolveu sob a coordenação do Cmdt. do GAC/BMI.
EMF	Exercícios vários executados durante o período de activação da EUROMARFOR.
FELINO	Exercício conjunto/combinado no âmbito dos PALP, destinado a exercitar a organização de um Comando de Operações Especiais e a praticar a sequência do planeamento operacional e treinar forças de Operações Especiais em reconhecimento especial e de acção directa.
FOST SSK	Participação de um submarino no treino operacional efectuado no Reino Unido, destinado ao aprontamento de unidades navais em treino sob a égide do Flag Officer Sea Training.
FRENTE NORTE	Visa testar a eficácia do sistema de convocação e mobilização de pessoal no âmbito da BDTN, através de um exercício simulado de convocação/mobilização das respectivas unidades.
FTX	Exercício da Companhia de Apoio de Transportes Tácticos dos Fuzileiros para treino de desembarque e embarque de viaturas tácticas em costa aberta.
FRONTEIRA 01	Teve como finalidade desenvolver a capacidade operacional e a cooperação militar entre unidades de Infantaria portuguesas e espanholas e desenvolver e intensificar o intercâmbio de procedimentos e técnicas entre unidades participantes.
GARAJAU	Exercício do tipo SIGEX, no âmbito das comunicações, destinado à verificação dos seus sistemas e respectiva interoperabilidade.
GRIFO	Exercício do tipo LIVEX realizado pela Companhia de Precursores da BAI e destinado ao treino de acções especiais no âmbito PREC e SOGA (HALO HAHO).
HERMES 011-A	Este exercício constituiu o culminar do aprontamento do 1ºBI/BLI como FND e decorreu como planeado, atingindo os objectivos pretendidos.
INTREX	Exercício destinado a desenvolver o treino das unidades navais e treino conjunto, bem como exercitar procedimentos operacionais de guerra naval e cooperação aeronaval.
JCET 01	Exercício do tipo LIVEX destinado a exercitar e avaliar o treino e a capacidade operacional das unidades de Operações Especiais da Marinha e Exército portugueses e da Marinha e Força Aérea americanas.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional
(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
JCET – 75° REG RANGER	Exercício combinado realizado com forças dos EUA, na Alemanha-Hohenfels, em conjunto com forças da Bélgica, Itália, França e Alemanha, no âmbito HALO-HAHO, tendo sido exercitada a CompPrec/BAI. Esta actividade substituiu a planeada para os EUA em Pope Air Force Base.
JCET 01 - USA	Actividade que decorreu em PO, na região de Tancos, envolvendo a CompPrec/BAI e forças do 3rdBNSFG (US) acantonado na Alemanha.
JOINT HARMONY	Exercício no âmbito do IAEM que decorreu na Alemanha.
LOBO 01	Exercício no âmbito da ICOL, do ERec/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objetivos de treino operacional da BMI.
LUSIADA	Exercício do tipo CPX/LIVEX/INVITEX, do EMGFA, com a finalidade de exercitar o planeamento, controlo e execução de uma operação conjunta de apoio à paz.
MOLIÇO	Exercício do tipo LIVEX realizado pelo 2ºBIPara/BAI no âmbito do aprontamento para a missão no TO de Timor-Leste.
MORSA	Exercitar o comando, controlo e execução de missões SAR.
NATO AIR MEET	Exercitar táticas e procedimentos para o emprego do poder aéreo, de maneira a incrementar a proficiência e uniformização na área das operações aéreas combinadas.
OST	Treino operacional efectuado no Reino Unido, destinado às fragatas da classe "Vasco da Gama".
PEGASUS 01	Exercício combinado realizado em Espanha com a participação de uma célula de resposta do Cmd da BMI, na observação de um exercício do Tipo "CPX".
PHIBEX	Exercício destinado a exercitar as unidades operacionais em operações anfíbias.
PLUTÃO 01	Visa, na sua 1ª fase, efectuar a convocação simulada das SubUn da BDTC, encargo operacional de diferentes unidades pertencentes ao GML, RMN, e RMS. Na sua 2ª fase, visa o treino no planeamento, controlo e condução de operações de defesa directa do território, em ambiente convencional, ao nível de Postos de Comando.
PRIMEIRA BATALHA 01	Exercício combinado realizado no âmbito bilateral, em Espanha (Saragoça), com a participação de uma célula de resposta do Cmd do GCC/BMI e de forças do Exército espanhol, que teve por objectivo o treino e a prática de Postos de Comando no planeamento, controlo e condução de operações
PUCARIÇA 01-A	Exercício no âmbito do programa de preparação e aprontamento do 1ºBIMec/SFOR, sob a responsabilidade do Cmd da BMI, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da força no planeamento, controlo e condução de operações de apoio à paz.
RESTAC/CIS	Actividade da EUROFOR no âmbito das comunicações.
S. JORGE	Destina-se a testar os planos de defesa das U/E/O apoiadas em segurança pelo GML, treinando e avaliando os procedimentos a adoptar em situações de alteração do estado de segurança.
Série ALMOUROL	Exercícios do tipo LIVEX realizados pela Companhia de Engenharia da BAI, destinados ao treino do pessoal na operação dos equipamentos, no âmbito da mobilidade, contramobilidade e trabalhos gerais de engenharia.
Série FOCA	Exercícios realizados pelos 1º e 2ºBI/ADTA com participação de forças da Marinha. Revelaram-se muito úteis e motivadores, salientando-se a excelente cooperação e entendimento entre a Marinha e o Exército. No entanto, continua-se a verificar incompatibilidade dos meios de comunicações entre os dois Ramos.
Série LEÃO	Exercícios sectoriais tipo SIGEX realizados pelos 1º e 2ºBI/ADTA e pelo EsqPE/ZMA.
Série LINCE	Exercícios do tipo LIVEX realizados pela Companhia Anti-Carro da BAI no âmbito do treino das guarnições das armas anti-carro e do seu emprego táctico.
Série MACONTENE	Exercícios do tipo LIVEX/LFX realizados pelo Esquadrão de Reconhecimento da BAI no âmbito do treino dos seus quadros e tropas.
Série MERCÚRIO	Exercícios do tipo LIVEX realizados pela Companhia de Transmissões da BAI, destinados ao treino das comunicações TSF, TPF e Dados, no seio da BAI.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional
(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
Série ONÇA	Exercícios no âmbito da ICOL, do GAC/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
Série PANTERA	Exercícios sectoriais tipo LIVEX, realizados pelos 1º e 2ºBI/ADTA e pela CompMortPes/ADTA. Destinaram-se ao treino dos encargos operacionais do ADTA.
Série RAPOSA	Exercícios no âmbito da ICOL, do BAAA/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
Série RINOCERONTE	Exercícios no âmbito da ICOL, do GCC/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
TRIDENT D'OR	Exercício combinado do tipo LIVEX, conduzido pela França e Itália, visando testar a cooperação entre as várias componentes das EUROFOR e Marinha aliadas, na condução de operações de apoio à paz e evacuação de não combatentes.
Série TROVÃO	Exercícios do tipo LIVEX/LFX realizados pelo Grupo de Artilharia de Campanha da BAI no âmbito do treino das guarnições das bocas de fogo e do seu emprego tático.
SERRA BRANCA	Envolveu forças de Operações Especiais, servindo para preparar o aprontamento de forças para o Kosovo.
SÍRIO	Exercitar a capacidade de planeamento e execução de operações conjuntas e combinadas de defesa aérea.
SWORDFISH	Exercício naval destinado a testar a integração de unidades ou forças de países NATO em forças multinacionais e exercitar procedimentos, em cenários passíveis de ocorrer no mundo real, por forma a otimizar a interoperabilidade e coesão das unidades participantes e, simultaneamente, dar a oportunidade de treino aos "staffs" das forças.
TAPON	Exercitar forças com a finalidade de melhorar o controlo marítimo da área do Estreito de Gibraltar e rotas de aproximação em tempo de crise.
TEJO	Exercício de aprontamento do 1ºBI/Para da BAI para o TO da Bósnia.
TIGER MEET	Exercício e aprendizagem mútua de técnicas e táticas entre as várias esquadras de voo TIGER, visando os objectivos NATO, neste caso integrado no exercício CLEAN HUNTER.
TIGRE 01-A	Exercício no âmbito do programa de preparação e aprontamento do 2ºBIMec/SFOR, sob a responsabilidade do Cmd do Batalhão, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da força no planeamento, controlo e conduta de operações de apoio à paz.
TLP	Melhorar as capacidades de liderança tática e de execução em voo para comandantes de Esquadrilha.
TRISTÃO 01	Permitiu aprofundar e consolidar a doutrina e procedimentos associados às operações de apoio à paz, tal como monitorização de movimento de forças militares das facções e do seu acantonamento, bem como de armamento e material; controlo e protecção de itinerários; escoltas a colunas militares e humanitárias; patrulhamentos de área e de zona; e garantir a segurança dos aquartelamentos, face a ameaças exteriores. Incluiu ainda uma fase relativa a procedimentos de convocação/mobilização.
VALLADOLID	Exercício tipo HALO-HAHO que decorreu em Valladolid com participação de elementos da BAI.
VIRIATO	Teve como objectivo aperfeiçoar a preparação dos quadros e tropas do CIOE e melhorar a sua prontidão e eficácia em operações não convencionais.
ZARCO 01	Exercício conjunto destinado a exercitar, avaliar e aperfeiçoar a capacidade de intervenção do dispositivo de forças atribuído ao COM. Aperfeiçoar procedimentos operacionais nos domínios da tática e da logística, numa situação indutora de operações de apoio à paz e humanitárias.

7.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

7.1.1 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR	CPX LIVEX	18 a 20Jun 16 a 18Out	AÇORES	CEMGFA	COA	CZMAR, CZMA, CZAA	
FELINO	LIVEX	17 a 29Out	LAMEGO	CEMGFA	CEME	COMNAV, COFT, FORÇAS DA CPLP	
LUSÍADA	LIVEX	08 a 12Out	PORTO SANTO	CEMGFA	COC	COMNAV,COFT,COFA, COM	
ZARCO	CPX LIVEX	24 a 26Out 04 a 09Nov	MADEIRA	CEMGFA	COM	CZMAR, CZMM, CZAM	

7.1.2 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos - Meios

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (contos)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR	1 FS	CMD ZMA RG1 RG2 EsqPE/ZMA CTP/ZMA UnApoio/QG	ESQ711 (C212) ESQ 711 (SA330)	71	82	9	2.610	7.192	9.802	
FELINO	DAE	CIOE	ESQ501 (C130) ESQ552 (SA330) ESQ751 (ALL III)	8	239	23	9.774	42.841	52.615	
LUSÍADA	1 FFGH 1 FF 1 FS 1 AOR 1 PB 1 PEL FZ 1 CDT 1 DAE	1 Comp(-) BAI 1 Dest Prec 1 DOE 1 Dest Ap Svç 1 Dest TMS	ESQ201 (F16) ESQ301 (AJET) ESQ501 (C130)	515	98	19	13.684	34.443	48.127	
ZARCO	1 PB	ADTM (-) Btr AA (-) DOE	DAPS (C212) DAPS (SA330)	33	288	11	846	6.224	7.070	

7.2 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

7.2.1 - Exercícios Sectoriais - Exercícios Realizados

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
FTX	LIVEX	05 a 09Fev	Área de exercícios em Tróia e Pinheiro da Cruz	COMNAV	COMCORPFU ZMAR	COMNAV	Aprontamento CATT
INSTREX 01	LIVEX	12 a 16Fev	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Aprontamento de unidades navais
CONTEX / PHIBEX	LIVEX	27Mar a 05Abr	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Aprontamento da Força Naval e Força Anfíbia
INSTREX 02	LIVEX	26Set a 03Out	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Aprontamento de unidades navais
VIAGENS DE INSTRUÇÃO DE CADETES EN	LIVEX	Vários	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Viagens de instrução e embarque de fim-de-semana de cadetes
PROGRAMAS DE TREINO	LIVEX	Vários	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	CAD'S	COMNAV	Treino básico, operacional, específico e próprio

7.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos(a) (contos)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
FTX	1 Lancha de Desembarque	27	446	414	860	-	-	
INSTREX 01	2 Fragatas 2 Fragatas 1 Reabastecedor 1 Submarino	816	14.824	36.057	50.881	F16 ALFAJET P3P C212EW	7 FRAGATA	Participação SNFL 1 Fragata atribuída à SNFL (não considerada nos custos totais)
CONTEX / PHIBEX	2 Fragatas 2 Corvetas 1 Reabastecedor 1 Submarino 1 Navio Balizador 1 Lancha de Desembarque 2 Patrulhas 1 Batalhão Ligeiro de Desembarque 1 Destacamento de Acções Especiais 1 Equipa de Mergulhadores Sapadores	1.021	16.705	15.309	32.014	F16 ALFAJET P3P C212EW SA330	2 FRAGATAG 1 SSK	TG Espanhola
INSTREX 02	2 Fragatas 1 Fragata 2 Corvetas 2 Submarinos 2 Patrulhas	757	11.281	27.438	38.719	F16 ALFAJET P3P C212EW	3 DDG 13 FRAGATA 1 AOR E3D	Participaram SNFL, SNFM 1 Fragata atribuída à SNFL (não considerada nos custos totais)
VIAGENS DE INSTRUÇÃO DE CADETES DA EN	1 Navio-Escola 4 Fragatas 5 Corvetas 1 Navio Hidrográfico 1 Submarino	1.068	111.764	35.006	146.770	-	-	-

7.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Custos Acrescidos (a) (contos)				Unidades Orgânicas/ /Meios		OBS.
		Efectivo	Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
PROGRAMAS DE TREINO	3 Fragatas 6 Corvetas 3 Patrulhas 5 Lanchas de Fiscalização 2 Submarinos	1.216	137.275	94.146	231.421	-	-	-

(a) Custos acrescidos – custos de pessoal e operação despendidos por motivo do exercício.

7.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/ /Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
FOST SSK (1)	LIVEX	22Jan a 02Mar	Área de exercícios de Plymouth, UK	FOST	FOST	FOST COMNAV	
STANAVFORLANT	LIVEX	26Fev a 31Dez	Mediterrâneo e Atlântico Norte	SACLANT	CINSOUTHLANT COMNAVSOUTH	COMNAV	
SWORDFISH	LIVEX	19 a 27Abr	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV COFA COFT (EPT) ALFLOT CANADIAN AIRFORCE (1 MPA) NATO (MEWSG)	
EMF ACTIV 1	LIVEX	03Mai a 23Jun	Mediterrâneo	CEMF	CEMF	CEMF CEMFA	Inclui a participação no Trident D'Or e Tapon
TRIDENT D'OR	LIVEX	21Mai a 01Jun	Mediterrâneo	CECLANT	CECLANT	CEMF	
TAPON	LIVEX	12 a 22Jun	Cádiz, Estreito de Gibraltar e Mediterrâneo Ocidental	ALFLOT	ALFLOT	CEMF COMNAV	
OST (1)	LIVEX	25Mai a 07Jun	Área de exercícios de Plymouth, UK	FOST	FOST	FOST COMNAV	
FOST SSK (2)	LIVEX	11Jun a 13Jul	Área de exercícios de Plymouth, UK	FOST	FOST	FOST COMNAV	
EMF ACTIV 2 (DESTINED GLORY)	LIVEX	01 a 25Out	Cádiz, Estreito de Gibraltar e Mediterrâneo Ocidental	CEMF	CEMF	CEMF CEMFA	
OST (2)	LIVEX	22Out a 08Dez	Área de exercícios de Plymouth, UK	FOST	FOST	FOST COMNAV	
WORK UPS SNFL	LIVEX	29 a 31Out	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV CINCOSOUTHLANT	
JCET 01	LIVEX	17 a 30Jul	Área de exercícios em Tróia e Pinheiro da Cruz	CEMGFA	COMNAV	COMNAV	

7.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (a)(contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
FOST SSK (1)	1 Submarino	54	14.014	3.874	17.888	Envolveu Submarino "Barracuda"
STANAVFORLANT	1 Fragata	187	409.403	287.154	696.557	
SWORDFISH	4 Fragatas (b) 1 Corveta 1 Reabastecedor 2 Submarinos 2 Patrulhas 1 Navio Hidrográfico	839	22.354	48.252	70.606	1 Fragata atribuída à SNFL (não considerada nos custos totais)
EMF ACTIV 1	1 Fragata	166	47.427	57.365	104.792	
TRIDENT D'OR	1 Fragata	166	-	-	-	Fragata atribuída à EMF (os custos são imputáveis na EMF ACTIV 1)
TAPON	1 Fragata 1 Submarino	220	4.138	1.532	5.670	Fragata atribuída à EMF (os custos são imputáveis na EMF ACTIV 1)
OST (1)	1 Fragata	181	61.544	68.968	130.512	Envolveu Fragata "Corte Real"
FOST SSK (2)			16.901	5.099	22.000	Envolveu Submarino "Delfim"
EMF ACTIV 2 (DESTINED GLORY)	1 Fragata	166	18.036	13.232	31.268	
OST (2)	1 Fragata	181	58.992	40.495	99.487	Envolveu Fragata "Vasco da Gama"
WORK UPS SNFL	1 Corveta	71	561	2.083	2.644	
JCET 01	DAE	23	358	-	358	

(a) Custos acrescidos – custos de pessoal e operação despendidos por motivo do exercício.

(b) Duas Fragatas da classe Vasco da Gama e duas da classe João Belo.

7.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
EFICÁCIA	LIVEX	23 a 26Abr	CMSM	COFT	BMI	COFT / BMI	
BLI 011-A	LIVEX/FTX	19 a 30Mar	CMSM	COFT	BLI	BLI	
HERMES 011-A	LIVEX/FTX	22 a 30Jun	SERRA DA PADRELA	CEME	BLI	BLI	
ARCO 011	LFX/CPX/JG/FTX	29Mai a 29Jun	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
ARCO 012	FTX	12 a 30Nov	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
Série RINOCERONTE	FTX	Vários	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
LOBO 01	FTX	21 a 22Nov	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
TIGRE 01-A	FTX	12-a 30NOV	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
BUTMIR 01-A	FTX	10 a 20Dez	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
Série ONÇA	FTX	Vários	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
Série RAPOSA	FTX	Vários	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
PUCARIÇA 01-A	FTX	04 a 10Jan	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	BMI	
ALCAIDE FARIA	CPX/LIVEX	09 a 11Jul	RMN	CMDT RMN	2ºCMDT RMN	QG/RMN	
FRENTE NORTE	CPX/LIVEX	24Out a 08Nov	RMN	CMDT RMN	2ºCMDT RMN	QG/RMN	
VIRIATO	LIVEX	01 a 13Dez	LAMEGO	CMDT CIOE	2ºCMDT CIOE	QG/RMN	
SERRA BRANCA	LIVEX	28Mar a 05Abr	SERRA DA ESTRELA	CMDT CIOE	2ºCMDT CIOE	QG/RMN	
GARAJAU	SIGEX/CPX	21 a 30Mar	MADEIRA	CMDT ZMM	2ºCMDT ZMM	QG/ZMM	
TRISTÃO 01	CPX/LIVEX	Jun e Set	MADEIRA	CMDT ZMM	2ºCMDT ZMM	QG/ZMM	
PLUTÃO 01	CONV/CPX/LIVEX	Mai e Nov	LISBOA	CMDT GML	2ºCMDT GML	QG/GML	
Série PANTERA	LIVEX	Mar/Set/Dez	S. MIGUEL	CMDT ZMA	CMDTS RG1/RG2	ZMA	
S. JORGE	CPX/LIVEX	19 a 23Mar	LISBOA	CMDT GML	2ºCMDT GML	QG/GML	
CRUZEIRO DO SUL	CPX/SIGEX	20 a 24Set	BEJA	CMDT RMS	2ºCMDT RMS	QG/RMS	
ÁGUIA 01	FTX	26 a 28Nov	CMSM	CMDT BMI	CH CITOAP	BMI	
Série FOCA	JOINTEX/LIVEX	Mar/Mai	PONTA DELGADA	COA	CMDT ZMA	ZMA	
Série LEÃO	JOINTEX/LIVEX	Mar/Mai	S. MIGUEL	COA	CMDT ZMA	ZMA	
TEJO	LIVEX	28Mai a 01Jun	SERRA DA AMÊNDOA	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	BAI	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
GRIFO	LIVEX	25Jul a 05Ago	TANCOS	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
MERCÚRIO 011	LIVEX	05 a 09Mar	BRAGANÇA E ALGARVE	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
MERCÚRIO 012	LIVEX	08 a 12Out	BRAGANÇA E ALGARVE	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
ALMOUROL 011	LIVEX	02 a 04Abr	CMSM	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
ALMOUROL 012	LIVEX	08 a 12Out	TANCOS	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
LINCE 011	LIVEX	12 a 16Fev	CMSM	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
LINCE 012	LIVEX	22 a 26Out	CAMPO DE TIRO ALCOCHETE	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
MACONTENE 011	LIVEX	07 a 08Nov	SERRA DA OSSA	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
TROVÃO 011	LIVEX/LFX	19 a 23Fev	CMSM	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
TROVÃO 012	LIVEX/LFX	29Out a 02Nov	CMSM	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
MOLIÇO 011	LIVEX	13 a 15Dez	CAMPO DE TIRO ALCOCHETE	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos (contos)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
EFICÁCIA	BMI, BAI, BLI, EPA	359	0	3.007	3.007	-	-	
BLI 011-A	BLI, ADTM	900	593	13.623	14.216	-	-	
HERMES 011-A	BLI	1.000	0	7.193	7.193	-	-	
ARCO 011	BMI	1.360	0	3.784	3.784	-	-	
ARCO 012	BMI	1.340	0	3.049	3.049	-	-	
Série RINOCERONTE	GCC/BMI	1.238	0	7.631	7.631	-	-	
LOBO 01	ERec/BMI	38	0	432	432	-	-	
TIGRE 01-A	2°BIMec/BMI	323	0	573	573	-	-	
BUTMIR 01-A	2°BIMec/BMI	559	0	2.279	2.279	-	-	
Série ONÇA	GAC/BMI	281	0	1.872	1.872	-	-	
Série RAPOSA	BAAA/BMI	209	0	1.774	1.774	-	-	

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos (contos)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
PUCARIÇA 01-A	1ºBIMec/BMI	550	-	-	Incluído no exercício BUTMIR	-	-	
ALCAIDE FARIA	RMN	279	0	70	70	-	-	
FRENTE NORTE	QG/RMN	45	0	305	305	-	-	
VIRIATO	CIOE	157	0	1.040	1.040	-	-	
SERRA BRANCA	CIOE	90	0	599	599	-	-	
GARAJAU	ADTM	42	0	165	165	-	-	
TRISTÃO 01	ADTM	198	0	236	236	-	-	
PLUTÃO 01	GML	178	0	2.029	2.029	-	-	
S. JORGE	GML	250	0	309	309	-	-	
CRUZEIRO DO SUL	RMS	255	0	4.489	4.489	-	-	
ÁGUIA 01	BMI	25	-	-	-	-	-	
Série FOCA	ZMA	78	0	204	204	-	-	
Série LEÃO	ZMA	Incluído no exercício PANTERA	-	-	Incluídos no exercício PANTERA	-	-	
Série PANTERA	ZMA	394	0	709	709	-	-	
TEJO 01	BAI	527	0	2.100	2.100	-	-	
GRIFO	CPrec/BAI	34	0	19	19	-	-	
MERCÚRIO 011	CTm/BAI	56	0	52	52	-	-	
MERCURIO 012	CTm/BAI	49	0	48	48	-	-	
ALMOUROL 011	CEng/BAI	90	0	410	410	-	-	
ALMOUROL 012	CEng/BAI	85	0	358	358	-	-	
LINCE 011	CACar/BAI	75	0	455	455	-	-	
LINCE 012	CACar/BAI	68	0	620	620	-	-	
MACONTENE 011	ERec/BAI	85	0	469	469	-	-	
TROVÃO 011	GAC/BAI	224	0	711	711	-	-	
TROVÃO 012	GAC/BAI	153	0	475	475	-	-	
MOLIÇO 011	2ºBIPara/BAI	374	0	1.282	1.282	-	-	

7.3.3 – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARRCFUL DODGER	SEMI-NÁRIO INFO	29Jan a 04Fev	ALEMANHA	CMDT ARRC	2°CMDT ARRC	COFT / BAI / ARRC	NATO
ABLE GOVERNOR	SEMI-NÁRIO CIMIC	26Fev a 04Mar	ALEMANHA	CMDT ARRC	2°CMDT ARRC	COFT / BAI / ARRC	NATO
ARRCADE GUARD STUDY PERIOD	CPX	03 a 10Mar	ITÁLIA	CMDT ARRC	2°CMDT ARRC	COFT / BAI	NATO
SWORDFISH	LIVEX	19 a 26Abr	PORTUGAL	CEMA	VCEMA	CMD NAVAL/EPT	
JOINT HARMONY	CPX	01 a 09Mai	ALEMANHA	CEMGFA	CMDT IAEM	COFT / IAEM / GE	
STUDY PERIOD ART	CPX	07 a 13Mai	POLÓNIA	SACEUR	CMDT AMF	COFT / BMI / BAI / EPA / AMF	NATO/PfP
COMBINED JOINT EURO WEEK	CPX	26Mai a 01Jun	ALEMANHA	CEMGFA	CMDT IAEM	COFT / IAEM / GE	
RESTAC/CIS	SIGEX	10 a 17Jun	ITÁLIA	CMDT EUROFOR	2°CMDT EUROFOR	COFT / EPT / EUROFOR	EUROFOR
ARRCADE BUGLE	SEMI-NÁRIO OP	30Jun a 06Jul	ALEMANHA	CMDT ARRC	2°CMDT ARRC	COFT / BAI / ARRC	NATO
JCET 01 – USA	LIVEX	14 a 31Jul	PORTUGAL	CEMGFA	CMDT BAI	COFT / BAI / US	
COOP PO-GE BAT314	LIVEX	08 a 28Ago	ALEMANHA	CEMGFA	CMDT BAI	COFT / BAI / GE	
JCET – 75°REG RANGER	LIVEX	22Ago a 09Set	ALEMANHA	CEMGFA	CMDT BAI	COFT / BAI / US / GE	
PRÉ-COBRA	CPX	01 a 05Out	ITÁLIA	CMDT EUROFOR	2°CMDT EUROFOR	COFT / BAI / EUROFOR	EUROFOR
ADV EXCHANGE	LIVEX	03 a 21Out	TURQUIA	SACEUR	CMDT AMF	COFT / CIOE / AMF	NATO
COOP DEP	CPX/ LIVEX	01 a 17Nov	AZERBEIJÃO	SACEUR	CINCEASTLANT	COFT / NATO/ PfP	NATO/PfP
ARRCADE FUSION	CPX	13 a 27Out	ALEMANHA	CMDT ARRC	2°CMDT ARRC	COFT / BAI / ARRC	NATO
COBRA	CPX	02 a 16Nov	ESPAÑA	CMDT EUROFOR	2°CMDT EUROFOR	COFT / BAI / EUROFOR	EUROFOR
ARDENT GROUND	Reunião	Fevereiro	ALEMANHA	SACEUR	COMAMF(L)	COFT / BAI / AMF(L)	NATO
FRONTEIRA 01	LIVEX	10 a 14Dez	PORTUGAL	CEME	CMDT BLI	COFT / BLI / SP	EMP
PRIMEIRA BATALHA 01	CPX	01 a 05Out	ESPAÑA	CMDT BRIG	CMDT RCLRA 9	COFT / BMI / SP	EMP
VALLADOLID	LIVEX	11 a 22Jun	ESPAÑA	COMFAR	GEBRIPAC	COFT / BAI / SP	EMP
PEGASUS 01	LIVEX	17 a 23Set	ESPAÑA	CMDT BRIG	CMDT RCLRA 9	COFT / BMI / SP	EMP

7.3.4 – Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ARRCFUL DODGER	BAI	1	227	107	334	
ABLE GOVERNOR	BAI	1	213	123	336	
ARRCADE GUARD STUDY PERIOD	BAI	1	172	99	271	
SWORDFISH	EPT	9	0	30	30	
JOINT HARMONY	IAEM	7	2.081	638	2.719	
STUDY PERIOD ART	BAI, BMI, EPA	3	718	361	1.079	
COMBINED JOINT EURO WEEK	IAEM	2	452	184	636	
RESTAC/CIS	EPT	2	170	728	898	
ARRCADE BUGLE	COFT, BAI	2	384	206	590	
JCET 01 - USA	BAI	34	0	800	800	
COOP PO-GE BAT314	BAI	36	3.183	660	3.843	
JCET – 75ºREG RANGER	BAI	14	1.113	3.584	4.697	
Pré-COBRA	BAI	4	1.300	300	1.600	
ADV EXCHANGE	COFT, CIOE	2	817	250	1.067	
COOP DEP	BLI, RA5, BSS	6	3.347	1.720	5.067	
ARRCADE FUSION	COFT, BAI	2	757	245	1.002	
COBRA	BAI	4	1.374	310	1.684	
ARDENT GROUND	COFT, BAI	2	314	204	518	
FRONTEIRA 01	BLI	108	0	1.034	1.034	
PRIMEIRA BATALHA 01	GCC/BMI	15	1.364	998	2.362	
VALLADOLID	BAI	21	5.827	1.070	6.897	
PEGASUS 01	BMI	2	418	147	565	

7.4 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

7.4.1 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos - Exercícios Realizados

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARCO 012	LIVEX	NOV	CMSM	CMDT BMI	2°CMDT BMI	COFA	EXÉRCITO
CONTEX/PHIBEX	LIVEX	ABR	ATLÂNTICO	COMNAV	COMNAV	COFA	MARINHA
INSTREX 01	LIVEX	FEV	ATLÂNTICO	COMNAV	COMNAV	COFA	MARINHA
INSTREX 02	LIVEX	OUT	ATLÂNTICO	COMNAV	COMNAV	COFA	MARINHA
SWORDFISH	LIVEX	ABR	ATLÂNTICO	COMNAV	COMNAV	COFA	MARINHA

7.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ARCO 012	ESQ301/AJET	1 x Of. Sup. 5 x Oficiais 4 x Sargentos 1 x Praça	164	1.692	1.856	04:00 H/V
CONTEX/PHIBEX	ESQ201/F16	7 x Of. Sup.	9.077	41.807	50.884	22:40 H/V
	ESQ301/AJET	20 x Oficiais				03:30 H/V
	ESQ401/C212EW	15 x Sargentos				08:50 H/V
	ESQ601/P3P	3 x Praças				29:55 H/V
INSTREX 01	ESQ751/SA330		2.418	13.651	16.069	07:05 H/V
	ESQ201/F16	4 x Of. Sup.				10:30 H/V
	ESQ301/AJET	12 x Oficiais				06:00 H/V
	ESQ401/C212EW	13 x Sargentos				05:25 H/V
	ESQ601/P3P	2 x Praças				05:55 H/V

7.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
INSTREX 02	ESQ201/F16	4 x Of. Sup.	2.407	10.887	13.294	02:20 H/V
	ESQ301/AJET	11 x Oficiais				02:00 H/V
	ESQ401/C212EW	17 x Sargentos				01:30 H/V
	ESQ601/P3P	3 x Praças				10:30 H/V
SWORDFISH	ESQ201/F16	7 x Of. Sup.	14.905	85.980	100.885	86:45 H/V
	ESQ301/AJET	19 x Oficiais				05:40 H/V
	ESQ401/C212EW	13 x Sargentos				18:10 H/V
	ESQ601/P3P	2 x Praças				47:10 H/V

7.4.3 - Exercícios Combinados - Exercícios Realizados

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
CLEAN HUNTER	LIVEX	JUN	EUROPA	COMAIRNORTH	COMAIRNORTH	COFA	NATO
DARING EAGLE	LIVEX	SET	PORTUGAL	CEMFA	COFA	COFA CAOC10	NACIONAL
DOGFISH	LIVEX	FEV	ITÁLIA	COMNAVSOUTH	COMNAVSOUTH	COFA	NATO
MORSA	LIVEX	JUN	CANÁRIAS	CJEMA	MRCC CANÁRIAS	COFA RCC LISBOA	EEMMPP
NATO AIR MEET	LIVEX	SET	EUROPA	COMAIRNORTH	COMAIRNORTH	COFA	NATO
SÍRIO	LIVEX	MAI	PENÍNSULA IBÉRICA	CIMOA	MACON	COFA	EEMMPP
TAPON	LIVEX	JUN	PENÍNSULA IBÉRICA	AJEMA	ALFLOT	COFA	EEMMPP

7.4.3 - Exercícios Combinados - Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
TLP	LIVEX	ABR	BÉLGICA	BAF	BAF	COFA	NATO
TIGER MEET	LIVEX	JUN	BÉLGICA	-	-	COFA	NATO

EEMPP - Estados-Maiores Peninsulares

7.4.4 - Exercícios Combinados - Meios Envolvidos

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
CLEAN HUNTER	ESQ201/F16 ESQ301/AJET	1 x Of. Sup. 18 x Oficiais 21 x Sargentos 8 x Praças	7.352	83.603	90.955	121:55 H/V 63:20 H/V
DARING EAGLE	ESQ201/F16 ESQ301/AJET ESQ401/C212EW ESQ601/P3P ESQ751/SA330	1 x Of. Gen. 7 x Of. Sup. 35 x Oficiais 83 x Sargentos 19 x Praças	4.368	35.065	39.433	59:20 H/V 03:40 H/V 06:05 H/V 03:35 H/V 03:10 H/V
DOGFISH	ESQ601/P3P	1 x Of. Sup. 5 x Oficiais 21 x Sargentos 2 x Praças	8.898	36.856	45.754	45:10 H/V
MORSA	ESQ601/P3P DAPS/C212 DAPS/SA330	1 x Of. Sup. 9 x Oficiais 12 x Sargentos	2.704	9.395	12.099	08:15 H/V 05:00 H/V 03:00 H/V
NATO AIR MEET	ESQ201/F16	1 x Of. Sup. 4 x Oficiais 5 x Sargentos 1 x Praça	3.302	39.455	42.757	84:40 H/V

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2001

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
SÍRIO	ESQ201/F16 ESQ301/AJET	5 x Of. Sup. 28 x Oficiais 20 x Sargentos 2 x Praças	3.285	37.764	41.049	60:55 H/V 22:10 H/V
TAPON	ESQ601/P3P	2 x Of. Sup. 5 x Oficiais 12 x Sargentos 2 x Praças	5.992	24.820	30.812	30:25 H/V
TLP	ESQ201/F16	1 x Of. Sup. 22 x Oficiais 22 x Sargentos 2 x Praças	3.123	37.319	40.442	80:05 H/V
TIGER MEET	ESQ301/AJET	1 x Of. Sup. 4 x Oficiais 5 x Sargentos 1 x Praça	1.173	12.126	13.299	28:40 H/V

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e representam as prestações familiares e sociais a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95 e 133-B/97, despendidas em 2001 com pessoal militar e civil pelos Órgãos e Serviços Centrais do MDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, e os subsídios concedidos aos seus beneficiários cuja existência consta do quadro 8.1.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Protecção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação “Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais e Patronais”.

O IASFA, criado pelo DL n.º 284/95, de 30 de Outubro, intervém junto dos seus beneficiários no campo da acção social complementar.

CONCEITOS

Função Invalidez

Subsídio Especial de Acamados (SEA), concedido pelo IASFA aos beneficiários ou a familiares apoiados de idade avançada;

Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (SEIR), concedido pelo IASFA a beneficiários que, após exame médico comprovativo, fiquem temporária ou permanentemente impossibilitados de desenvolver uma vida activa.

Subsídio Especial de Apoio de 3ª Pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar ou não seja aconselhável ou possível o seu internamento em lar.

Função Velhice

Subsídio Complementar Normal de Pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) fixado pelo IASFA;

Subsídio Especial para Lares (SEL), para auxiliar o internamento em lares de beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar.

Função Sobrevivência

Subsídios de Funeral e por Morte, previstos nos Decretos-Leis n.ºs 223/95 e 133-B/97;

Subsídio de Funeral, concedido pelo IASFA aos familiares dos militares falecidos que comprovem que, à data da morte, viviam em situação de absoluta carência.

Função Família

Subsídios familiares a crianças e a jovens por frequência de estabelecimento de educação especial, mensal vitalício e por assistência a terceira pessoa;

Bonificação, por deficiência, ao subsídio familiar;

Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF), concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados.

Comparticipações escolares concedidas pelo IASFA:

Escolar Especial(CEE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;

Escolar Especial para Reeducação (CEE-R), aos beneficiários que tenham a seu cargo descendentes com comprovada redução de capacidade orgânica, motora, sensorial ou intelectual, que frequentem instituições de reeducação ou reintegração.

8.1 – Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA's

Ano: 2001

Ramo das FA's		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários		19.233	24.122	8.958	52.313
Variação (a)	Em valor absoluto	427	-965	6	-532
	Em percentagem	2,2	-4,0	-	-1,0

(a) Em relação ao ano anterior.

8.2 – Funções de Protecção Social – Invalidez – SUBSÍDIOS

(contos)

	SEA		SEIR		SEAP		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)						
IASFA	86	1.333	224	2.124	72	492	382	3.949

(a) Prestações mensais.

(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente.

8.3 – Funções de Protecção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(contos)

	SCNP		SEL		SCAF		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)						
IASFA	204	4.489	224	6.084	26	355	454	10.928

(a) Prestações mensais.

(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente.

8.4 – Funções de Protecção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(contos)

Organismos/Ramos	de Funeral (a)		de Funeral (Decreto-Lei n.º 133-B/97)		por Morte (Decreto-Lei n.º 223/95)	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
OSC/MDN	-	-	2	152	3	2.549
EMGFA	-	-	-	-	1	6.133
Marinha	-	-	7	3.043	37	57.668
Exército	-	-	9	303	52	61.428
Força Aérea	-	-	1	34	18	21.790
IASFA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	19	3.532	111	149.568

(a) Abonado pelo IASFA quando o beneficiário falecido viva em situação de absoluta carência, dependendo do quantitativo do vencimento do falecido.

8.5 – Funções de Protecção Social – Família – SUBSÍDIOS

(contos)

Organismos/ /Ramos	Familiar (a)		Educação Especial		Mensal Vitalício		Por Assistência a 3ª Pessoa		Bonificação por Deficiência (b)		SCAF		CEE– CEE-R	
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	211	11.231	1	748	-	-	-	-	6	311	-	-	-	-
EMGFA	180	7.279	-	-	1	265	-	-	3	646	-	-	-	-
Marinha	6.966	411.018	7	2.775	30	9.539	45	6.979	130	18.588	-	-	-	-
Exército	7.504	483.472	5	1.762	21	7.140	36	4.924	143	19.915	-	-	-	-
Força Aérea	3.919	242.458	6	932	5	1.210	15	2.223	78	8.438	-	-	-	-
IASFA	-	-	-	-	-	-	72	5.904	-	-	26	4.266	5.031	251.920
TOTAL	18.780	1.155.458	19	6.217	57	18.154	168	20.030	360	47.898	26	4.266	5.031	251.920

(a) Inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio.

(b) Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio.

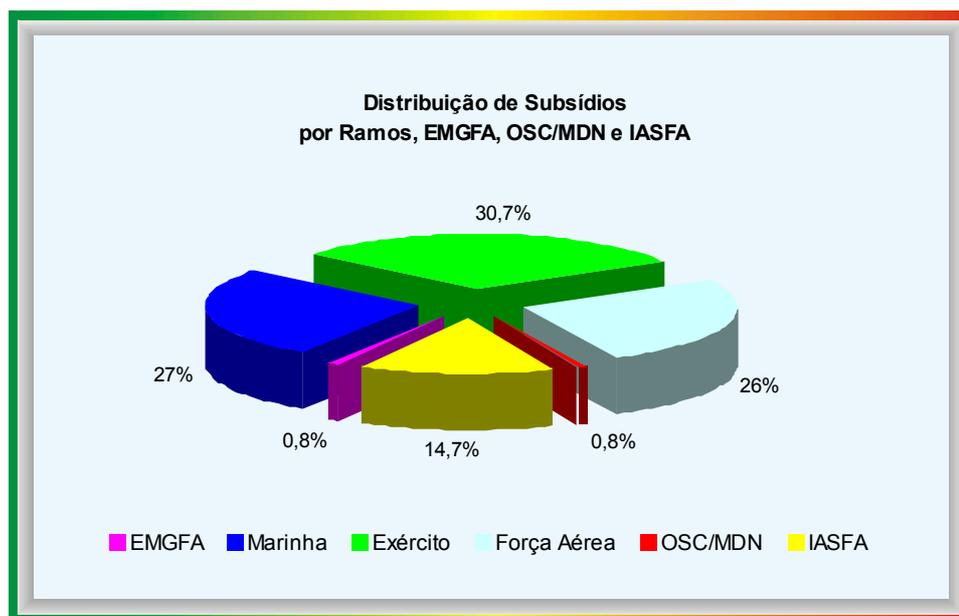
8.6 – Total de Prestações/Benefícios Prestados e Montantes Despendidos por Função

(contos)

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez							
Prestações/benefícios	-	-	-	-	4	382	386
Montante	-	-	-	-	2.424	3.949	6.373
Velhice							
Prestações/benefícios	-	-	-	-	52	454	506
Montante	-	-	-	-	210.408	10.928	221.336
Sobrevivência							
Prestações/benefícios	5	1	44	61	19	-	130
Montante	2.701	6.133	60.711	61.731	21.824	-	153.100
Família							
Prestações/benefícios	218	184	7.178	7.709	4.023	5.129	24.441
Montante	12.290	8.190	448.899	517.213	255.261	262.090	1.503.943
TOTAL							
Prestações/benefícios	223	185	7.222	7.770	4.098	5.965	25.463
Montante	14.991	14.323	509.610	578.944	489.917	276.967	1.884.752

Prestações – Número de pessoas abrangidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro.

Benefícios – Número de pessoas abrangidas (beneficiadas) pelo IASFA.



NOTA EXPLICATIVA

A estatística da actividade inspectiva realizada pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), durante o ano de 2001, engloba as actividades mais importantes no âmbito das competências que lhe são atribuídas e especificadas no Plano de Actividades para o ano em apreço.

A IGDN reavaliou os critérios que tinham sido firmados. Assim sendo, as U/E/O que são avaliadas pela mesma área de inspeção, no mesmo período temporal e subordinadas ao mesmo objectivo ou segundo ciclos de inspeção, e que por isso são objecto de um único relatório, são consideradas como uma única inspeção.

Da actividade inspectiva e de análise conduzidas em 2001 salienta-se:

- Apenas se realizou uma inspeção extraordinária, conforme despacho de Sua Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional;
- Da análise dos dados verifica-se um desequilíbrio aparente entre Ramos das Forças Armadas ou entre áreas de inspeção/análise, que resulta dos seguintes factores:
 - Cada acção de inspeção corresponde a uma ou mais U/E/O inspeccionada(s) por equipas de inspeção de que resultou a elaboração de um relatório;
 - O sistema de forças e o dispositivo de cada Ramo das Forças Armadas tem a sua especificidade e particularidade. No caso do Exército, a existência de um maior número de U/E/O a inspeccionar para a consecução de objectivos de inspeção comuns aos 3 Ramos das FA's tem originado um maior peso relativo do número de acções de inspeção/análise a este Ramo.

9.1 – INSPECÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELA IGDN

Áreas	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas				Equipa de Inspeção					Dias de Actividade		
			MDN	Exército	Marinha	Força Aérea	Inspector-Chefe IGDN	Inspectores-Adjuntos				Planeamento	Execução	Relatório
								IGDN	IGDN	Exército	Marinha			
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	4	-	-	-	16	12	26
IAMH	IT	IO	-	2	-	-	1	4	-	-	-	16	19	22
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	4	-	-	-	14	11	13
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	3	-	-	-	5	5	33
IAMH	IT	IO	-	2	-	-	1	3	-	-	-	12	5	5
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	3	-	-	-	1	3	8
IAMH	IT	IO	-	2	-	-	1	3	-	-	-	9	5	25
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	3	-	-	-	33	3	25
IAMM	IT	IO	-	1	-	-	1	5	-	-	-	17	5	40
IAMM	IT	IO	-	-	1	-	1	3	-	-	-	8	7	31
IAMM	IT	IO	-	1	-	-	1	5	-	-	-	18	5	31
IAMM	IT	IO	-	1	-	-	1	3	-	-	-	11	5	32
IAMM	IT	IO	-	-	-	1	1	3	-	-	1	23	5	31
IAMF	IT	IO	-	1	-	-	1	2	-	-	-	54	16	43
IAMF	IT	IO	-	-	-	1	1	2	-	-	-	54	24	45
IAMF	IT	IO	-	1	-	-	1	2	-	-	-	45	40	46
IAMF	IT	IO	-	1	-	-	1	4	-	-	-	26	33	46
IAMF	IT	IO	1	-	-	-	1	5	-	-	-	12	39	28
IAMF	IT	IE	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	14	1
TOTAL			2	17	1	2	19	62	-	-	1	375	256	531

Os conceitos dos tipos de inspeção constam do Regulamento da IGDN.

9.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Áreas	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas					Equipa de Inspeção					Dias de Actividade		
			MDN	EMGFA	Exército	Marinha	Força Aérea	Inspector-Chefe	Inspectores-Adjuntos				Planeamento	Execução	Relatório
									IGDN	IGDN	Exército	Marinha			
ASLFA	IT	IO	-	-	-	1	-	1	4	-	1	-	29	5	44
ASLFA	IT	IO	-	-	-	-	1	1	4	-	-	1	30	4	84
ASSM	IT	IO	1	-	5	-	-	1	4	-	1	1	78	41	22
ASSM	IT	IO	-	-	-	-	6	1	6	2	1	-	29	24	63
TOTAL			1	-	5	1	7	4	18	2	3	2	166	74	213

Os conceitos dos tipos de inspeção constam do Regulamento da IGDN.

9.3 – INSPECÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas					Equipas de Inspeção (*)					U/E/O		Dias de Execução		
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	OIT		SFN	
							OIT	SFN	IG								
MARINHA (a)	IG	IPg	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	13
	IOp	IPg	-	-	-	-	-	147	-	-	-	-	-	(b) 391	-	-	347
	IOp	IPg	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	(c) 8	-	-	80
	IT	IPg	-	-	(d) 5	-	8	1	-	-	-	-	-	63	-	-	93
	IT	IPg	-	-	(d) 1	-	1	1	-	-	-	-	-	8	-	-	73
EXÉRCITO	IG	IO	-	-	-	-	8	-	7	1	24	-	-	40	1	-	16
	IG	IE	-	-	-	-	-	4	5	1	8	1	-	9	1	-	16
	IAO	IO	-	-	-	-	-	10	7	7	10	2	-	28	23	-	19
	IAO	IE	-	-	-	-	-	5	5	1	5	-	-	8	12	-	10
	IT	IO	1	9	-	-	339	33	-	1	117	-	-	349	55	-	498
	IT	IE	-	-	-	-	6	2	1	-	11	-	-	3	-	-	324
FORÇA AÉREA	IT	IO	2	-	5	3	94	-	3	13	-	17	68	-	-	-	467
	VA (e)	IO	-	-	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	96

Os conceitos dos tipos de inspeção constam do Regulamento dos respectivos Ramos.

(*) No Exército está contabilizado o número de inspectores empenhados;

(a) A Marinha não criou um organismo especificamente vocacionado para funções de inspeção, estando essa responsabilidade atribuída ao Estado-Maior da Armada;

(b) Equipa multidisciplinar no âmbito do Comando Naval/Flotilha do Corpo de Fuzileiros/Flotilhas/Esquadrilhas;

(c) Equipa multidisciplinar de avaliação da Marinha Inglesa (Operational Sea-Training), constituída por cerca de 60 elementos e ainda 4 elementos da MGP-Flotilha;

(d) Foram efectuadas no âmbito do SAM;

(e) Inspeções destinadas a regularizar/normlizar anomalias por corrigir decorrentes de IG e IPS.

SIGLAS

A	Armamento e Equipamento
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AA	Alunos Admitidos (em Estabelecimentos de Ensino Militar)
AAA	Artilharia Anti-Aérea
AAR	Air-to-Air Refuelling
ABU	Navio Balizador
ACS	Airspace Control System
ACT	Activo
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AETD	Armamentos e Equipamentos de Defesa
AEW	Airborne Early Warning (Radar Picket Aircraft)
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero Allouette III
Alfa-Jet	Aeronave de apoio aéreo próximo
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
AMB	Ambiente
AMF(L)	Ace Mobile Force Land
AMSJ	Área Militar de S. Jacinto
AO	Navio Tanque Reabastecedor
AOR	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASAFA	Análise ao Sistema de Alimentação das Forças Armadas
ASCMP	Análise ao Sistema de Convocação e Mobilização de Pessoal
ASCPAP	Análise ao Sistema de Concursos de Pessoal da Administração Pública
ASCSP	Análise ao Sistema de Classificação e Selecção de Pessoal
ASIM	Análise ao Sistema de Instrução Militar
ASLFA	Análise ao Sistema de Logística das Forças Armadas
ASSM	Análise ao Sistema de Saúde Militar
ASUW	Antisurface Warfare
ASW	Anti-Submarine Warfare
BA	Base Aérea
BAAA/BMI	Bateria de Artilharia Anti-Aérea da Brigada Mecanizada Independente
BAF	Belgium Air Force
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BAPSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
Bat	Batalhão

BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTC	Brigada de Defesa Territorial do Centro
BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BI/ADTA	Batalhão de Infantaria/Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIPara/BAI	Batalhão de Infantaria Pára-quedista da Brigada Aerotransportadora Independente
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mista Independente
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular do IASFA
Btr	Bateria (de Artilharia)
C	Cartografia
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (aeronave de transporte)
C212EW	Aeronave Guerra Electrónica
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CACar	Companhia Anti-Carro
CAt	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Táticos
Cav	Cavalaria
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	Combat Diving Team (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	Commandant en chef (Français) pour l'Atlantique
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMF	COMEUROMARFOR
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia Elementos Operações Especiais
CFX	Comand Field Exercise
CH CITOAP	Chefia do Centro de Instrução e Treino de Operações de apoio à Paz
CIMIC	Civil Military Cooperation
CINCEASTLANT	Commander-in-Chief, Eastern Atlantic Area
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINCSOUTH	Comando-em-Chefe Aliado do Sul
CINCSOUTHLANT	Commander-in-Chief, Southern Atlantic Area
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	Conseil International du Sport Militaire (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CM	Colégio Militar
CMD	Comando
CMDT	Comandante

CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Cartografia Náutica
CNAD	Conference of National Armaments Directors
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COM	Comunicações
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	Commander, Allied Air Forces North Europe
COMAMF(L)	Commander ACE Mobile Force (Land)
COMBINEX	Combined Exercise
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
Comp	Companhia
CompMortPes/ADTA	Companhia de Morteiros pesados/Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
COMSUBMED	Comand Submarine Mediterranean
COZARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
COZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPX	Exercício de postos de comando (Command Post Exercise)
CSAR	Combat Search Rescue
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTm	Companhia de Transmissões
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMar	Comando de Zona Marítima
CZMILA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMILM	Comando da Zona Militar da Madeira
DAE	Destacamento de Acções Especiais do Corpo de Fuzileiros
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo Porto Santo
DDG	Destroyer Guided Missiles Equiped
DE	Direcção de Electrotecnia
Dest Prec	Destacamento Precursor
Dest	Destacamento
DG	Direcção-Geral
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DN	Direcção de Navios
DOABS	Despesas com Obras e Aquisição de Bens e Serviços
DOp	Departamento de Operações

DS/DT	Direcções de Serviço/Direcções Técnicas
DT	Direcções Técnicas
E3D	Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)
EC-212	Aviocar (avião de guerra electrónica)
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EN	Escola Naval
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq. Eng	Equipa de Engenharia
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
Erec/BMI	Esquadrão de Reconhecimento/Brigada Mecanizada Independente
ESE	Escola de Sargentos do Exército
Esq PE/ZMA	Esquadrão da Polícia do Exército/Zona Militar dos Açores
Esq	Esquadra
EUCLID	European Cooperation for the Long Term In Defence
EUROFOR	European Forces
EXE	Exército
F16	Aeronave de defesa aérea
FAC'S	Forward Air Controllers
FAE	Força Aérea de Espanha
FAMET	Forças Aéro-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FF	Fragata
FFAA	Forças Armadas
FFAH	Fragata equipada com mísseis e helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FZ	Fuzileiros
GABMDN	Gabinete Ministro da Defesa Nacional
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GAC/BMI	Grupo de Artilharia de Campanha/Brigada Mecanizada Independente
GBAD	Group Based Air Defense
GCC	Grupo de Carros de Combate
GCC/BMI	Grupo de Carros de Combate/Brigada Mecanizada Independente
GE	Guerra Electrónica
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
H	Hidrografia
H/D	Homem/Dia

HALO HAHO	High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening
HFA	Hospital da Força Aérea
HMar	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
I & D	Investigação e Desenvolvimento
I	Instrução
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspeção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspeção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspeção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspeção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
ICE	1.º Corpo de Exército
ICOL	Instrução Colectiva
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspeção Extraordinária
IEPG	Independent European Programme Group (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
IG	Inspeção Global
IGDN	Inspeção-Geral da Defesa Nacional
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspeção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Infomiat	Informática
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	Invitation Exercise
IO	Inspeção Ordinária
IOP	Inspeção Operacional
IP	Inspeção Parcelar
IPg	Inspeção Programada
IPS	Inspeção de Programas e Sistemas
IS/IMS	International Staff/International Military Staff
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
IT	Inspeção Técnica
JEMA	Chefe do Estado - Maior da Armada de Espanha
JMOTS	Joint Maritime Operational Training Staff
JOINTEX	Joint Exercise (Exercício Conjunto)
L	Logística
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	Land Component Command
LCM	Lancha de Desembarque Média
LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média

LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	Live Fire Exercise (Exercício de Fogos Reais)
LIVEX	Exercício de campo com tropas (Live Exercise)
LOGEX	Logistical Exercise
LPM	Lei de Programação Militar
M	Máquinas
MACON	Estado Maior Espanhol
Mar	Marinha
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
MNC	Major NATO Command
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	Maritime Patrol Aircraft
MRCC	Maritime Rescue Control Center
N	Navegação
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Químico e Biológico
O	Oceanografia
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	Officer conducting the exercise
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional - Marinha
OP	Operações
OPEVAL	Operational Evaluation
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	Officer Shedulling the Exercise
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P3-P	Aeronave de patrulhamento marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
Pat	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
PCmd	Posto de Comando
PE	Polícia do Exército
PeI	Pelotão
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIP	Programa de Interesse Público
PJM	Polícia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
PSO	Peace Support Operations
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel General

QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regime de Contrato
RCC	Rescue Coordination Centre
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição
RMN	Região Militar do Norte
RMPORTSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
S	Saúde
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	Search And Rescue (Serviço de Busca e Salvamento)
SCA	Saidas com aproveitamento (de Alunos de estabelecimentos de ensino militar)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões concedido pelo IASFA
SEA	Subsídio Especial de Acamados concedido pelo IASFA
Sec	Secção
SEI	Subsídio Especial de Idosos concedido pelo IASFA
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapitados concedido pelo IASFA
SEL	Subsídio Especial para Lares concedido pelo IASFA
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFN	Sistema de Forças Nacionais
SFOR	Stabilisation Force
SG / MDN	Secretaria-Geral / Ministério da Defesa Nacional
SIGEX	Signals Exercise
SNFL	Standing Naval Force Atlantic
SNFM	Standing Naval Force Mediterranean
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SSK	Submarino
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	Submarine Exercise
TACP	Tactical Air Control Party
Téc.	Técnico
TG	Task Group
Tms	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Condução de Intercepção
TPF	Telefone com fios
TSF	Telefone sem fios
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UI	Unidade Imobiliária
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos, Órgãos

WEAG	Western European Armaments Group (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

ÍNDICE

	NOTA INTRODUTÓRIA	5
	SINAIS CONVENCIONAIS	6
1	ORÇAMENTO	7
1.1	Despesas da Defesa a preços correntes e constantes	12
1.2	Variação anual das despesas da Defesa	12
1.3	Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes	13
1.4	Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB	13
1.5	PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes	14
1.6	Natureza das despesas da Defesa – Despesas globais	15
1.7	Natureza das despesas da Defesa – Serviços Centrais.....	17
1.8	Natureza das despesas da Defesa - EMGFA.....	18
1.9	Natureza das despesas da Defesa - Marinha	19
1.10	Natureza das despesas da Defesa - Exército	20
1.11	Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea.....	21
1.12	Distribuição das despesas por capítulos do MDN	22
2	MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	25
2.1	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha	32
2.2	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército.....	37
2.3	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea.....	41
3	MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	43
3.1	Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África Sub-Sahariana)	45
3.1.1	Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento	45
3.1.2	Programas de cooperação/actividades	47
3.1.3	Cruzeiros de investigação científica.....	50
3.1.4	Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	50
3.1.5	Sobrevoo e aterragem – Pedidos de autorização.....	51

3.2	Cooperação técnico-militar	55
3.2.1	Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP	55
3.2.2	Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP	56
3.2.3	Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA's	56
3.2.4	Despesas suportadas pelos Ramos das FA's	57
3.2.5	Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA's	57
3.2.6	Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas	58
3.2.7	Despesas globais da cooperação técnico-militar	58
3.3	Missões de paz	59
3.3.1	Envolvimento militar de Portugal em operações de Paz	59
3.4	Missões de carácter humanitário	60
3.4.1	Apoio militar à ajuda humanitária	60
4	RECURSOS HUMANOS	61
4.1	Pessoal	66
4.1.1	Pessoal militar	66
4.1.1.1	Pessoal militar, segundo regime e situação, em 31 DEZ	66
4.1.1.2	Dados retrospectivos dos últimos cinco anos	66
4.1.1.2.1	Militares do Quadro Permanente	66
4.1.1.2.2	Militares não pertencentes ao Quadro Permanente	68
4.1.1.3	Militares do QP, activo, quanto à efectividade de serviço	69
4.1.1.4	Distribuição hierárquica do pessoal militar	69
4.1.1.5	Estrutura etária do pessoal militar	70
4.1.1.6	Estrutura de tempo de serviço dos militares do QP, no activo	70
4.1.1.7	Origem geográfica dos militares	71
4.1.1.8	Distribuição por sexo de pessoal militar	71
4.1.1.9	Promoção de militares do QP	72
4.1.1.10	Pessoal militar, ingressos e saídas por categorias e formas de prestação de serviço	72
4.1.2	Pessoal militarizado	73
4.1.2.1	Pessoal militarizado da Defesa Nacional	73
4.1.3	Pessoal civil	74
4.1.3.1	Efectivos globais	74
4.1.3.2	Pessoal civil por grupos profissionais	74

4.1.3.3	Pessoal civil por estatuto jurídico	75
4.1.3.4	Pessoal civil por habilitações académicas	75
4.1.3.5	Pessoal civil por sexo.....	76
4.1.3.6	Estrutura etária do pessoal civil.....	76
4.1.3.7	Tempo de serviço do pessoal civil.....	76
4.1.3.8	Promoções de pessoal civil por grupo profissional.....	77
4.1.3.9	Ingressos e saídas de pessoal civil	77
4.2	Formação e treino	78
4.2.1	Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA's (pessoal militar, militarizado e civil).....	78
4.2.2	Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos	78
4.2.3	Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro	78
4.3	Saúde	80
4.3.1	Pessoal de saúde.....	80
4.3.1.1	Médicos militares e civis.....	80
4.3.1.2	Farmacêuticos militares e civis.....	81
4.3.1.3	Técnicos de farmácia militares e civis	81
4.3.1.4	Enfermeiros militares e civis.....	81
4.3.1.5	Técnicos paramédicos militares e civis	81
4.3.1.6	Médicos veterinários militares e civis	82
4.3.1.7	Enfermeiros veterinários militares e civis	82
4.3.2	Hospitais militares	82
4.3.2.1	Camas, segundo o fim a que se destinam	82
4.3.2.2	Consultas efectuadas, por especialidades, nos hospitais militares	83
4.3.2.3	Evolução, nos últimos 5 anos, do total de consultas nos hospitais militares	84
4.3.2.4	Movimentos de internados nos hospitais militares	84
4.3.2.5	Actos de terapêutica efectuados nos hospitais militares	85
4.3.2.6	Actos de diagnóstico efectuados nos hospitais militares	85
4.3.2.7	Pessoal ao serviço nos hospitais militares	85
4.4	Assistência na doença aos militares das FA's	87
4.4.1	Evolução do número de beneficiários	87
4.4.2	Encargos com a saúde por modalidades de assistência.....	87
4.4.3	Evolução dos encargos com a saúde.....	87
4.5	Justiça e disciplina	90

4.5.1	Condecorações atribuídas	90
4.5.2	Processos iniciados	90
4.5.3	Punições aplicadas	91
4.5.4	Processos instruídos por indícios de prática de crimes.....	91
4.5.5	Agentes indiciados de prática de crimes do foro militar	92
4.6	Desporto militar.....	93
4.6.1	Competições militares por Ramo das FA's	93
4.6.2	Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA's	94
4.6.3	Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.....	95
5	INFRA-ESTRUTURAS	97
5.1	Unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	103
5.2	Servidões das unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	103
5.3	Tipos de utilização das unidades imobiliárias.....	104
5.4	Verbas gastas com construções novas.....	105
5.5	Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias.....	105
5.6	Classificação dos edifícios afectos à Defesa Nacional.....	106
5.7	Áreas atribuídas.....	106
5.8	Unidades imobiliárias adquiridas.....	107
5.9	Alienação de unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	107
5.10	Alojamentos clássicos atribuídos	108
5.11	Capacidades dos quartéis e bases	108
5.12	Natureza das unidades imobiliárias	109
5.13	Sistemas e Tecnologias de Informação	113
5.13.1	Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços.....	113
5.13.2	Existências referidas a 31 de Dezembro de 2001	114
5.13.3	Áreas informatizadas	115
5.13.4	Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC).....	117
5.13.5	Utilização da internet. Disponibilização de informação na internet.....	117
5.13.6	Presença do Organismo na internet.....	119
5.13.7	Orientação do Organismo relativamente à distribuição do acesso à internet e correio electrónico	120
5.14	Prémio Defesa Nacional e Ambiente	121
5.14.1	Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	121
5.14.2	Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	121

6	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	123
6.1	Exportações e importações de material de defesa	127
6.1.1	Exportações de bens e tecnologias de defesa - Valores globais	127
6.1.2	Exportações de bens e tecnologias de defesa - Valores globais, por áreas do globo	127
6.1.3	Importações de bens e tecnologias militares - Valores globais, por áreas do globo	128
6.1.4	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares, por áreas do globo	128
6.1.5	Comparação entre os valores das importações e exportações de materiais e tecnologias de defesa, por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence	129
6.1.6	Exportação de serviços, materiais e equipamentos de defesa para países do WEAG (ex - IEPG), EUA e Canadá efectuados pelas indústrias de defesa e EFFA	129
6.1.7	Importação de materiais, equipamentos, bens e serviços de defesa de países do WEAG (ex - IEPG), EUA e Canadá efectuados pelas FA's, forças de segurança, indústrias de defesa e EFFA	129
6.2	Equipamentos de defesa	130
6.2.1	Missões e meios disponíveis - Marinha	130
6.2.2	Missões e meios disponíveis - Exército	131
6.2.3	Distribuição de equipamentos por grandes unidades - Exército	131
6.2.4	Missões e meios disponíveis - Força Aérea	132
6.3	Logística	133
6.3.1	Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais	133
6.3.2	Despesas com equipamentos e material de saúde	134
6.3.3	Despesas com transportes – Aquisição de veículos	134
6.3.4	Despesas com transportes - Funcionamento	134
6.4	Investigação e desenvolvimento	135
6.4.1	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Marinha	135
6.4.2	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Exército	135
6.4.3	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Força Aérea	136
6.4.4	Financiamentos do MDN, de programas de investigação e desenvolvimento em tecnologias de defesa no âmbito nacional e de cooperação internacional	136
6.5	Indústrias de defesa	137
6.5.1	Indústrias nacionais do sector das indústrias de defesa – 1999 e 2000	137
6.5.2	Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da defesa - 1999 e 2000	137
7	SISTEMAS DE FORÇAS	139
7.1	Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA	147

7.1.1	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Exercícios realizados	147
7.1.2	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Meios	147
7.2	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha	148
7.2.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados	148
7.2.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos	148
7.2.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados.....	149
7.2.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos	150
7.3	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército	151
7.3.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados.....	151
7.3.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos	152
7.3.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados.....	154
7.3.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos	155
7.4	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Força Aérea	156
7.4.1	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Exercícios realizados.....	156
7.4.2	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Meios envolvidos	156
7.4.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados.....	157
7.4.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos	158
8	APOIO SOCIAL	161
8.1	Beneficiários do IASFA - Distribuição por Ramo das FA's	164
8.2	Funções de protecção social - Invalidez - Subsídios.....	164
8.3	Funções de protecção social - Velhice - Subsídios	164
8.4	Funções de protecção social - Sobrevivência - Subsídios	165
8.5	Funções de protecção social - Família - Subsídios	165
8.6	Total de prestações/benefícios prestados e montantes despendidos por função.....	166
9	ACTIVIDADE INSPECTIVA	167
9.1	Inspeções da administração dos meios executadas pela IGDN	169
9.2	Inspeções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN	170
9.3	Inspeções da administração dos meios executadas pelos Ramos.....	170
	SIGLAS	171
	ÍNDICE	181

ÍNDICE GERAL

	NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
	SINAIS CONVENCIONAIS.....	6
1	ORÇAMENTO.....	7
2	MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	25
3	MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	43
4	RECURSOS HUMANOS.....	61
5	INFRA-ESTRUTURAS	97
6	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA.....	123
7	SISTEMA DE FORÇAS.....	139
8	APOIO SOCIAL.....	161
9	ACTIVIDADE INSPECTIVA.....	167
	SIGLAS	171
	ÍNDICE.....	181